

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Vlamiir do Nascimento Seabra

**A INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI - AM E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS**

Santa Cruz do Sul
2022

Vlamiir do Nascimento Seabra

**A INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI - AM E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa – Território, Planejamento e Sustentabilidade - da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Seabra, Vlamir

A INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI - AM E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS / Vlamir Seabra. - 2022.

195 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de
Santa Cruz do Sul, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Erica Karnopp.

1. Território. 2. Amazônia. 3. Coari. 4. Royalties. 5.
Petróleo. I. Karnopp, Erica. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Vlamir do Nascimento Seabra

**A INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI - AM E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, área de concentração em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa - Território, Planejamento e Sustentabilidade - da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr^a Erica Karnopp

Professora Orientadora - PPGDR / UNISC

Dr^a Virginia Elisabeta Etges

Professora Examinadora – PPGDR / UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend

Professor Examinador - PPGDR / UNISC

Dr^a Michele Lins Aracaty e Silva

Professora Examinadora - UFAM

Dr. Raimundo Emerson Dourado Pereira

Professor Examinador - IFAM

Santa Cruz do Sul

2022

Aos caboclos, índios, ribeirinhos e quilombolas da Amazônia.

AGRADECIMENTO

Escrever uma tese exige uma rotina de trabalho solitária, no entanto, paradoxalmente, necessita-se de apoio de muitas instituições e de pessoas, que nos enviam informações, dados, sugestões de leitura, força e incentivo emocional. Sem elas, não se consegue realizar esta atividade, teoricamente densa e comprometida com a ciência.

Sou oriundo de Manaus, uma cidade com muitas facetas. Vivi o período áureo da implantação da Zona Franca de Manaus. Com a expansão urbana acelerada, surgiram, na década de 1970, vários bairros, com infraestrutura urbana precária, com poucas escolas e sistema de saúde público com péssimo atendimento. Nesse processo de expansão urbana, minha família foi morar num loteamento muito pobre, no início da década de 1970 - o bairro da Alvorada I. Faço essa breve descrição para apresentar de onde venho e porque agradecer a tantas pessoas que contribuíram para a minha decisão de escrever uma tese sobre um município do Amazonas.

Agradeço, primeiramente, ao meu pai, Sr. Valdomiro Palmeira Seabra, já falecido, que durante anos, especialmente no início da noite, quando sentávamos na frente de casa para ouvir no rádio os noticiários diários e as partidas de futebol e ele começava a falar de sua infância em Coari-AM e depois em Manaus. Enquanto em Coari ele vivia uma vida muito ligada aos elementos da natureza: banhos de rio, comendo peixe fresco e dormindo nas redes, em Manaus, ele viveu a desilusão de morar numa cidade grande e triste, que estava passando pela derrocada do auge da borracha. As pessoas sonhavam em sair da cidade e encontrar alternativas de vida melhor no centro-sul do Brasil. Era a renúncia da identidade cabocla e a valorização da vida urbana.

Essas lembranças das contradições sociais da minha cidade sempre me angustiaram e essa angústia se torna motivação para entender essa realidade. Nessa perspectiva, minha família me apoiou sempre - mãe, irmãos, sobrinhos, acreditavam no meu potencial intelectual. A valorização familiar aumenta a auto estima e foi fundamental porque, na medida que eles acreditam, vem a cobrança interior, “eu não posso decepcioná-los”. Assim sendo, quero agradecer a eles, muito obrigado pelas vezes que liguei para minha mãe, reclamando do frio e ela me incentivando a continuar, acreditando na minha capacidade reflexiva, talvez mais do que eu mesmo.

Esta tese vai para os meus filhos: Diego, Rafael, Gabriel, Anna Paula e Vicente e para as universidades públicas. Diego é médico neurocirurgião, formado na Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Rafael é formado em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Anna Paula é formada em Arquitetura pela UFAM, Vicente é estudante de Engenharia Aeroespacial na Universidade Federal de Santa Catarina e Gabriel é estudante de Engenharia Eletrônica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Todos, ou se formaram numa universidade pública ou estão em processo de formação. Essa menção especial às universidades públicas se deve, em especial, aos ataques éticos, políticos e financeiros que as universidades públicas estão sofrendo em virtude da opção política neoliberal do atual governo Jair Bolsonaro.

Agradeço também a minha companheira Nubia, que, com sua sensatez e paciência, me dava forças para continuar a escrever e a me dedicar aos estudos, entendendo a importância desta fase da vida que estou passando. É complexo estar distante da família e da companheira de todas as horas. Agradeço à Nubia, que, mesmo me amando, nunca cobrou a minha presença egoisticamente, ou qualquer forma de dedicação integral. O seu entendimento sobre o processo de construção de uma tese fortaleceu a nossa relação, muito obrigado por isso.

Desde o início da década de 1990, mais precisamente em fevereiro de 1992, entrei para o Serviço Público Federal, na antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus, para ser professor de História e, depois, de Filosofia, para os cursos técnicos da área de Agropecuária. As Escolas Federais no Brasil têm uma preocupação em formar técnicos e cidadãos politicamente engajados. A partir de 2008, através da Lei nº 11.892, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e as antigas Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas Federais foram incorporadas aos Institutos Federais e eu, profissionalmente, fui deslocado para apoiar a expansão da Rede Federal no Município de Tabatinga - AM, que fica na fronteira entre a Colômbia e o Peru.

Foi uma experiência fantástica, pois convivi com nações indígenas, especialmente os Tikunas, a cultura da Amazônia Colombiana e Peruana. Depois de dois anos trabalhando na implantação do Campus de Tabatinga, fui deslocado para trabalhar em Coari, a chamada cidade do “gás e petróleo”. Essa vivência profissional,

em consonância com a missão do Instituto Federal do Amazonas de qualificar seus profissionais para atuarem com o objetivo de valorizar o Desenvolvimento Regional no Amazonas e atendendo à missão do Instituto Federal do Amazonas, foi fundamental na escolha do tema desta tese. Dessa forma, agradeço ao Instituto Federal por ter me concedido a licença capacitação integral das atividades laborais para me dedicar totalmente à pesquisa científica, criando, assim, uma oportunidade ímpar para o meu crescimento profissional.

Agradeço à CAPES por ter concedido uma bolsa de auxílio ao pagamento das mensalidades do doutorado e ao corpo docente da Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc. No que se refere aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, quero enfatizar que o exemplo de compromisso com a ciência, a visão de solidariedade com os alunos e o compromisso com a pesquisa são fatores marcantes, contribuindo para que os discentes mergulhem nas análises sobre Desenvolvimento Regional de acordo com viés individual.

As dificuldades de concretizar estudos em nível de doutorado no Amazonas são as mais diversas possíveis. Apesar da oferta de cursos neste segmento ter se ampliado, são poucas universidades que ofertam cursos de doutorado, e as que ofertam têm pouquíssimas vagas. Dessa forma, gostaria de agradecer à Unisc pela oportunidade de pertencer ao seu quadro discente no Programa de Desenvolvimento Regional.

Nestes dois anos de pandemia, as atividades de campo ficaram bastante comprometidas, pois, em determinados momentos, a transmissão do vírus estava elevadíssima, chegando ao ponto de o governo estadual ter decretado lockdown total, ou seja, o Município não poderia receber nenhum visitante, e a população que morava em Coari não poderia se deslocar para outras localidades. Como morei durante três anos em Coari, participei de três projetos de extensão do Instituto Federal do Amazonas nas comunidades rurais. Ao mesmo tempo, participei intensamente das rotinas políticas do Município e conheci diversas pessoas que, de uma forma ou de outra, atuavam profissionalmente em Coari. Dessa forma, quero agradecer ao Adilson, meu ex-aluno do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, instituição pública estadual responsável pela extensão rural, que me ajudou disponibilizando dados sobre as comunidades rurais e algumas vezes entregando questionários, muito obrigado Adilson, sua parceria foi

fundamental.

Outro parceiro fundamental em Coari foi o sr. Archipo Goés que escreveu um livro sobre Coari, intitulado “Nunca Mais Coari: A Fuga dos Jurimáguas” e que possui um arquivo muito interessante com fotos, documentos, revistas, entrevistas, que muito me ajudaram na análise histórica e, com sua sensibilidade acadêmica, sempre que eu solicitava seu apoio, esteve disposto a contribuir.

Agradeço aos amigos que durante o curso estiveram junto comigo. Mas gostaria de fazer um agradecimento especial ao Jaime Weber, que assim como eu, resolveu voltar à academia depois dos 50 anos. O diálogo entre nós, com mais experiência profissional, muito me ajudou nas reflexões teóricas sobre o setor rural no Brasil. Além das reflexões teóricas, Jaime foi um grande parceiro. Antes de conseguir a licença qualificação do Instituto Federal do Amazonas, estava trabalhando em cooperação técnica no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Restinga. Morava em Porto Alegre e vinha para Santa Cruz do Sul a partir de quarta-feira à tarde. Em virtude dos custos, manter dois aluguéis não era fácil. O Jaime, com seu olhar solidário, colocou o apartamento de Porto Alegre à minha disposição para dividir o aluguel comigo e outros amigos. Numa sociedade cada dia mais egoísta, encontrar pessoas com esse nível de solidariedade humana é algo raro, muito obrigado Jaime Weber.

Além do Jaime Weber, gostaria de agradecer à Emanule Mantovani, Manu, Maria Raquel Pilar Steyer que foram parceiras durante as reflexões da hora do almoço e durante os intervalos para o café, além das cervejas no final da tarde. Sonhávamos com as possibilidades futuras das nossas teses e, aos poucos, íamos amadurecendo os objetivos dos nossos estudos, obrigado Manu e Raquel.

Na condição de orientando da Professora Erica Karnopp, gostaria de agradecer sua disposição de caminhar lado a lado. A Erica, em todos os momentos que solicitei ajuda nas dúvidas teóricas e existenciais, muito mais que uma orientadora, foi e é uma grande amiga. Apesar da sua grande experiência na pós-graduação, nunca impôs tendências ou teorias que determinassem meu caminhar, me deixou livre para pensar e escrever de acordo com a minha maturidade intelectual. Sem dúvida nenhuma, essa liberdade me ajudou muito nesta caminhada. Muito obrigado, Erica, você foi fundamental.

O Fim que Se Aproxima

*Amazonas: mito
grego menos antigo que os mitos da
Amazônia.*

*Os que vivem no Cosmo há
milênios são perseguidos por mãos de
ganância, olhos ávidos: minério, fogo,
serragem, fim.*

*Quem são
vocês, incendiários desde
sempre, ferozes
construtores de ruínas?*

*Os que queimam, impunes, a morada ancestral,
projetam no céu mapas sombrios:
manchas da floresta calcinada,
cicatrizes de rios que não
renascem.*

*Qual Brasil se
esconde atrás da humanidade
amazônica?*

*Que triste pátria
delida, mais armada que
amada: traidora de riquezas
e verdades. Quando tudo for
deserto,
o mundo ouvirá rugidos de
fantasmas. E todos vão escutar, numa
agonia seca,
o eco: Não existirão mundos, novos
ou velhos,
nem passado ou
futuro. No
solo de
cinzas:*

o tempo-espaço vazio

Milton Hatoum

RESUMO

A Amazônia brasileira apresenta uma diversidade de interpretações. No caso desta pesquisa, abordar-se-á uma análise sobre o Município de Coari, no Estado do Amazonas, que se caracteriza por ter a produção de gás e petróleo em seu território, o que influencia na relação com os processos socioculturais e político-econômicos que se desenvolvem nele. Ao delimitar espacialmente esta pesquisa, está-se referindo a um espaço-tempo-vivido marcado, sobretudo, por verticalidades e por processos de desenvolvimento exógenos que reforçam sua subalternidade e ampliam as desigualdades sociais. Esse espaço-tempo-vivido, apesar do acesso a abundâncias de recursos financeiros oriundos dos royalties do petróleo, ainda mantém hegemonias políticas e econômicas oriundas do modelo colonial português do início do século, de subalternidades e elitismo. O objeto central desta tese será analisar as reconfigurações territoriais, rural e urbana, que ocorreram em Coari-AM a partir da implantação da indústria petrolífera no Município. Para tanto, ancora-se epistemologicamente sobre a teoria dos territórios de Milton Santos e pesquisadores que tratam deste tema, como Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Bertha Becker, Arilson Favaretto e Eliseo Sposito. Portanto, o conceito de território será fundamental ao longo desta tese. Os objetivos específicos são: a) Analisar os paradigmas históricos do capitalismo na Amazônia considerando a implantação da indústria petrolífera como um enclave econômico no Município de Coari; b) Investigar como a indústria petrolífera afetou a constituição territorial e quais as variações espaciais que ocorreram no Município de Coari-AM; c) Investigar as reconfigurações do rural e urbano que transcorreram em Coari-AM, após o acesso aos recursos dos royalties. Para tal, a tese está estruturada de maneira a explorar, descrever e analisar o território, formação socioespacial e desenvolvimento regional na Amazônia e sua ação no Município de Coari, as grandes alterações territoriais que ocorreram, desde a implantação da exploração petrolífera até o momento atual. A partir das entrevistas, nota-se que a implantação da indústria petrolífera mantém e aprofunda um projeto de desenvolvimento com uma apartação social, em que a participação popular se restringe ao processo eleitoral. Por fim, a partir de experiências internacionais da indústria petrolífera, apresenta-se os aspectos históricos da exploração petrolífera brasileira, o marco regulatório e os royalties, os modelos internacionais de partilha de exploração dos hidrocarbonetos. A exploração petrolífera em Coari apresenta um verdadeiro paradoxo - somente produzir e gerar lucros -, pouco ou nada importa a realidade local, não se interessa pelo protagonismo das comunidades, pelos investimentos que podem ser gerados a partir da arrecadação dos royalties.

Palavras-chave: Território, Coari-AM, Royalties.

ABSTRACT

The Brazilian Amazon presents a diversity of interpretations, in case of this research, an analysis of the city of Coari in the State of Amazonas will be conducted, which is characterized by having on its territory the production of gas and oil, which influences the relationship with sociocultural and political-economic processes that develop in this municipality. By spatially delimiting this research, it is referring to a lived space-time marked above all by verticality and by exogenous development processes, which reinforce its subalternity and expand social inequalities, and in which, despite the access to abundant financial resources from petroleum royalties, it still maintains political and economic hegemonies arising from the Portuguese colonial model of the beginning of the century, of subalternities and elitism. The central object of this research will be to analyze the rural and urban territorial reconfigurations that occurred in Coari-AM from the implantation of the oil industry in the municipality, for this it is epistemologically anchored on the theory of territories of Milton Santos and researchers who deal with this theme, such as Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Bertha Becker, Arilson Favaretto, and Eliseo Sposito, so the concept of territory will be fundamental throughout the thesis. The specific objectives are: a) to analyze the historical paradigms of capitalism in the Amazon considering the implementation of the oil industry as an economic enclave in the municipality of Coari; b) to investigate how the oil industry affected the territorial constitution and which spatial variations occurred in the municipality of Coari-AM; c) to investigate the rural and urban reconfigurations that took place in Coari-AM after accessing the royalties resources. To this end, the thesis is structured in order to explore, describe and analyze the territory, socio-spatial formation and regional development in the Amazon and its action in the municipality of Coari, the great territorial changes that have occurred in Coari since the implementation of oil exploration until the present. From the interviews, it is noted that the implementation of the oil industry maintains and deepens a development project with a social separation where popular participation is restricted to the electoral process and finally, based on international experiences of the oil industry, I present the historical aspects of Brazilian oil exploration, the regulatory framework and royalties, international models for sharing the exploration of hydrocarbons and the Coari-AM relationship. Oil exploration in Coari is a real paradox: where the concern of oil exploration is only to produce and generate profits, little or nothing matters about local reality; it is not interested in community protagonism or the investments that can be generated from royalties collection.

Keywords: Territory, Coari-AM, Royalties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de Coari/AM.....	020
Figura 02: Vista aérea da sede municipal - Lago de Coari (água escura) e Rio Solimões (água clara).....	023
Figura 03: vista da Vila de Coari às margens do lago, 1860.....	061
Figura 04: Rua XV de novembro, 1910.....	064
Figura 05: Posto de Saúde – Jose Ricardo.....	069
Figura 06: Cerimônia de Elevação da Vila de Coari à condição de cidade.....	069
Figura 07: Porto de Coari em construção.....	070
Figura 08: Biblioteca Álvaro Maia.....	071
Figura 09: Chegada do governador Álvaro Maia em Coari, 4 de julho de 1942.....	073
Figura 10: Chegada do governador Álvaro Maia em Coari, 04 de julho de 1942...	074
Figura 11: Primeiro barco regional que chegou ao trapiche em construção, no dia 28 de março de 1937.....	075
Figura 12: Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância. Edifício em construção.....	075
Figura 13: Busto em homenagem a dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Inaugurado em 19 de abril de 1943.....	076
Figura 14: Rua da Frente na década de 1940.....	077
Figura 15: Partindo de Kansas para Manaus e depois com destino a Coari, 5/12/1947, da direita para a esquerda: Jane Frances Ballman, M. Marciana Heimermann, Georgina Heimermann, Julitta Elsen.....	080
Figura 16: Agência do Banco da Amazônia, ano 1968.....	089
Figura 17: Imagem da Base Petrolífera de Urucu.....	114
Figura 18: Base Petrolífera do Urucu.....	117
Figura 19: Capa do Relatório Gawora.....	118
Figura 20: Construção do Gasoduto.....	121
Figura 21: Área de influência do Gasoduto Coari/Manaus.....	129
Figura 22: Mapa da Comunidades estudadas.....	130
Figura 23: A arquitetura das casas.....	131
Figura 24: A arquitetura das casas.....	131
Figura 25: Orla da cidade de Coari-AM.....	144
Figura 26: Casa flutuante sendo transportada por rebocador.....	145

Figura 27: Casa flutuante em construção.....	146
Figura 28: Casas flutuantes nas cheias dos rios e nas vazantes.....	147
Figura 29: contato com a ouvidoria da Petrobras.....	160
Figura 30: Setor industrial (Fachada da Empresa Industrial de Juta S/A - Jutal)...	165
Figura 31: Setor industrial (Escritório da Empresa Industrial de Juta S/A - Jutal)...	166
Figura 32: Eberval Melo da Silva, Gerente/Administrador da Jutal.....	167
Figura 33: Supermercado Siqueira.....	167
Gráfico 01: Crescimento populacional em relação a outros municípios do Estado.....	021
Gráfico 02: Frequência relativa das finalidades das espécies florestais.....	134

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01: População residente por situação de domicílio.....	021
Tabela 02: Indicadores de Educação em Coari.....	022
Tabela 03: Atividade Econômica – Coari/2016.....	026
Tabela 04: Coari no Estado do Amazonas, setor agropecuária – 2016.....	026
Tabela 05: Coari no Estado do Amazonas – setor industrial/2016.....	026
Tabela 06: Escolaridade.....	027
Tabela 07: Dados de Saúde.....	027
Tabela 08: Território e meio ambiente.....	028
Tabela 09: Número de dormitórios nas comunidades estudadas.....	131
Tabela 10: Principais espécies encontradas nos quintais para subsistência e comercialização.....	132
Tabela 11: Ocorrência de criação de animais nas comunidades.....	132
Tabela 12: Frequência de espécies frutíferas distribuídas nas áreas de roça e quintal nas três comunidades.....	133
Tabela 13: Produção agroextrativista de Terra Firme.....	133
Tabela 14: Origem dos rendimentos dos moradores, ano 2006.....	134
Tabela 15: Arrecadação de royalties nos anos 1994 a 2005.....	136
Quadro 01: Tipologia do desenvolvimento rural brasileiro.....	050

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BASA	Banco da Amazônia
BPD	Barris de petróleo por dia
Brasduto	Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção
Caesc	Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari
Caeta	Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
Compaj	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Coppe	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CT-Petro	Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural
CVSF	Companhia de Valorização do São Francisco
Denatram	Departamento Nacional de Trânsito
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FS	Fundo Social
Geourban-UFPA	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano da Universidade Federal do Pará
GN	Gás Natural
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GNL	Gás Natural Liquefeito
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento para Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAM	Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas
INEGI	Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
I-Piatam	Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia
LUC	Leste do Rio Urucu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NAEA/UFPA	Núcleo de Alto Estudo da Amazônia
Nepecab	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
Neser	North East Scotland Economic Review
PE	Participações Especiais
Pemex	Petróleos Mexicanos
PIB	Produto Interno Bruto
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPU	Província Petrolífera de Urucu
PRR	Procuradoria Regional da República
PSD	Partido Social Democrático
RPA	Regiões Produtivas Agrícolas
RUC	Rio Urucu
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUC	Sudoeste do Rio Urucu

SUDAN	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAM A	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
TC	Taxa de Corporação
TCE/AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
TCU	Tribunal de Contas da União
TJ/AM	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
UND	União Democrática Nacional
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

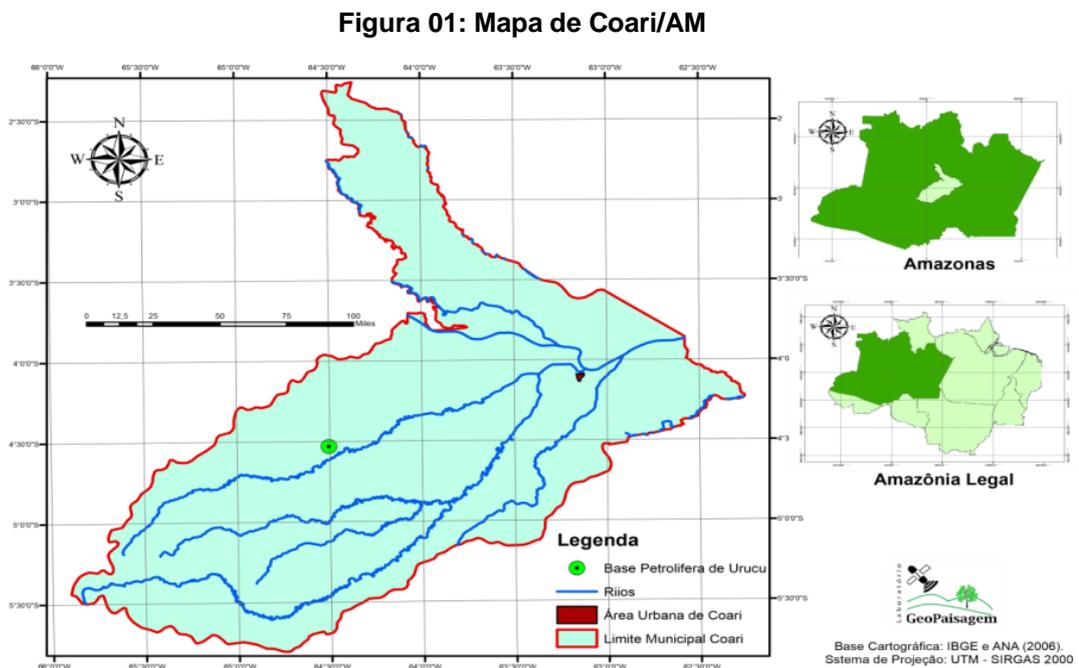
1	INTRODUÇÃO.....	020
2	TERRITÓRIO, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	041
2.1	A questão conceitual do território na Amazônia brasileira.....	041
2.2	Aspectos históricos que influenciaram na formação territorial no Município de Coari/AM.....	053
2.3	A influência do catolicismo no Município de Coari: os padres Redentoristas e as irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.....	077
2.4	O Município de Coari e suas dinâmicas na questão do desenvolvimento regional no Estado do Amazonas.....	081
3	EXPERIÊNCIAS DOS IMPACTOS DO PETRÓLEO NO BRASIL E NO MUNDO E SUAS POSSIBILIDADES NA CONTEMPORANEIDADE.....	092
3.1	Aspectos históricos da exploração Petrolífera Brasileira.....	093
3.2	Marco Regulatório e os Royalties.....	099
3.3	Modelos internacionais de partilha de exploração dos hidrocarbonetos.....	103
4	ALTERAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA EM COARI.....	111
4.1	Os primeiros passos para implantação da exploração petrolífera.....	113
4.2	Configurações socioespaciais das comunidades do médio Solimões a partir da implantação da produção petrolífera.....	122
4.3	A alteração econômica em virtude do acesso ao dinheiro da Petrobras.....	135
4.4	Trabalho, emprego e renda em Coari.....	137
4.5	Abastecimento de água e saneamento básico.....	140
4.6	A mobilidade urbana em Coari.....	141
4.7	A questão da alteração das moradias em Coari: cidade flutuante e terra firme.....	143
4.8	O rural e o urbano em Coari.....	148

5	APARTAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI/AM.....	160
5.1	Análise das entrevistas e trabalho de campo.....	160
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
	REFERÊNCIAS.....	185

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese, visa-se investigar as influências da Petrobras após o início da exploração petrolífera no Município de Coari/AM, suas dinâmicas socioespaciais, bem como as repercussões da renda dos royalties do petróleo no território, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

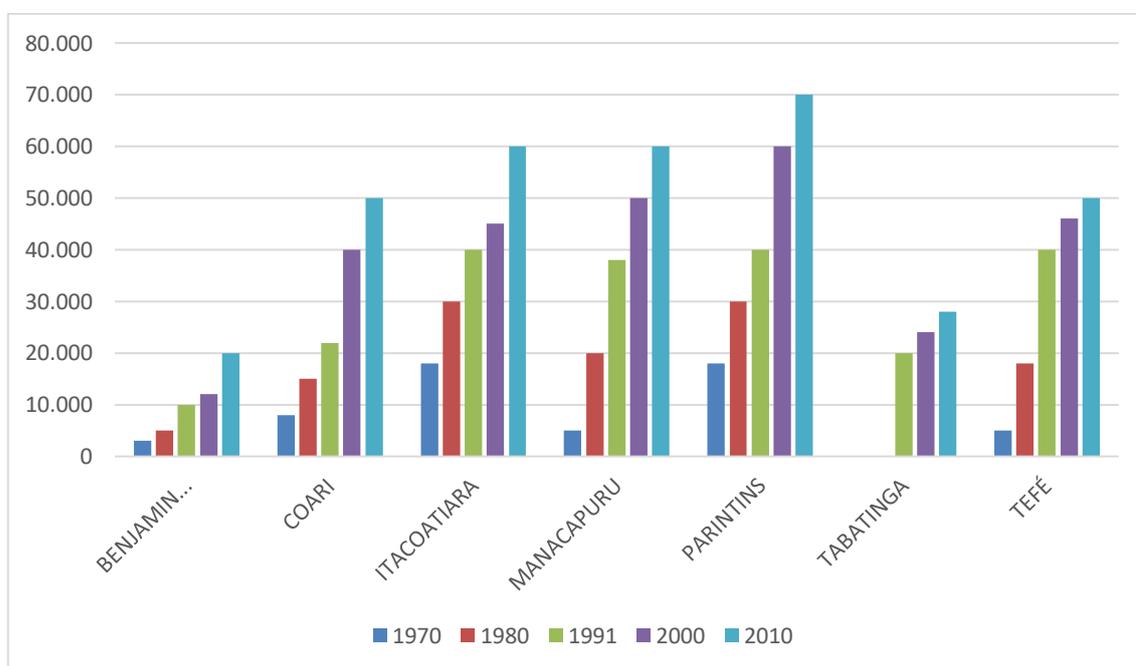
Este Município recebe recursos dos royalties da Petrobras por ser um produtor de gás e petróleo, que reverberam nas questões sociais, culturais e econômicas, envolvendo uma série de atores: os ribeirinhos, mercados internacionais do petróleo, o comércio local, população urbana e suas alterações socioespaciais. O Município de Coari, com seus 57.922 km², é maior que sete estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Espírito Santo). Situado a 463 km de Manaus (via fluvial) / 363 km (linha reta), é banhado pelo rio Solimões na direção oeste; e limita-se ao norte com o Município Codajás; ao sul, com o Município de Tapauá; a leste, com o Município de Anori; e a oeste, com o Município de Tefé (IBGE, 2020).



Fonte: IBGE/2020.

A maior alteração ocorrida em Coari foi o aumento da população urbana. A partir da década de 1990, milhares de pessoas se deslocavam para a sede do Município em virtude da possibilidade de conseguir trabalho melhor remunerado em algum empreendimento ligado à indústria petrolífera, possibilidade de construir uma moradia, escola para os filhos e acesso à saúde para a família. A população urbana cresceu de quase 9 mil habitantes em 1970 para mais de 50 mil habitantes em 2010 (IBGE, 2010).

Gráfico 01: Crescimento populacional em relação a outros municípios do Estado



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1991 e 2010.

Tabela 01: População residente por situação de domicílio

Município	Situação do domicílio	Ano					
		1970	1980	1991	2000	2010	2020*
	Total	27.636	42.609	38.678	67.096	75.965	85.097
Coari/AM	Urbana	8.878	14.805	21.081	39.504	49.651	
	Rural	18.758	27.804	17.597	27.592	26.314	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2020

* População aproximada.

A infraestrutura do Município de Coari, desde o ano de 1996, resulta dos abundantes recursos obtidos por meio do repasse dos royalties do petróleo, sendo

que 83,4% das receitas são oriundas de fontes externas. Em 2015, a renda mensal média do Município era de 3,4 salários mínimos, representando a maior renda média dos municípios do Estado do Amazonas. Na última pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2018, o salário médio mensal era de 2,9 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9,6%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as seguintes posições: 3º lugar entre os 62 municípios do Amazonas. Entre os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 48 entre os 62 municípios do Estado.

Com a chegada dos recursos dos royalties do petróleo, a expectativa era que aumentasse a oferta de empregos formais e informais e que, no geral, as condições sociais se transformassem. No entanto, isso não se concretizou e, por outro lado, ampliou a acumulação de renda. Os indicadores de pobreza são baixos, o índice Gini apresenta concentração de renda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, o analfabetismo e o Índice de Desenvolvimento para Educação Básica - IDEB pouco foram alterados se comparados com os indicadores do Estado do Amazonas. A taxa de mortalidade infantil na cidade, em 2019, era de 16,49 para mil nascidos vivos, ficando na posição 42º dos 62 municípios do Estado do Amazonas (IBGE, 2010).

Tabela 02: Indicadores de Educação em Coari

Territorialidades	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000	IDHM Educação 2010
Brasil	0,279	0,456	0,637
Coari (AM)	0,105	0,174	0,425

Fonte: IBGE, 2020. Elaboração Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Como a maioria dos municípios do Estado Amazonas, Coari fica localizada às margens do Rio Solimões, na entrada do lago de Coari. A constituição de vilas e cidades nas cabeceiras dos grandes rios foi uma tradição geopolítica que surgiu durante o processo de colonização portuguesa. As vilas ficavam sempre na entrada dos grandes rios da Amazônia, a fim de facilitar o acesso dos portugueses e dos missionários católicos às comunidades indígenas. Esse movimento espacial de deslocamento dos índios do meio da floresta para as cabeceiras dos grandes rios é

chamado de descimentos indígenas¹.

Figura 02: Vista aérea da sede municipal - Lago de Coari (água escura) e Rio Solimões (água clara)



Fonte: DOURADO, 2016. p. 46.

Segundo Soler (2009), a sociedade coariense é formada, na sua maioria, por ribeirinhos com pouca representatividade política, o chamado —Coronelismo de Barrancoll² é um dos fatores importantes na sua constituição política. O sistema de

¹ Uma das medidas tomadas pela coroa portuguesa para ocupar a Amazônia foram os chamados descimentos indígenas, por meio dos quais os portugueses caçavam e escravizavam os indígenas, tirando-os do meio da floresta levando-os às cabeceiras dos rios. Com isso, passavam a ter acesso à mão-de-obra indígena, pois eram os índios que erigiam os povoadamentos, construía as moradias dos colonos, os conventos religiosos, a casa dos oficiais da Câmara, recolhiam as drogas do sertão, produziam sal, peixe e farinha, a base alimentar da região, entre outras diversas atividades.

² O primeiro autor a estudar o coronelismo no Brasil foi Victor Nunes Leal (1976), no seu clássico “Coronelismo, enxada e voto”, ele afirma que o termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Depois dele alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. Depois dele os pesquisadores Maria de Lourdes Janotti (1981), José Murilo de Carvalho (1997) e Maria Isaura Pereira de Queiroz estudaram o coronelismo que existia desde o Império, mas só se legitimou na República, quando houve uma ampliação do papel desta figura na nova estrutura política. Segundo Leal (1976), o título de coronel passou a ser designado com a criação da Guarda Nacional que, por sua vez, foi criada pouco depois da Independência, a partir do dia 18 de agosto, em 1831, que tinha o objetivo de estreitar o laço entre o governo e o poder privado. A função da Guarda, de acordo com Janotti (1981), era coibir movimentos revolucionários da época. Após a extinção da Guarda Nacional, o uso desta alcunha permaneceu. Na Amazônia, mesmo sem título oficial, tornou-se costumeiro agregar o termo coronel ao nome dos proprietários de seringais. Todos eles passaram a ser chamados indistintamente de coronéis de barranco, assim como todos os aviadores (sujeitos que faziam o aviamento, ou seja, eram responsáveis pelo transporte dos produtos para os seringais) da região receberam o título de comendador, mesmo sem a comenda oficial.

coronelismo de barranco na Amazônia denomina o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia portuguesa. Alguns historiadores denominaram os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. No caso da Amazônia, eles eram o elo entre os seringais e as casas aviadoras, foram os responsáveis pela ligação da Província Central com as vilas, povoações e cidades. Coari não fugiu à regra. Segundo o Livro —Nunca mais Coari: a fuga dos Juramaguasll de Archipo Góes (2016), os dois grandes representantes deste modelo de política de Coronéis de Coari foram Alexandre Montoril e Deolindo Dantas que, no capítulo sobre a formação territorial de Coari, serão apresentados com mais detalhes.

Após a derrocada da exportação da borracha na década de 1930 até o início da década de 1980, as principais atividades econômicas do Município estavam concentradas no setor primário. A maioria dos produtores está localizada em área de várzea, onde existe a produção agrícola de forma sazonal, dependendo das cheias e vazantes dos rios. Os produtores de terra firme são considerados os latifundiários, algo característico e situação comum na Amazônia. Nas terras firmes, cria-se gado e se exploram culturas anuais e, nas áreas de várzea, a produção é baseada em culturas de ciclo curto. Coari foi, nas décadas 1930 até 1980, um grande centro de coleta de castanha-do-pará, sendo este o principal produto extrativista do Município, além da coleta de pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros.

A cultura da banana foi, na década de 1980 até meados da década de 1990, a cultura de maior expressão econômica pois tinha um grande mercado consumidor em Manaus. No final da década de 1990, os bananais de Coari foram dizimados pela doença Sigatoka Negra, que entrou pela fronteira da Colômbia e Peru, destruindo a maior parte dos bananais (PEREIRA, GASPAROTTO, 2000).

Com a chegada da indústria petrolífera em Coari, a geração de emprego e renda no Município se concentrou na Prefeitura, segundo Soler

Considerando que a população, em 2005, era de 84.309 habitantes, observa-se que era significativo o percentual de 8,5% de pessoas empregadas na Prefeitura Municipal de Coari (7.000 servidores). Destes, apenas 473 pessoas haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho. (SOLER, 2009, p. 5).

Essa dependência de emprego via Prefeitura torna este ente público o maior empregador, que usa deste poder econômico em benefício político. Para citar, na prática, como isso acontece, o atual prefeito (2019) é filho de um ex-prefeito que já tinha sido eleito por três mandatos, uma oligarquia política. Esse contexto político é bastante analisado pelos estudiosos da —Teoria das Elites, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, C. Wright Mills.

O fato de as finanças públicas municipais serem dependentes das receitas do petróleo, em especial, dos royalties, demonstra a tendência de se manterem como economias rentistas. Nesse contexto, a oscilação no preço e na produção do petróleo implica instabilidade orçamentária, o que consiste em uma ameaça ao crescimento e ao desenvolvimento. A perda dessas receitas devido à queda dos preços da commodity é uma restrição do mercado desta matéria prima (SANTANA, 2017, p. 167).

Outro exemplo do poder econômico da Prefeitura Coari está nas comunidades rurais. Coari possui 287 comunidades que, na sua grande maioria, foram criadas por decisão da prefeitura, que instituiu um salário mínimo para cada líder comunitário, gerando uma disputa nas comunidades por estes cargos e, ao mesmo tempo, deixando estes líderes na dependência econômica e política dos repasses municipais.

Essa cobiça pelo acesso aos recursos financeiros gerou uma grande competição para alcançar postos políticos na administração pública municipal, controlar o fluxo de informações e a circulação de bens e serviços que passaram a ser alvo da elite local, surgindo aquilo que na ciência política se conceitua como elite dominante.

Explica-se, dessa forma, a fragilidade da participação política da sociedade coariense, que tem suas raízes históricas no modelo político vivenciado no Estado do Amazonas, no qual as decisões eram centralizadas em Manaus. Esse centralismo econômico fica evidente com a derrocada da borracha e o surgimento da Zona Franca de Manaus - ZFM. Tanto no período da exploração da borracha quanto no modelo ZFM, quase toda a economia estadual gira em torno de Manaus. O único município do Estado do Amazonas que, atualmente, não depende economicamente dos repasses estaduais é Coari.

Tabela 03: Atividade Econômica – Coari/2016

Setor	Faturamento em R\$
Agropecuária	R\$ 138.749,88
Indústria	R\$ 243.160,59
Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 309.029,30
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 374.520,49

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA 2016.

A atividade econômica de maior impacto em Coari é constituída pelos repasses dos royalties do petróleo e dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos municípios. Os setores de serviços e de administração pública que tornam o Município, economicamente, totalmente dependente desses repasses, serão analisados no capítulo 4, que trata sobre os impactos econômicos que surgiram no Município em virtude da exploração petrolífera.

Tabela 04: Coari no Estado do Amazonas, setor agropecuária - 2016

Município	Valor movimentado em R\$
1º Itacoatiara	R\$ 620.768,09
2º Manacapuru	R\$ 514.826,11
3º Codajás	R\$ 499.899,80
4º Parintins	R\$ 276.930,31
5º Rio Preto da Eva	R\$ 227.748,87
14º Coari	R\$ 138.749,88

Fonte - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA-2016.

O Município de Coari, até a década de 1990, tinha como principal setor produtivo a produção agropecuária. No entanto, nos últimos 15 anos, essa realidade se alterou. O setor agropecuário reduziu consideravelmente sua produção que abastecia o principal mercado consumidor do Amazonas, Manaus. Deixou de produzir em razão do êxodo rural e das doenças que afetaram as áreas produtivas de banana, principal produto de exportação.

Tabela 05: Coari no Estado do Amazonas – setor industrial/2016

Município	Valor movimentado em R\$
1º Manaus	R\$ 25.131.156,62
2º Coari	R\$ 243.160,59
3º Itacoatiara	R\$ 182.363,43
4º Presidente Figueiredo	R\$ 116.729,45
5º Manacapuru	R\$ 70.216,17

Fonte - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No que se refere à produção industrial, a partir da instalação do terminal Solimões, usado para coleta e processamento de gás natural e óleo, alterou-se a matriz produtiva do Município, que possuía pequenas indústrias de tijolos, pequenas marcenarias e algumas agroindústrias, Coari passou a ser a segunda cidade mais industrializada do Amazonas.

Tabela 06: Escolaridade

Taxa de Escolaridade de 14 anos de idade – Comparando com outros municípios	Colocação
No País	5.507 ^o
No Estado do AM	42 ^o
Na microrregião	4 ^o
IDEB - Anos iniciais Ens. Fundamental (Rede Publica)	4,6
IDEB – Anos finais do Ens. Fundamental (Rede Publica)	3,7

Fonte: IBGE/2019.

O Produto Interno Bruto - PIB per capita (2018) de Coari, segundo o IBGE, é de R\$ 23.921,53, valor considerado bastante elevado, sendo o Município com o segundo maior PIB no Estado do Amazonas. Tem na atividade industrial e na prestação de serviços a sua maior concentração de renda. No entanto, a partir do momento em que se verificou a aplicação dos recursos públicos exclusivamente voltados para defesa, educação e saúde, Coari apresenta uma redução bastante alta em relação a outros municípios do Estado, com PIB inferior, ficando em quarto lugar, demonstrando claramente que os investimentos estão aquém das necessidades do Município.

Tabela 07: Dados de Saúde

Mortalidade Infantil 18,2 óbitos por mil nascidos	Classificação
No País	1358 ^o
No Estado do Amazonas	27 ^o
Na microrregião	3 ^o
Internações por diarreia	1,7 por mil nascidos

Fonte – IBGE/2019.

Apesar do grande aporte de recursos, os investimentos em educação ainda não produziram resultados satisfatórios. O Município ocupa o 42^o lugar na taxa de escolarização e com uma nota no Índice de Desenvolvimento para Educação Básica - IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental de 4,6 e 3,7 nos anos finais.

A má gestão dos recursos públicos se manifesta na questão da saúde, ficando

no 27º lugar em relação à mortalidade infantil, muito em consequência da ausência de investimentos em saneamento básico e urbanização das vias públicas.

Tabela 08: Território e meio ambiente

Esgotamento sanitário	38%
Arborização de vias públicas	69,4%
Urbanização de vias públicas	21,3%

Fonte – IBGE/2019.

O recorte temporal utilizado foi o período a partir de 1988, finalizando em 2020, quando a influência dos recursos financeiros dos royalties já está consolidada no Município e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do modelo de enclave econômico, baseado exclusivamente nos repasses dos royalties para a Prefeitura, gerou uma extraordinária dependência e controle sobre os investimentos e empregabilidade. A análise utiliza como referencial teórico o conceito de território e o conceito de formação socioespacial de Milton Santos e sua relação com o desenvolvimento regional.

Dessa forma, busca-se entender a influência da dependência dos royalties na formação deste território, Coari, inserido no modo de produção capitalista brasileiro. Esse modo de produção substituiu o modelo econômico baseado no extrativismo de produtos do bioma amazônico e na agricultura familiar, passando para um modelo econômico industrial, voltado para um único produto, com poucos encadeamentos produtivos e econômicos para frente e para trás, no espaço regional, dada a sua direta dependência externa do mercado global de petróleo e em virtude dos royalties.

A partir da constituição territorial sócio-histórica do Município de Coari, analisa-se como a entrada dos recursos financeiros da Petrobras, por meio dos royalties e da chegada de empresas para construção da infraestrutura da base petrolífera, conduziu a mudanças profundas nos fluxos constitutivos, comunicativos, culturais e espaciais. Da mesma forma, busca-se evidenciar os conflitos no espaço local a partir das alterações técnico científicas, do *modus vivendi* e da territorialidade local, bem como a constituição e fortalecimento de um enclave econômico baseado na exploração petrolífera, apresentando fragilidade na constituição de um desenvolvimento regional.

O Município de Coari, no Amazonas, apresenta algumas características ímpares para uma análise a partir de uma epistemologia territorial. Trindade (2013), incorporando em sua escrita no paper de nº 321, dezembro de 2013, do Núcleo de Alto Estudo da Amazônia - NAEA/UFGPA as ideias de Milton Santos sobre território,

apresenta duas grandes tipologias sobre os municípios amazônicos: existem as —cidades na florestall e as —cidades da florestall. As —cidades na florestall surgiram especialmente a partir da década de 1960, com os projetos desenvolvimentistas nacionalistas, implantados a partir da visão geopolítica da Ditadura Militar no Brasil, que enxergava na Amazônia um grande vazio de projetos de desenvolvimento econômico e, portanto, fazia-se necessária sua integração ao capitalismo nacional e internacional. Essas cidades surgiram com projetos voltados especialmente para a exploração econômica do ecossistema amazônico, próximo à exploração mineral e às grandes hidrelétricas.

As “cidades da floresta” apresentam traços de pequenos municípios associados à circulação fluvial e com fortes elos em relação à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram densas articulações com o seu respectivo entorno ou localidades relativamente próximas: vilas, povoados e comunidades ribeirinhas (TRINDADE, 2013). O Município de Coari apresenta as duas categorias: a de uma cidade da floresta, por ter em seu território a exploração petrolífera a partir da década de 1990 e, ao mesmo tempo, não perdeu seus elementos culturais, sociais e biogeográficos que permanecem vivos no seu território, como as técnicas do uso do solo com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental, técnicas de captura de animais silvestres, períodos apropriados para pesca de determinadas espécies de peixe, técnicas de fabricação e uso de canoas. Muitas das casas, tanto rurais quanto urbanas, são construídas com material vegetal e o uso da rede como equipamento básico para os descansos noturnos. Além da forte ligação com as vazantes e cheias dos rios que fazem surgir a várzea amazônica, onde se pesca e se caça e se produz alguns produtos agrícolas para o consumo familiar e, esporadicamente, os excedentes são comercializados nas feiras e mercados. Um fator quase místico muito presente na relação do rural e urbano em Coari é a relação das pessoas com o rio, como cita Tocantins (1988):

O rio adquire uma associação quase mística com os homens que habitam os rincões da Amazônia. As comunidades, as barracas, os barracões se desenvolvem a beira dos rios, junto aos barrancos inundáveis, equilibrados nos esteios de madeira, prontos para locomoverem-se para trás se as terras caídas ameaçarem as palafitas, mas sempre junto ao rio, na atração máxima do caudal de águas que é o caminho das energias vitais e comanda a vida no anfiteatro amazônico. Para esse autor o rio conduz a vida dos ribeirinhos,

pois que das relações que estabelecem com o ambiente natural, pode-se notar que —o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional (TOCANTINS, 1988, p. 233).

Essa relação que hibridiza rural e urbano e suas implicações na reconfiguração territorial a partir da implantação da indústria petrolífera no Município de Coari/AM foi o que deu origem e motivou a elaboração desta tese. Já existem algumas teses sobre a exploração petrolífera em Coari. Algumas usam os princípios da sustentabilidade ambiental, outras buscam explicar as consequências econômicas e sociais do acesso aos recursos dos royalties do petróleo. Há também as de cunho antropológico, apresentando as alterações do habitus do ribeirinho em Coari, bem como sua invisibilidade após o início da exploração petrolífera, além de um estudo sobre o direito ao acesso aos royalties. Para analisar e compreender a reconfiguração territorial a partir da exploração petrolífera, investigou-se os paradigmas históricos do capitalismo na Amazônia, desde o período colonial até o estabelecimento da indústria petrolífera como um enclave econômico no Município; averiguou-se como a indústria petrolífera afetou a constituição territorial e quais as variações espaciais que ocorreram no Município de Coari/AM, analisando reconfigurações territoriais que transcorreram para confirmar a hipótese de uma tipologia territorial que funde o rural e o urbano em redes que se entrelaçam na cultura, no território e nas relações sociais.

Para fundamentar teórica e metodologicamente esta tese, empregaram-se as categorias histórico-dialéticas sob o prisma da territorialidade. Sendo o conceito de território um elemento chave deste primeiro capítulo, foram analisadas as relações sociais capitalistas na Amazônia e em Coari, com o objetivo de esclarecer como, em diversos momentos, o capital nacional e internacional utilizou os recursos oriundos da Amazônia para abastecer os mercados comerciais e industriais mundiais. Estes são os princípios que sempre nortearam tanto a colonização portuguesa quanto os projetos de desenvolvimento nacional para a Amazônia. Ao entender essa gênese histórica das relações sociais capitalistas da Amazônia e sua relação entre o capital e trabalho, aparece claramente um caráter com viés exploratório e de dominação, que inicia com a escravidão indígena, passa pelo sistema de aviação do período da borracha, constrói relações de submissão entre os ribeirinhos e os regatões (comerciantes que vendiam mercadorias ao longo dos rios), o coronelismo de

barranco, cristianização violenta com projetos exógenos de desenvolvimento. O entendimento sobre a história das contradições capitalistas da Amazônia e sua realidade, suas múltiplas determinações, seu movimento de constituição até se chegar ao estágio atual de Coari, faz parte do primeiro capítulo da tese.

A escolha do Município de Coari para ser tema desta pesquisa parte de um princípio existencial deste autor, que conhece a região onde trabalhou como professor do Instituto Federal do Amazonas no Campus Coari. Nas andanças pelas comunidades, nos projetos de extensão, no dia a dia com os alunos, nas rotinas das atividades docentes, manifestou-se a angústia de querer entender por que um município com tanta riqueza natural e financeira apresentava carência de infraestrutura, ausência de uma política de desenvolvimento local e submissão da maioria dos moradores aos ditames dos políticos locais.

Essas constatações levaram a querer entender as modificações territoriais, culturais e de *modus vivendi* que ocorreram no Município de Coari após a chegada da indústria petrolífera. Além disso, buscou-se entender as contribuições para o desenvolvimento local a partir da implantação da indústria petrolífera no Município e, por fim, compreender como o município de maior arrecadação de recursos financeiros externos, oriundos dos royalties do petróleo, gerou inúmeras contradições sociais no espaço territorial.

A indústria petrolífera, no geral, é uma atividade que provoca poucos encadeamentos econômicos regionais. Isso se amplia na Amazônia de economia extrativista, pois a mera exploração petrolífera, sem agregar nenhum tipo de produto que possa ser produzido no município, o torna mais desprotegido economicamente, como afirma Piquet (2017, p. 202):

Segundo essa visão, as fartas rendas dela provenientes inibem a capacidade de expansão de outros setores produtivos. Até mesmo nos casos exitosos, nos quais ocorre a formação de cadeias produtivas fornecedoras, a desejada independência em relação ao setor extrativista não se verifica, uma vez que as indústrias assim surgidas são altamente atreladas à produção do próprio setor.

Segundo Piquet (2017, p. 206), uma economia baseada em um único produto, estará sujeita às flutuações da demanda e dos preços internacionais, como é o caso do petróleo, isto é bastante evidente. Outro fator é que o petróleo é um recurso exaurível e toda sua infraestrutura de produção somente poderá ser mantida se

existirem depósitos economicamente viáveis. Essa inflexibilidade econômica, com uma base extrativista efêmera, cria um caráter de enclave.

No caso desta tese, parte-se da teoria crítica do espaço geográfico, procurando entender as implicações e configurações que ocorreram neste território, a partir de uma visão histórica e da nova racionalidade de exploração capitalista por meio da submissão deste território à lógica da exploração petrolífera e da possibilidade de esgotamento dos repasses dos royalties do petróleo em um futuro próximo.

Dessa forma, faz-se necessário entender o espaço, o território e a lógica da incorporação do dinheiro como elemento importante nesta territorialidade que foi construída nesta realidade. O diálogo entre o conceito de espaço geográfico, sua construção histórica e as suas contradições ajudam a entender as nuances e as complexidades territoriais vivenciadas em Coari.

Ao se configurar o espaço como objeto de estudo que, no caso desta pesquisa, será o espaço amazônico, está-se referindo a um sistema de ações reunido numa lógica da história (tempo) e numa lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes), reconhecendo o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico, entendendo o que eles desempenham no processo social (SANTOS, 2006).

Na população rural existem aqueles que vivem nas terras de várzea e os que moram em terra firme, com atividades de sobrevivência bem diferentes. Enquanto os de terra firme sobrevivem das atividades de pesca e caça, que são praticadas apenas para o consumo familiar, com uma ênfase para fins econômicos das atividades de extrativismo e agricultura, os ribeirinhos de várzea praticam a caça e o extrativismo de forma esporádica. O que garante, economicamente, sua existência são as atividades voltadas, sobretudo, para a pesca e a pequena produção agrícola. Como habitam as margens dos rios em terras mais férteis que a terra firme e conhecem o seu território com riqueza de detalhes, acessam os lagos, furos e paranás que têm uma grande variedade de peixes, portanto, similares a muitos grupos sociais ribeirinhos que habitam as terras de várzea, com sua familiaridade direta entre rios, várzea e floresta (DOURADO, 2016).

No caso de Coari, que fica a 463 km de Manaus em linha reta, existem centenas dessas pequenas comunidades entre estes municípios. Um aspecto marcante na realidade social do Município de Coari é a relação entre os grupos sociais de

ribeirinhos, moradores urbanos da sede e os representantes do poder público municipal. Nessa relação ainda persistem o mandonismo, o clientelismo político e o populismo. Como afirma Dourado (2016, p. 39-40):

Do mesmo modo, também é marcante na história da Amazônia a pouca ou quase inexistente importância que os grupos dominantes locais atribuíram aos direitos civis, políticos e sociais, reproduzindo uma condição social onde acaba por sobressair como característica das populações humanas amazônicas uma imagem que revela ao mesmo tempo a desigualdade e a inferiorização. Uma caricatura de grupos sociais que resistem ou lentamente sucumbem ao poder econômico que inexoravelmente se instala. De tal modo que na atualidade são inegáveis as truculências no campo político e social, assim como os privilégios institucionais aos grupos econômicos que atuam na região. Na análise do período 1965-2000, de trinta e cinco anos entre ditadura militar e governos civis da Nova República, orientados essencialmente pelas diretrizes de uma política econômica que supostamente pretendia promover na Amazônia um modelo de desenvolvimento modernizante, caracterizado simultaneamente pelo predomínio de capitais privados e a presença efetiva de investimentos do governo federal na região, é possível observar que as repercussões dessa política econômica se tornaram cada vez mais impactantes e desastrosas, na proporção de seus avanços.

Comparando-se a economia de Coari com outras cidades do médio Solimões, fica evidenciado que, na sua grande maioria, os municípios do Amazonas ainda permanecem no modelo extrativista com forte dependência dos repasses financeiros estaduais e federais. Dessa forma, esta tese tem interesse em analisar os contrastes entre o rural extrativista e o urbano amazônico, a partir de uma economia de enclave dos royalties do petróleo, com a possibilidade futura deste Município não ter mais acesso a este recurso financeiro.

Após essa descrição histórica, social e cultural sobre o Município de Coari, pretende-se, por meio desta pesquisa, realizar uma análise para entender as alterações territoriais que ocorreram no espaço deste Município, procurando entender as consequências que foram geradas a partir do acesso a recursos econômicos oriundos da indústria petrolífera, afetando fatores socioeconômicos e culturais no modelo de desenvolvimento regional local. Assim, busca-se fazer uma análise das escalas de atuação dos atores envolvidos, das interfaces com as transições técnico-científicas ocorridas neste Município e suas metamorfoses com os saberes locais.

Neste modelo de repasses de royalties do petróleo para Coari, nota-se claramente uma repetição de erros históricos dos projetos de desenvolvimento da Amazônia, que sempre tiveram uma preocupação de alcançar maior coesão

econômica e social, mas, no entanto, nunca ou quase nunca reconhecem as heterogeneidades inter-regionais ou as escalas microrregionais a fim de orientarem ações prioritárias. Dessa forma, apesar de ter acesso aos recursos financeiros, o Município de Coari, apresenta indicadores sociais e econômicos muito similares aos outros municípios do Amazonas. Portanto, este projeto fará uma reflexão teórica sobre os conceitos de desenvolvimento regional vigente para o Estado do Amazonas, tendo Coari como estudo de caso.

Ao se propor a analisar o modelo de desenvolvimento regional baseado na exploração do petróleo num município da Amazônia brasileira exige um resgate histórico sobre a colonização, que vai desde o período da exploração da borracha nativa – final do século XIX e primeiros anos do século XX – até a atualidade, compreendendo a relação do homem com a natureza, que, no caso do homem amazônico, é baseada na subsistência e na submissão aos fatores naturais.

No levantamento sobre teses e dissertações que foram escritas com o objetivo de analisar a questão dos royalties do petróleo no Brasil, foi possível identificar uma diversidade de componentes teóricos que vão desde o viés estritamente econômico, que apresentam os recursos oriundos dos royalties e sua aplicabilidade no Município, considerando este elemento um fator fundamental no desenvolvimento regional (VILAS BÔAS, 2008; DANTAS, 2010; TAVARES, 2017). Foram encontradas, nessa busca, preocupações por questões antropológicas e de justiça intergeracional que relatam os impactos sociais e ambientais negativos que as comunidades tradicionais sofreram com a exploração do petróleo (ARAGÃO, 2012; ALMEIDA, 2013; BAKKER, 2014) e algumas teses e dissertações que analisam aspectos estritamente legais voltados para a aplicabilidade da legislação (FRANKENFELD, 2013; BESHARA, 2013; LYRIO, 2015;).

O objetivo geral desta tese é investigar a reconfiguração territorial – urbana e rural – a partir da implantação da indústria petrolífera no Município de Coari/AM, tendo como objetivos específicos: a) Analisar, a partir dos paradigmas históricos do capitalismo na Amazônia, a implantação da indústria petrolífera que gerou um enclave econômico no Município de Coari; b) Investigar como a indústria petrolífera afetou a constituição territorial e quais as variações espaciais que ocorreram no Município de Coari; c) Investigar as reconfigurações rurais e urbanas que transcorreram em Coari, após o acesso aos recursos dos royalties.

Nesse sentido, as questões a serem respondidas são as seguintes:

1. Quais os aspectos históricos que influenciaram na formação socioespacial do Município de Coari?
2. Quais as dinâmicas socioeconômicas que o funcionamento da exploração petrolífera trouxe ao Município de Coari?
3. Como transcorreram as relações espaciais entre o rural e o urbano, no período pós-indústria petrolífera, no Município de Coari?

Analisar um território específico da Amazônia brasileira, nomeadamente a região do médio Solimões - o Município de Coari -, é uma tentativa de ressignificar o conceito de territorialidade como um fenômeno sociopolítico e espacial nas relações com os agentes sociais, sabendo que este Município foi deverasmente impactado pela implantação da indústria petrolífera e seus repasses financeiros por meio da Lei dos Royalties. Existem diversos estudos sobre a temática dos royalties do petróleo no Brasil e ao redor do mundo. Uns de caráter estritamente econômico, outros, na perspectiva da percepção do fenômeno em si, com a participação dos agentes sociais que buscam identificar as mudanças econômicas e territoriais em curso na região e os impactos logísticos e ambientais da implantação do complexo petrolífero. Existem inúmeros estudos que justificam a existência da síndrome da “maldição do petróleo”³, tese defendida por Michael L. Ross no livro “A maldição do Petróleo” (2012) ou a “doença holandesa”⁴ como elementos fundamentais para entender os fenômenos sociais existentes em regiões produtoras de petróleo.

Analisando os movimentos históricos que perpassaram a colonização da Amazônia brasileira, que tinha sua economia baseada na marca extrativista com a exploração dos produtos oriundos da floresta (látex, castanha, piaçaba, madeira e outros), frutos de um modelo político clientelista, exige do pesquisador analisar as ações praticadas pelos agentes sociais no processo de construção de um território e

³ Michael Ross argumenta que, em virtude da volatilidade e de ser uma fonte imensa de recursos, as riquezas do petróleo contribuem para o autoritarismo, os conflitos civis e também para um crescimento econômico vulnerável, instalando uma crise generalizada que pode resultar no colapso de um país, de uma região ou território. Ross analisa que para alguns países em desenvolvimento a descoberta de recursos naturais valiosos pode ter consequências estranhas e, às vezes, até mesmo politicamente prejudiciais. Esse livro explica as origens e a natureza dessa "maldição" e como ela pode ser superada

⁴ A valorização da exportação de recursos petrolíferos costuma valorizar a moeda nacional. As indústrias domésticas mais sofisticadas se vêem impedidas de exportar com um câmbio desfavorável e sucumbem. A expressão surgiu quando se observou esse fenômeno na Holanda, depois que ela começou a explorar novas reservas de gás no Mar do Norte.

compreender quais os mecanismos que foram implementados para resultar na configuração atual deste território.

O método de abordagem será o marxista, que tem uma preocupação em mostrar que na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade (MARX, 1983). A primeira tarefa que se impõe, portanto, é entender o problema com clareza, no caso de Coari, as alterações socioespaciais em virtude da implantação da indústria petrolífera. Dessa forma, entender a sociedade como um sistema social em que o modo de produção (relações sociais de produção; forças produtivas) condiciona a dinâmica política, social e cultural.

A dinâmica dos modos de produção é contraditória, gerando conflitos sociais que impulsionam processos de transformação social. Esse pensar socialmente, que identifica uma situação problema, tem como objetivo entender e desmistificar. Estabelecer determinações histórico-concretas do modo de ser e de reproduzir-se do ser social foi analisada por Lucáks (2012), na sua magnífica obra “Para uma ontologia do ser social”, em que estabelece categorias importantes a serem abordadas na concepção marxiana, como a relação trabalho/práxis ou como a relação sujeito-objeto no trabalho, ou ainda a reprodução social do capital e a renovação dos enfoques da ideologia (LUCÁKS, 2012).

Essa questão ontológica traz à tona a busca da essência das coisas e dos fatos que são decisivos para a confirmação ou negação de determinadas explicações sobre um determinado ponto de vista. É a construção de uma epistemologia que, no caso do marxismo, procura entender como o modo de produção alicerça a vida social, apreendendo uma determinada concepção de realidade dos sistemas sociais estruturados que condicionam os diferentes fenômenos sociais.

A chegada da indústria de exploração petrolífera em Coari remonta à década de 1990. Portanto, analisar as alterações que ocorreram num município do Estado do Amazonas a partir de um viés marxista exige do pesquisador entender e analisar os determinantes históricos que influenciaram nas relações entre os modos de produção e as formas de organização da sociedade, desvendando o desenvolvimento regional e seus fenômenos sociais, analisando as contradições internas e relacionando com a totalidade do capitalismo existente.

A construção de uma epistemologia amazônica remonta à análise das

estruturas das relações sociais, entendendo por estruturas “as relações de conexão, de mútua dependência, de ligação recíproca e de articulação existente entre os elementos de um conjunto” (MARX, 1977, p. 23). As estruturas são, para Marx, “realidades em movimento, conexões, temporais, que se reproduzem durante uma certa época histórica antes de desaparecerem, deixando lugar para outras” (HOBSBAWN, 1998, p. 362-363).

No caso específico sobre a questão do desenvolvimento regional concretizado na Amazônia, segundo Berta Becker (1990, 2004, 2008, 2009), tem um desafio que pressupõe implementar modelo que utilize o patrimônio natural sem destruí-lo, atribuindo valor econômico à floresta. O que se poderia chamar de quinta revolução tecnológica voltada para a Amazônia, pois até o momento as estruturas e relações sociais e históricas sempre colocaram tanto a natureza quanto os povos da Amazônia em posição de subserviência e subordinação em relação ao capital internacional.

Contudo, afirma Hobsbawn (1998), é preciso ultrapassar as conexões visíveis, e nisso consiste o trabalho da ciência – passar das aparências para a estrutura oculta do real.

Esse procedimento epistemológico necessita levar em consideração o fator biodiversidade como elemento estratégico de desenvolvimento regional. Qualquer forma de estudo sobre desenvolvimento regional deve entender como os processos produtivos combinaram equilíbrio e sustentabilidade ambiental.

O concreto é o que realmente existe. Mas, o que realmente existe não pode ser confundido com o que é perceptível aos órgãos dos sentidos. O concreto pensado é o real com atribuições de significado, feito pelo nosso pensamento. A abstração é a mediação que faz o nosso pensamento para passar de um concreto empírico para o concreto pensado. Por isso se diz: “ascensão do abstrato ao concreto” (ZAGO, 2013 p. 109-124) ou concreto – abstrato – concreto pensado, numa realidade amazônica.

Essa realidade concreta na Amazônia Legal, ocupada por cerca de 25 milhões de habitantes, rica em matérias-primas, considerada por muitos planejadores do desenvolvimento como a última fronteira a ser explorada, o último espaço vazio, um mundo a ser conquistado e ocupado por brasileiros.

A tarefa do nosso pensamento é elaborar os dados captados a partir do concreto sensorial, na forma de conceito e, com isso, reproduzir as conexões internas do objeto, suas relações, revelando o movimento do objeto, em suas relações internas

e externas, suas contradições, suas condições históricas reais, as conexões essenciais do concreto reproduzido. A realidade enquanto fazendo parte de um todo, de uma totalidade dinâmica de relações. A operação realizada pela abstração consiste em situar os objetos isolados dentro de um todo, enquanto construção mental.

O resgate da gênese, que ocorre por meio de um procedimento regressivo (a busca na história da gênese de cada um dos elementos, ou seja, parte-se do presente, retorna ao passado para descobrir o processo que permitiu o presente ser o que é). O próprio movimento de resgate do passado implica um movimento complementar que parte do passado, retorna ao presente mostrando seu desenvolvimento.

Essa ideia de vazio, terra de ninguém, que sempre despertou a cobiça de povos europeus, tem sua gênese desde o período da colonização (espanhóis, portugueses, holandeses, franceses e ingleses), a partir do século XVII. A Amazônia, como espaço físico, é uma das poucas regiões do mundo que foi colonizada por cinco nacionalidades europeias diferentes. Segundo Samuel Benchimol, em seu livro "Amazônia - Guerra na Floresta" (2011), somente a partir da década de 1950, o Estado brasileiro, por meio das agências de desenvolvimento Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, Banco da Amazônia - BASA, Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e da iniciativa privada, envidou esforços para explorar economicamente a região por meio de projetos nos segmentos agrícolas, pecuários, minerais, hidrelétricos e industriais.

A construção desse pensar a Amazônia, a partir de um projeto de exploração petrolífera como procedimento epistemológico, consiste na ideia de que os sistemas econômicos e sociais são submetidos a leis de desenvolvimento fundadas no desenvolvimento de contradições internas à sua estrutura (antagonismo de classes, contradições próprias do capital, prática social, conflito, reprodução social/dominação, transformação social). Fazem parte da crítica como ponto de partida e como método, na medida em que o método marxista usa a crítica como elemento-chave para a construção de sua epistemologia, o que, para Lucáks (2012), será a ontologia do ser social.

O entendimento sobre a noção dialética da história da realidade amazônica é, antes de tudo, [...] "um processo histórico resultante, a cada momento, de múltiplas determinações e esse movimento de constituição decorrente de forças contraditórias que atuam no interior dessa própria realidade" (SEVERINO, 1994, p. 133).

As coisas vão evoluindo, vão mudando porque no seu próprio interior elas contêm sua própria negação, cada coisa sendo, portanto, ao mesmo tempo, igual a si mesma e ao seu contrário! Por isso, todas elas são atravessadas por um conflito interno, a luta dos contrários, que as obriga a mudar passando sempre por um momento de afirmação, por um momento de negação, e por um momento de superação, cada um deles se posicionando em relação ao seu anterior. É a famosa concepção da tríade dialética: a tese, a antítese e a síntese. (SEVERINO, 1993, p. 135).

Analisar a implantação de uma empresa de exploração de petróleo no Amazonas está interligado à totalidade do capitalismo, onde o todo se cria a si mesmo por meio da interação entre as partes. Na tentativa de entender essa totalidade e suas partes, faz-se necessário um resgate histórico para descobrir o processo que permitiu que o presente seja como é, entendendo as contradições, como afirma Gadotti (1992):

A transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. É o que se chama de contradição, que é Universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. (GADOTTI, 1992, p. 26).

A análise dos fenômenos e dos processos sociais a partir de uma situação singular e isolada, reconhecendo-se suas inter-relações mais amplas a partir de uma visão de totalidade significa reconhecer que determinados indivíduos ou grupos sociais estão inseridos em uma realidade global que interfere na sua situação particular (particular – singular – universal). Dessa forma, a categoria mediação tem uma relação direta com os processos históricos, pois “A História é o mundo das mediações. E a História, enquanto movimento do próprio real, implica o movimento das mediações” (CURY, 1985, p. 43).

Na realização desta pesquisa, enfrentou-se os desafios impostos pela Pandemia de COVID-19 no que se refere à coleta de dados para entender os fenômenos sociais. A cidade de Coari ficou isolada durante quase seis meses em 2020, sem poder receber pessoas de outras localidades. Dessa forma, foram usados contatos já existentes e os questionários foram enviados via email e as entrevistas foram realizadas online. A princípio, havia sido planejado realizar observação participante para acompanhar de modo sistemático as alterações socioespaciais, no entanto, isso se tornou impossível.

Por meio das entrevistas, foram coletados alguns relatos de experiências, especialmente os diretamente envolvidos neste fenômeno: secretários de meio ambiente, secretário de infraestrutura, representantes da Petrobras, movimentos

sociais, instituições educativas e Igreja Católica que, diretamente, participaram das grandes discussões e debates sobre este tema.

A questão a ser analisada será entender as alterações territoriais que ocorreram em Coari, que deixou de ser um município agroextrativista para se tornar uma cidade dependente dos royalties do petróleo. Se foram ampliadas as condições socioeconômicas da população, se evoluíram os indicadores de desenvolvimento humano, ou se o discurso do desenvolvimento regional a partir do simples acesso aos royalties foi um engodo, gerando apenas o crescimento das finanças na prefeitura municipal, não sendo suficiente para diminuir a pobreza, cessar ou reduzir os conflitos das desigualdades sociais.

Esta introdução, que consiste no primeiro capítulo desta tese, apresenta a realidade socioeconômica e política do Município de Coari-AM. Logo em seguida, no segundo capítulo, são apresentados os princípios teóricos e metodológicos, que abordam o marco teórico conceitual do território, da formação socioespacial e desenvolvimento regional em Coari. Para isso, apresenta-se a formação histórica do Município, sua constituição como município amazônico de economia extrativista, sob influência católica, até a chegada dos royalties do petróleo e sua nova configuração socioeconômica. Os capítulos que seguem são organizados da seguinte forma: no capítulo terceiro, os aspectos históricos da exploração petrolífera brasileira e o marco regulatório e os royalties. Apresentam-se modelos internacionais de partilha de exploração dos hidrocarbonetos, as dinâmicas socioeconômicas que passaram a existir após o funcionamento da exploração petrolífera no Município de Coari, além dos impactos territoriais e econômicos que surgiram em virtude da exploração petrolífera. No capítulo quarto, as transformações nas relações espaciais entre o rural e urbano no período pós-indústria do petróleo, baseado nas entrevistas realizadas no Município de Coari. No quinto capítulo, analisar-se-á a questão dos royalties do petróleo no Brasil e no mundo e suas possibilidades na contemporaneidade.

2 TERRITÓRIO, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 A questão conceitual do território na Amazônia brasileira

Para elaborar estudos sobre desenvolvimento regional sob a perspectiva do território e da territorialidade humana, faz-se necessário entender como analiticamente este conceito foi sendo construído ao longo da história, reconhecendo de antemão que existem características fundamentais que acompanham esta construção epistemológica, que são: processos de apropriação e dominação do espaço, relações de poder, identidades simbólico-culturais, contradições/desigualdades, diferenças/mudanças, permanências e redes de circulação, de comunicação, meio ambiente interno e externo ao homem.

A complexidade de se construir um conceito sobre território e territorialidades acontece em virtude da natureza teórico/concreta desta concepção, que apresenta alguns processos centrais: a) a relação espaço/tempo como movimentos inerentes à formação de cada território, ou seja, como processos históricos relacionais, transescalares, com redes e fluxos e fixos específicos; b) a relação ideia-matéria; c) as heterogeneidades; d) uma dialética do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo (SAQUET, 2009).

Segundo Saquet (2009), a relação espaço-tempo se apresenta nos estudos geográficos de forma diferenciada:

O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Tal relação é considerada, nos estudos geográficos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora o relacional, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais. Isso significa que, às vezes, evidenciam-se, por exemplo, as fases ou períodos e, noutras situações, as relações sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas espacializadas, regionalizadas ou territorializadas. (SAQUET, 2009, p. 74).

Epistemologicamente, a Geografia apresenta como seu objeto de estudos o espaço geográfico. Segundo Santos (2006), o espaço é o estudo sobre o mundo dos objetos existentes em sua utilidade atual, passada ou futura, analisando o uso, combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. O espaço geográfico visto dessa forma, geralmente, é simbólico, mas

também funcional.

A interpretação dos fenômenos espaciais por meio da ação humana foi sendo interpretada, ao longo da história, como a principal perspectiva da Geografia. Humboldt, Ritter e Kant desenvolveram a ideia de que “[...] a Geografia constituir-se-ia na ciência que estudava todos os fenômenos organizados espacialmente” (CORRÊA, 1995, p.18). O espaço, no entanto, não era o conceito-chave na chamada Geografia Clássica, ela privilegiava os conceitos de paisagem e de região. As primeiras noções sobre espaço estarão presentes, de forma implícita, nas obras de Ratzel, Hettner e Hartshorne, que desenvolveram as noções de território, espaço absoluto e de espaço vital, na medida em que o conceito poderia ser suporte para entender a região, sendo a região o conceito fundamental onde estavam calcadas as variações geográficas resultantes de variações naturais (BESSA, K, 2010, p. 45).

Na Geografia crítica, contrariamente à postura da Geografia Teorético-Quantitativa, que evidencia as condições homogêneas e o equilíbrio espacial como fundamento, o espaço é um ponto de partida para explicar as diversidades espaciais, as diferenças e as desigualdades ou desigualizações, usando a expressão de Haesbaert (1999). Nesta análise geográfica marxista, o espaço se apresenta com duas possibilidades, entendidas através dos conceitos de formação socioespacial e de desenvolvimento espacial desigual. Tal conceito ou meta-conceito, como observa Corrêa (1995), é um elemento crucial para entender as escalas particulares de uma determinada sociedade que se torna concreta através do espaço que se produz e reproduz.

O conceito formação socioespacial está orientado para entender como um determinado modo de produção se realiza concretamente com uma diversidade de formações sociais. Para tanto, Santos (1977, p. 87) afirma que “[...] os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...]” e, nesta perspectiva, “[...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”, ou melhor, seriam uma linguagem do resultado concreto entre o contato do modo de produção e da formação social preexistente. Santos (1999, p. 6) ressalta que “[...] modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos pela mesma lógica unitária”. No entanto, apesar desta lógica unitária “[...] a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1977, 87).

Esse conceito de formação socioespacial deve nos revelar a estrutura e o funcionamento de um determinado espaço particular. Essa particularidade espaço-temporal de um determinado modo de produção, segundo Santos (1977, p. 86), são categorias interdependentes, que, unidas, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinadas, acompanhadas de questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Portanto, para Santos (1977, p. 82), o conceito de formação econômico-social deve vir acompanhado pela dimensão espacial.

No seu livro “Metamorfoses do espaço habitado” (1988), o autor retoma as questões da atuação dos agentes do capital e do Estado nas transformações históricas que ocorrem no espaço, reconhecendo na política, na cultura e natureza, relações específicas de determinadas espacialidades. O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias. O trabalho é a mediação da relação sociedade e natureza, na qual há objetos naturais e objetos sociais em constante movimento. Dessa forma, o espaço habitado se apresenta com uma diversidade de formas, através da urbanização, hierarquias, fixos e fluxos (Santos, 1988). É somente por meio do trabalho que as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico da dialética que caracteriza o movimento do espaço como a relação entre interno e externo; novo e velho; Estado e mercado (SAQUET, 2009, p. 77).

Dessa maneira, para Milton Santos, o conceito de território é implícito ao conceito de espaço, que está composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem a configuração territorial:

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75-76).

Milton Santos (1988) procura superar a dicotomia, geografia física versus geografia humana, reconhece os elementos naturais e sociais dos territórios que são interdependentes, evidenciando as relações de poder do Estado como principal

elemento normatizador das relações sociais. Outro destaque é dado para o tempo histórico, através de periodizações do espaço, significando o território, as formas (naturais e artificiais), relações sociais, fluxos e fixos; produto histórico modelado por cada sociedade, com certa configuração e delimitação. Milton Santos percebe o espaço em territórios, isto é, os territórios estão no espaço geográfico. No livro “O retorno do Território” (1994), Milton Santos retoma o conceito de território evidenciando o conceito de território usado, ampliando a discussão para constituição de redes tecno-científicas.

Ao configurarmos o espaço como objeto de estudo que, no caso desta pesquisa, será o espaço amazônico, estamos nos referindo a um sistema de ações reunidas numa lógica da história (tempo) e numa lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes), reconhecendo o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico, entendendo o que eles desempenham no processo social (SANTOS, 2006, p. 49).

As ações do espaço geográfico se constituem em um comportamento orientado, que se dá em determinadas situações, normativamente reguladas e que envolve um esforço ou uma motivação para atingir determinados objetivos. É um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Essa ação está diretamente ligada à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem, criando um sistema de regras relacionais. Essas regras, desde o início, usam técnicas do corpo para dominar a natureza e os outros homens e, na sua fase atual, usam técnicas da inteligência (SANTOS, 2006, p. 50).

Santos (1977, p. 87) ressalta que “[...] a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, ‘aquelas do modo de produção puro’, quanto pelas necessidades internas’ [...]”, estas últimas dadas pela” [...] formação social propriamente dita”. Essas relações dinâmicas, contraditórias e conflitantes, impõem-se ao modo de produção, especialmente, pelas elites locais, sendo um dado fundamental para entender as particularidades dos lugares.

Essa nova forma de conceituar espaço deixa de lado a homogeneização, carrega consigo a visão de espaço relacional, passando a considerar as distâncias, as localizações, as extensões, os custos, as informações e as interações sociais

(HARVEY, 1969), incorporando na geografia as noções de consumo, de forças produtivas, apropriação, dominação e interação.

As ações no espaço geográfico amazônico, a partir da implantação da mundialização do capitalismo na região, quase sempre não foram determinadas pelo lugar onde aconteceram. Pode-se citar alguns exemplos, como a exploração das drogas do sertão no período colonial, que abastecia a metrópole portuguesa e eram comercializadas em toda Europa, e a exploração da borracha para prover o mercado automobilístico mundial. De acordo com Milton Santos (2006),

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra. (SANTOS, 2006, p.51).

Portanto, as ações resultam das necessidades, naturais ou criadas, materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, que de uma forma ou de outra conduzem os homens a agir, resultando nos objetos concretizados por meio das formas sociais e geográficas, sendo o espaço produzido uma conjunção particular de processos materiais e de processos de significação (SANTOS, 2006).

Segundo Moreira (2017), o espaço geográfico é o amálgama da objetividade do real vivido e da subjetividade do vivido com o real pensado, ou seja, como o senso comum se torna abstrato através de reflexão científica, que brota da relação de práxis do saber e da prática.

Dessa forma, o espaço enfrenta em si elementos contraditórios que, segundo Moreira (2017, p. 29-39), podem ser categorizados seguindo a análise das contradições históricas do capitalismo. A primeira delas é a seletividade, as sociedades por fatores naturais, culturais elegem um lugar de fixação, depois de experimentar diferentes locais. Com o advento da sedentarização e a domesticação dos animais e plantas, surge a técnica que aumenta expressivamente a produtividade, gerando excedentes produtivos.

Segundo Moreira (2017), outra categoria importante para entender o espaço é a unodiversidade, ou seja, existe uma diversidade de localizações que torna o espaço um habitat humano plural. Essa diversidade apresenta amplas possibilidades de vida

socialmente criada, com diferenças hídricas, topográficas, do solo, da flora, da fauna, das casas, dos caminhos, das culturas resultantes do casamento dos homens com diferentes ecossistemas, fruto de gêneros de vida territorializados em ambientes costeiros, montanhosos, florestais e de savanas, a exemplo da pesca, da coleta e da caça. No entanto, na sociedade moderna capitalista, tenta-se, de uma forma ou de outra, uniformizar o espaço, globalizando e ameaçando a diversidade de cultura dos grupos humanos e suas múltiplas formas de ocupação.

Apesar da tendência à uniformização e normatização, seguindo critérios do mercado e do processo de globalização, o espaço tem no componente vivido a sua unicidade, uma unidade que surge a partir dos elementos da seletividade com o meio que ocupam, tendo, portanto, um valor simbólico e valor econômico que norteiam as relações sociais. A unidade de símbolo cultural dos gêneros de vida, da unidade metabólica do trabalho é a unidade estrutural e orgânica do espaço de cada comunidade. No espaço amazônico, a unicidade se manifesta nas regras de uso da floresta com valor simbólico. Essas regras de uso do espaço se manifestam na técnica que é a conexão com a territorialidade. A sociedade capitalista moderna valoriza muito a técnica, como instrumento ideológico da superestrutura simbólica do capitalismo.

A tecnificação, a seletividade, unodiversidade são momentos da ambientalização, territorialização e enraizamento cultural do espaço que, de acordo com elementos históricos e com a noção de copertencimento, produzem técnicas específicas de intervenção na natureza, a partir de um princípio de racionalidade (SORRE, 1967; SANTOS, 1994 e 1996). Destarte, para Moreira (2017, p. 33), “De modo que já no começo da história dessacraliza a natureza e radicaliza o processo que (des)ambientaliza, (des)territorializa e (des)enraíza as comunidades humanas em sua relação ao seu entorno geográfico.”

O sistema capitalista atual apresenta o ressurgimento da temática do território nos âmbitos científico e político a partir de algumas determinações teóricas, com viés e possibilidades amplas. Por conseguinte, o território pode ser, segundo Haesbaert (2007), enquadrado sob as seguintes teorias:

- a) o binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial de território em relação a: i) vínculo sociedade-natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);
- b) a historicidade do conceito, em dois sentidos; i) sua abrangência histórica

— se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s) ou grupo(s) sociais; ii) seu caráter mais absoluto ou relacional: física-concreto (como —coisall, objeto), a priori (no sentido de espaço kantiano) ou social-histórico (como relação). Fica evidente que a resposta a esses referenciais, sobretudo, da posição filosófica a que estiver filiado o pesquisador. (HAESBAERT, 2007, p. 45).

No caso desta tese, relaciona-se o físico concreto - a Amazônia, Município de Coari, onde o capital da indústria petrolífera se instalou, com o social histórico, que enxerga na territorialização a integração técnica, simbólica e valorativa dos espaços. Dessa forma, o espaço tem uma forte dimensão política, que está contida na sua construção concreta, entre os seus habitantes, gerando um processo de contradição, que, necessariamente, não é antagônico, de alteridade-centralidade, unidade-diversidade, hegemonia-heterogenia e identidade-diferença, a depender da natureza social da sociedade que se viva (MOREIRA, 2007).

Em virtude das contradições para construção do espaço, as sociedades modernas produziram elementos de regulação do espaço por meio de normas e regulamentos (econômico, jurídico, político, cultural, representacional e ideológico), que perpassam pelo processo de seletividade e de organização espacial, gerando uma espacialidade diferencial, que, mesmo com os elementos de regulação, constroem espaços diversificados, ou seja, a sociodensificação que cria um tecido espacial onde natural e social, urbano e rural, local e global trocam-se de forma contraditória e não antagônica.

Essa forma relacional da construção do espaço apresenta estruturas, que, em virtude das contradições históricas do capitalismo, esgotam-se economicamente e politicamente, sendo necessário, portanto, a reestruturação, a fim de reverter o mapa da seletividade, redesenhar, reinscrever e reconfigurar suas densidades- tensões locais.

Na sociedade capitalista moderna se conhece três épocas históricas dessa reestruturação que foi do período de era técnica: a fabril da primeira revolução industrial, a fabril da segunda revolução industrial e a ciberfabril da terceira revolução industrial (MOREIRA, 1998, 1999, 2000 e 2007).

A primeira é a época do espaço estruturado na centralidade da fábrica. É o período seletivo-redistributivo das plantas e animais que as grandes navegações intercambiam pelos continentes. Período do arranjo da sociedade em regiões

homogêneas e relação internacional centralizada nas grandes praças de mercado da Europa, o grande espelho dos espaços coloniais arrumados em sua identidade e proveito. A segunda é a época da centralidade fabril mundial. Período da mobilidade técnica da ferrovia, depois rodovia e navegação aérea, no campo dos transportes, do telégrafo, depois telefonia, nas comunicações. E da hierarquia das regiões polarizadas centrada nas redes de comando das cidades industriais. E a terceira é a época atual, de desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança rentista, da informação como matéria-prima e da sociedade em rede, dos grandes empórios urbanos de consumo de massa (MOREIRA, 1998, 1999, 2000 e 2007).

Em cada uma dessas fases existe uma volta à seletividade do espaço, que se recria, redinamiza, alicerçado num novo plano estrutural, criando novas hegemonias e novas formas regulatórias de coabitação de espaço. Segundo Bessa (2010), a diferenciação espacial é um elemento fundamental para entender a categoria espaço.

Na diferenciação espacial, a geografia encontra seu campo mais fértil para uso das categorias da espacialidade das realidades sociais, como afirma Haesbaert (2004, p. 20), é “[...] elucidar as questões atinentes à dimensão espacial”, não no sentido positivista de uma abordagem orientada para construção das aparências e das superfícies, mas próxima da perspectiva do materialismo histórico-dialético, onde a sociedade produz seu espaço, possibilitando a construção de um saber socioespacial. Esse processo de construção do espaço social resulta num espaço fragmentado, onde as desigualdades socioespaciais se assentam sob uma base natural e uma base social.

A construção do espaço sob a perspectiva histórico-dialética diferencial possibilita a construção de um espaço que apresente as desigualdades a partir de uma base natural e social (BESSA, 2010). A análise socioespacial deve considerar o território como uma construção social e, por sua vez, inseparável das territorialidades, ou seja, como define Mesquita (1995, p. 83) que a entende “como projeção de nossa identidade sobre o território”. Nesse sentido, o território é diferente da configuração territorial, do espaço e da paisagem (SANTOS, 1988). Segundo Claude Reffestin (1993, p. 143), o território “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”.

Essa apropriação do espaço que produziu mudanças significativas no território

de Coari, tanto na matriz cultural como na paisagem urbana que se modificou com o deslocamento populacional de ribeirinhos para a sede do Município, embasaram as reflexões para aquisição de conhecimentos, atitudes e reflexos sobre estas novas territorialidades. Aqui, entende-se territorialidades a partir de Mesquita (1995), ou seja, é aquilo que nos liga ao mundo, é o espaço que tem significado individual e social, portanto, pertencer a um território é acima de tudo querer e sentir-se reconhecido nele. A territorialidade diz respeito a esse sentimento, ou seja, o de pertencimento a um território. Como afirma Spósito (2004), tem um caráter subjetivo com identidade territorial. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar.

Essa territorialidade subjetiva amazônica foi categoria de análise, é o que Milton Santos (2006) declara como “território usado” que só tem sentido com a inclusão das construções econômicas, políticas, sociais e culturais. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

Atualmente, a categoria território é amplamente usada nos movimentos sociais da América Latina com a perspectiva política de questionar os modelos exploratórios coloniais, especialmente em virtude do histórico de violência contra os povos autóctones, exploração e desigualdade socioespacial, exploração neoextrativistas dos recursos naturais em toda a América Latina (água, floresta, minerais e outros). Favaretto (2013) constrói uma tipologia do desenvolvimento rural brasileiro a partir do conceito de territórios:

Quadro 01: Tipologia do desenvolvimento rural brasileiro

Tipo 1	Situações regionais que tendem a articular um bom desempenho da agricultura familiar com um diversificado e flexível entorno socioeconômico. Nesse caso, a gradual redução de necessidades de trabalho na agricultura tende a ser compensada pela criação local de oportunidades de trabalho não agrícolas (tanto rurais quanto urbanas).
Tipo 2	Situações regionais que tendem a combinar a afirmação de uma agricultura patronal com um entorno socioeconômico absorvedor de mão de obra, isto é, gerador de oportunidades de trabalho não agrícola (rurais e urbanas). Nesse caso, uma franja periférica da agricultura sobrevive essencialmente mediante a venda de braços dentro e fora da agricultura.
Tipo 3	Situações regionais que tendem a combinar o marasmo da agricultura (familiar ou patronal) a um entorno socioeconômico incapaz de absorver os excedentes populacionais das áreas rurais.
Tipo 4	Situações de esvaziamento populacional que tendem a combinar sistemas produtivos bem extensivos (em geral pecuária) com um entorno socioeconômico rígido e poupador de mão de obra.
Tipo 5	Situações nas quais a ocupação territorial é tão recente e a precariedade ou insipiência do entorno socioeconômico é tão grande que ainda não estão definidas as chances de viabilização de um dos quatro padrões anteriores.
Tipo 6	Situações de tanta fragilidade – dos ecossistemas e do entorno – que impedem a intensificação das práticas agrícolas, bloqueando ao mesmo tempo a geração de oportunidades de trabalho não agrícola.

Fonte: Favaretto, 2013, p. 452.

Apesar de apresentar sua dimensão teórica e ideológica, o território, como se pode notar na tipificação de Favaretto (2013), é antes de tudo algo concreto, nas suas territorialidades, onde o simbólico é uma parte importante, pois carrega consigo o identitário, no caso específico da Amazônia. Apesar de todas as formas de etnocídio das populações tradicionais, o identitário é forte e se faz presente em todas as realidades amazônicas.

Ao reportar-se ao simbólico e ao concreto, o território traz consigo a categoria de poder, que pode estar do lado das minorias a partir de uma série de conceitos, que vão desde a afirmação como movimentos identitários indígenas, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos e outros, ou seja, como consciência de pertencimento, atualmente muito ligada aos movimentos decoloniais.

O conceito de território está sendo usado para construir bases de políticas públicas como a Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT (Brasil, 2006), Territórios da Cidadania, da Paz, na Bolívia os Territórios Indígenas originários (2009) e em El Salvador o Plan Control Territorial (2019), ou seja, o conceito utilizado com bases para construção de políticas públicas. Confirmando a tese que território está intimamente ligado às formas de poder, no período colonial na América Latina

somente o Estado ordenava sobre as territorialidades, exercendo um poder político, econômico e militar, definindo condutas, no sentido Foucaultiano de dominação, com pontos de conexão e de forma hierarquizada.

Esse processo de construção teórica visa avançar na interpretação da realidade amazônica e seus territórios materiais e imateriais, fixos e fluxos, conectados por espaços de poder de governança, de poder das propriedades e das redes relacionais, a fim de embasar o entendimento das disputas e conflitos no território no qual a força da exploração petrolífera perpassa todas as esferas sociais. Dessa forma, pode-se considerar que os grandes embates filosóficos do conceito de territorialidade são as questões de espaço e tempo, que estão interligadas. Os espaços materiais, ideais, simbólicos e funcionais deverão estar presentes na interpretação das territorialidades que é, ao mesmo tempo, subjetiva, dentro de uma determinada realidade social, com diversas formas e relações de poder.

Portanto, analisar essa perspectiva no desenvolvimento regional da Amazônia, a partir de uma abordagem territorial, apresenta limitações pois, segundo Favaretto e Berdegú (2019), ainda é forte o enfoque agropecuário, existindo uma incompreensão de que o território é um espaço socialmente construído, e as pessoas não são simples beneficiários de programas setoriais. Existe um verdadeiro bloqueio para entender a relação entre o rural e o urbano como híbridos e complementares. As políticas públicas não atuam de forma ordenada entre os diversos níveis de escala estadual, municipal e federal e entre o mercado e a sociedades, limitando, desta forma, o empoderamento dos atores locais.

As implicações de uma análise a partir de uma abordagem territorial exigem uma nova forma de pensar e atuar sobre as territorialidades, ampliando os processos participativos, fortalecendo a capacidade de governança e entendendo os diversos territórios com espaços socialmente construídos, onde interagem múltiplos processos econômicos, produtivos, culturais e ambientais. Dessa forma, facilita a construção de agendas locais, possibilita o diálogo de baixo pra cima, gera alianças efetivas e promove a relação público/privado, facilitando o enfrentamento de arranjos produtivos locais.

Essa abordagem territorial tem implicações políticas. Na medida em que reconhece a cidadania, reconhece a existência de diferentes visões de desenvolvimento regional, amplia a visão sobre o território, reconhece o direito à

construção de uma agenda local de desenvolvimento descentralizada e desconstrói a visão hierarquizada de desenvolvimento, construindo consensos, além fortalecer o papel das mulheres, dos povos tradicionais e dos jovens.

Em sentido amplo, o enfoque territorial para as políticas públicas de desenvolvimento rural apresenta uma variedade de temáticas, como: gestão social, territórios rurais, competitividade territorial, articulação de políticas públicas, participação social, fortalecimento dos atores sociais, —articulação urbano-rural e desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

No que tange às territorialidades amazônicas, desde o período colonial, a relação entre os colonizadores e a sociedade local sempre foi conflituosa. As decisões sobre o que fazer e como fazer com a Amazônia sempre foram conflituosas. As tomadas de decisões partiam da metrópole, gerando as chamadas guerras justas contra os índios, escravidão indígena e etnocídio. A partir da segunda metade do século XX, a Amazônia entra na pauta nacional de desenvolvimento, quando os gestores públicos passaram a incorporar a ideia da necessidade de desenvolvimento regional para a região.

Mesmo com essas evidências análogas no espaço amazônico, existem particularidades inter-regionais (SANTOS, 1982). É com base nesse pressuposto que surgem na Amazônia “grandes projetos” (SANTOS, 1995). A partir dessa caracterização de Amazônia, Milton Santos (1995) afirma que os elementos do meio técnico-científico informacional aplicam uma racionalidade intencional do Estado brasileiro e do grande capital, com o discurso alienante, de uma região grandiosa, e desestruturada em relação ao restante do País, impondo relações estranhas aos lugares; reduzindo a Amazônia como uma - região do fazer na nova divisão internacional do trabalho. Apesar dessa forma alienante que o capital e o Estado brasileiro vislumbram a região, Milton Santos sugere, ainda, pensar contra racionalidades e possibilidades outras de ação que subvertam a racionalidade capitalista em curso, apontando para uma nova forma de planificação do espaço regional, valorizando o conhecimento dos lugares e a potencialização de novas horizontalidades, em contraponto às verticalidades hegemônicas impostas pela globalização (SANTOS, 1995).

Milton Santos, em uma de suas análises sobre a Amazônia, a considera aberta à colonização em virtude das suas baixas densidades demográficas, baixas

densidades econômicas e técnicas de seu território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Portanto, a ideia de desenvolvimento regional para a Amazônia foi baseada na ausência ou vazio de elementos que valorizassem a dinâmica econômica local. Os primeiros projetos de desenvolvimento regional, da segunda metade do século XX, estavam fundamentos sob a perspectiva do extrativismo ou neoextrativismo, aliados à exploração agropecuária, madeireira e mineral, surgindo novos conflitos: o acirramento dos conflitos agrários, a migração desordenada, a urbanização sem serviços públicos de qualidade, surgimento de periferia das cidades mineradoras sem a mínima infraestrutura urbana.

Esses novos conflitos territoriais da exploração mineral deixaram as economias locais a mercê do mercado internacional e de suas demandas. A exploração mineral tem um espaço temporal muito curto de resultados econômicos, podendo ser abandonadas assim que deixam de gerar lucros. No caso de Coari, as reservas de gás e petróleo já perderam o interesse econômico da Petrobras e atualmente estão em processo de privatização.

2.2 Aspectos históricos que influenciaram na formação territorial no Município de Coari/AM

A opção epistemológica de analisar sob o prisma da abordagem territorial o Município de Coari no Amazonas busca compreender particularidades relacionadas à formação socioespacial. Segundo Pontes Filho (2000), os primeiros movimentos dos colonizadores portugueses voltados para a ocupação da Amazônia se deram por volta de 1615 com a chegada dos primeiros Jesuítas. Em 1686, já existia a presença de jesuítas espanhóis ao longo do Rio Solimões, realizando trabalhos de cristianização. Os primeiros colonizadores do século XVIII tinham interesses pelas chamadas - drogas do sertão (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, guaraná, urucum, castanha-do-pará, pau-cravo e outras). Portanto, o modelo colonial de exploração portuguesa inicia com o extrativismo vegetal, diferente do restante do Brasil, que passou por ciclos econômicos da agricultura de monocultura ou de extrativismo mineral.

Além do extrativismo vegetal como característica predominante, a política colonial sofria forte influência da atividade missionária católica, com a catequização

dos índios (PRADO; CAPELATO, 1977). Entre as estratégias da colonização portuguesa na Amazônia, pode-se citar:

[...] homogeneizar a sociodiversidade amazônica [...]. [...] transformar o comportamento dos ameríndios, normalmente nômades, em sedentários, modificando os agrupamentos tribais em núcleos com características urbanas; preparam os ameríndios para o mundo do trabalho [...]. Tendo a língua portuguesa como a nova forma de comunicação obrigatória. [...] (WITKOSKI, 2010, p. 73-74).

A colonização portuguesa na Amazônia se fortalece a partir da segunda metade do século XVIII, pois a região era considerada muito exótica, além da complexidade biológica, e foi sendo ocupada conforme as exigências do mercado consumidor europeu. Outro fator significativo na colonização portuguesa foi a dizimação de milhares de tribos indígenas através de doenças ou de guerras justas⁵ em virtude da não submissão dos indígenas à escravidão.

Durante o século XVI e princípio do século XVII, a região amazônica estava sob o domínio dos reis de Castela, isso por causa do Tratado de Tordesilhas, que dividia as terras descobertas e as que poderiam vir a ser, entre os reinos da Península Ibérica (Portugal e Espanha). Esse acordo estabelecia uma linha imaginária que percorreria de um polo ao outro (norte ao sul), passando a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Assim, o Brasil ficou dividido na sua porção oeste, sob o domínio da Espanha e, na porção leste, sob a administração expansiva de Portugal. Contudo, com a União Ibérica aconteceu que as colônias ibero-americanas ficaram sob o mando ou administração do mesmo soberano (espanhol) no período de 1580 a 1640. E, assim, os limites ou fronteiras ficaram relativos. Mas, a partir da soberania portuguesa, o que parecia ser domínio espanhol nas terras amazônicas passou a ser questionado por Portugal, que começou a tomar posse paulatinamente das terras da bacia dos rios amazônicos, por meio de expedições de colonizadores e catequização dos índios, com os missionários Carmelitas.

Segundo Witkoski (2010), os índios que habitavam a região do médio Solimões eram os Omáguas, na área geográfica onde hoje é Coari. No início do século XVIII, esses índios estavam quase extintos, em virtude das doenças e das guerras para

⁵ Guerra justa era a guerra declarada aos pagãos pelo rei e Igreja Católica no século 16. A partir de 1600, a guerra justa também passou a ser declarada aos índios que dificultavam o comércio e a expansão das conquistas coloniais portuguesas ou que não se convertiam ao catolicismo.

escravizar e catequizar. A disputa final em relação à fronteira da Amazônia ocidental foi efetivamente fixada somente com a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), sacramentando a posse portuguesa até a confluência do rio Javari, tudo com base no princípio do *uti possidetis* (reconhecimento da posse da terra de quem nela se encontrava).

Um fator que deve ser destacado na historiografia da Amazônia é sua ligação geopolítica com Portugal. Foi criado, em 13 de junho de 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Este era independente em relação ao Estado do Brasil e estava diretamente subordinado a Lisboa. Entre 1626 e 1775, compreendia os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A capital era São Luís do Maranhão, embora Belém do Pará representasse, no final do século XVII, importante centro comercial. A partir de 1775, o Estado foi desmembrado e passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Nessa relação de dependência geopolítica direta de Portugal, existe um político que foi um dos grandes influenciadores no modelo colonial da Amazônia - Marquês de Pombal. Primeiro ministro da Coroa Portuguesa, entre 1750 e 1777, ele tinha uma visão liberal para explorar as colônias. Dessa forma, para aumentar a exploração de riquezas, foram criadas duas companhias de comércio: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Ao mesmo tempo, Pombal intensificou a fiscalização sobre a exploração do ouro em Minas Gerais.

A grave consequência para a vida dos índios na fase colonial foi o abandono de suas tradições culturais e religiosas, seus valores e saberes passaram ser considerados inferiores, atrasados, satânicos. Para o colonizador, fazia-se necessário adestrá-los para alcançarem o mundo eurocêntrico moderno e cristão. Esquecer seu passado seria a única forma de alcançarem a nova civilização. (LUCIANO, 2006).

Em 3 de março de 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro. Pretendia-se, com o ato, a consolidação do domínio português. Estabeleceu-se o Regimento Geral das Missões⁶, que determinava, em seu artigo 2º, que deveriam ser

⁶ O regimento pode ser classificado em quatro eixos – conforme o crivo de Karl Heinz Arenz¹¹:
1 os aldeamentos terão uma expressiva autonomia, garantida mediante: a restituição da —dupla administração, a nomeação de dois —procuradores dos índios e a supervisão da entrada de não-índigenas como da saída de indígenas das missões (além do controle de casamentos mistos para evitar a eventual escravização da parceira) [§§ 1-7];

transformadas em Lugar as aldeias com mais de 150 moradores.

Na visão de Marquês de Pombal, fazia-se necessário “integrar” os índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre eles, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava-se, por intermédio do Diretório dos Índios, um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, pela miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por meio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural. O Diretório enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que o colono branco para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas transformadas.

Até o século XVIII, vários segmentos sociais, além dos índios, não utilizavam o português como língua oficial, era a chamada língua Geral, uma forma de linguagem da colônia, com expressões guarani, tupis e tapuias. Nessa perspectiva de impor aos índios o uso da língua portuguesa, no entanto, tinha um objetivo bem claro nesse período: transformá-los em vassallos iguais aos demais colonos.

Os povos indígenas, ao longo dos 500 anos de colonização, foram obrigados, por força da repressão física e cultural, a reprimir e a negar suas culturas e identidades como forma de sobrevivência diante da sociedade colonial que lhes negava qualquer direito e possibilidade de vida própria. Os índios não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo forçado de integração e assimilação à sociedade nacional. Os índios que sobrevivessem às guerras provocadas e aos massacres planejados e executados deveriam compulsoriamente ser forçados a abdicar de seus modos de vida para viverem iguais aos brancos. (LUCIANO, 2006, p. 41).

Durante o século XVIII, muitos exploradores e naturalistas europeus visitaram

2 os aldeamentos serão reagrupados em lugares estratégicos com, respectivamente, uma população mínima (ao menos 150 casais em cada missão), facilitando, assim, as repartições e agilizando o intercâmbio demográfico e econômico mútuo [§§ 8-9 e 22];

3 os serviços dentro e fora dos aldeamentos serão flexibilizados nestes termos: haverá um inventário anual criterioso da mão-de-obra disponível que será, em seguida, bipartida, sendo que os índios que forem destinados a trabalhos fora da missão terão definidos os tipos de serviço, os períodos de ausência (no Maranhão até quatro e no Pará até seis meses, conforme a sazonalidade da coleta das drogas do sertão) e o valor da remuneração por uma comissão mista [§§ 10-19];

4 certas necessidades dos moradores (por exemplo, a requisição de índios como remadores para um transporte de porte maior ou de índias como amas de leite ou ajudantes na produção de farinha de mandioca) e dos índios recém-descidos (que ficariam instalados provisoriamente em pequenos aldeamentos à parte e estariam isentos de serviços exteriores por dois anos) seriam tratados como casos excepcionais [§§ 20-21 e 23-24].

a Amazônia. Entre eles, pode-se citar Charles Marie de La Condamine, Spix, Martius e Bates, Alexandre Rodrigo Ferreira (pesquisando no campo da história natural, antropologia, etnografia e geografia), Castelnau (entomologista e meteorologista), Wallace, Chandless, Frederico Hartt, Agassize. Entre estes, o que mais influenciou no surgimento da economia da borracha foi o astrônomo francês Charles Marie La Condamine (1701- 1774) que levou para a Academia de Ciências de Paris a notícia da existência de um produto oriundo das árvores de látex que, se aplicado sobre determinadas superfícies materiais, tinha a propriedade de torná-las impermeáveis, reduzindo desgastes de diversos produtos.

Quando esta matéria se encontra em estado líquido pode ser aplicada sobre tudo o que se queira, sem que nem a água nem o sol possam alterá-la. Poder-se-á, então, endurecer os tetos e arrieiros das carroças para conservá-los em bom estado, sem constantes reparos e com a mesma flexibilidade. Poder-se-á, também, fazer os canos dos navios e as bombas de incêndio com pano em lugar de couro, o que os tornaria mais leves. Far-se-iam, igualmente, lonas bem flexíveis, toldos de escaleres, roupas de mergulhadores e outras mais flexíveis, guarda-chuvas, toda sorte de equipamento de guerra para conservar munições, tendas, mantos, estojos de várias espécies e botas, as quais não seria preciso senão lavar para limpá-las, e jamais a umidade se faria sentir nas pernas ou nos pés, etc. [...] (TOCANTINS, 2001a, p. 117).

Durante os meados do século XVIII, além das drogas do sertão, foi incentivado, especialmente pela coroa portuguesa, a agricultura com o objetivo de atender aos interesses portugueses na região. Durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na província do Grão Pará e Maranhão, foi também incentivado o casamento entre brancos e índios e a catequização forçada ao catolicismo. O objetivo desses artifícios jurídicos-políticos era enfrentar os interesses espanhóis na região, incorporar as populações indígenas às ações de ocupação e defesa dos territórios lusitanos, por meio de um programa de transformação dos nativos em verdadeiros católicos fiéis e súditos leais ao rei de Portugal.

Segundo Warren Dean (1989, p.24), por volta de 1839, Charles Goodyear (1800-1860) descobre que, por meio de tratamento à base de enxofre e calor, a borracha poderia ser vulcanizada. Suas primeiras aplicações, em larga escala, ocorreram em máquinas industriais, bombas de minas e ferrovias, além de correias, tubos de máquinas e para-choques entre vagões dos trens de ferro. Intensificou-se a exploração de árvores silvestres produtoras de borracha na Ásia e África. Porém, a árvore nativa da bacia amazônica oferecia a borracha mais pura e elástica.

Geograficamente, a hevea *brasiliensis* crescia na margem direita do Amazonas, a oeste de Manaus, passando pelo sul do Mato Grosso, o Acre, o norte da Bolívia e o leste do Peru (DEAN, 1989, p. 33).

A partir de 1850, a goma elástica passa a ser o principal produto de exportação da Amazônia, promovendo o desaparecimento de outras produções agrícolas (café, tabaco, algodão, salsa, cravo) (PRADO; CAPELATO, p. 208). Com o início da segunda revolução industrial e no início do século XX, a borracha passou a ser o principal produto de exportação brasileiro.

Nesses anos do auge da exportação de borracha, que vai de meados de 1880 até 1930, ocorre uma metamorfose na visão de exploração capitalista na região. Mas, como afirma Becker (2005, p.71) a geopolítica que caracterizou a intervenção e ocupação da Amazônia sempre foi a partir da forte presença do Estado com ações de ocupação do uso do território.

Em virtude da grande demanda pela goma elástica e da baixa densidade populacional na Amazônia, fazia-se necessária a presença de trabalhadores e, em face da grande seca 1877 a 1880 nos Estado do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, onde morreram quase 200 mil nordestinos, o governo organizou um sistema que recrutava mão de obra no Nordeste e distribuía nos seringais da Amazônia Brasileira (FURTADO, 1980).

[...] Os governos da região amazônica, interessados no aumento da produção, foram obrigados a mobilizar populações de outras áreas do país; com este fim, organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para os gastos de transportes e adiantamentos de dinheiro para as primeiras necessidades. (PRADO; CAPELATO, 1977, p. 290).

Os fatores que atraíam os nordestinos para os seringais da Amazônia, de acordo com Roberto Santos (1980), eram os seguintes:

- a) pelo preconceito do próprio trabalhador nordestino relativamente aos trabalhos nos cafezais, que era tradicionalmente considerado escravo, ao passo que, em relação à Amazônia, o trabalhador sonhava operar como se fosse empreiteiro de si mesmo, seringueiro autônomo, não sujeito sequer a regime salarial, pois o látex que vendesse lhe pertencia;
- b) pelas ilusões de enriquecimento rápido a que o boom da borracha expunha o nordestino, as quais eram suficientes para superar os estímulos de maior salário e remuneração para o sul;
- c) pela propaganda e arregimentação realizada por prepostos de seringalistas do Pará e do Amazonas em Fortaleza, Recife, Natal, atraindo os nordestinos diretamente para o trabalho nos seringais;

- d) pelos subsídios que os governos do Pará e Amazonas concediam ao transporte de imigrantes em vista dos programas de colonização agrícola, mas que redundavam em favorecer, em última análise, a migração para zonas extratoras de borracha;
- e) pela facilidade e proximidades de transportes de cabotagem até o porto de Belém, nesse tempo grande que para o Sul;
- f) pela ruptura dos senhores de terra nordestinos a saída de homens, numa época em que as secas dizimavam as populações e acumulavam miséria nos campos e nos refúgios dos núcleos urbanos. (SANTOS, 1980, p. 108).

Este sonho de realizações pessoais foi, em sua maioria, frustrado, pois o sistema de trabalho empregado nos seringais era semiescravo, como se pode ver na descrição de Euclides da Cunha, no livro “Amazônia: um paraíso perdido” (2003) afirma:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, numa gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve: 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaixado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe baste para três meses: 3 paneiros de farinha d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 3 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isso lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho na machadinha, ainda é o brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. (CUNHA, 2003, p. 51).

Euclides da Cunha (2003) considera que, no período áureo da borracha, fortaleceu-se e se constituiu um sistema econômico original na Amazônia brasileira, que foi o “sistema de aviamento”, que aparece mais claramente no livro “A selva” de Ferreira de Castro. Esse sistema pode ser definido como o adiantamento de mercadorias a crédito para os seringueiros em troca da fidelidade de pagamento. Quase sempre, esse pagamento (troca) é realizado com produtos oriundos da floresta, mas, como os seringueiros não tinham controle sobre os preços dos produtos ofertados, a dívida sempre tendia a aumentar, conforme afirma Aramburu (1994).

Na primeira metade do século XIX, os extrativistas que chegaram à Amazônia já não sentiam o pavor dos primeiros colonizadores, aprenderam a conviver com a selva. Onde antes só havia índios, passou a ter extrativistas em busca de seringa

para vender para a Inglaterra e depois para os Estados Unidos. Surgia, assim, a figura do Coronel de Barranco, que passou a experimentar o internacionalismo e a irresponsabilidade da Belle Epoque, com seus palacetes na cidade e os barracões apinhados de trabalhadores no meio da floresta, experimentou a prostituição das jovens polacas, enquanto sua esposa ficava em casa para os afazeres domésticos.

Como os seringueiros viviam no meio da floresta,(sugestão) longe de suas famílias, criou-se espaço para a prostituição. A mulher tornou-se um item na sociedade utilitarista. Adoravam a cultura europeia, imitando seus trajes, sua música, vinhos e comidas. Essa contradição entre a vida do Coronel de Barranco, urbano, rico e cheios de benesses, e os seringueiros que realizavam o trabalho servil no meio da floresta não incomodava a sociedade da época.

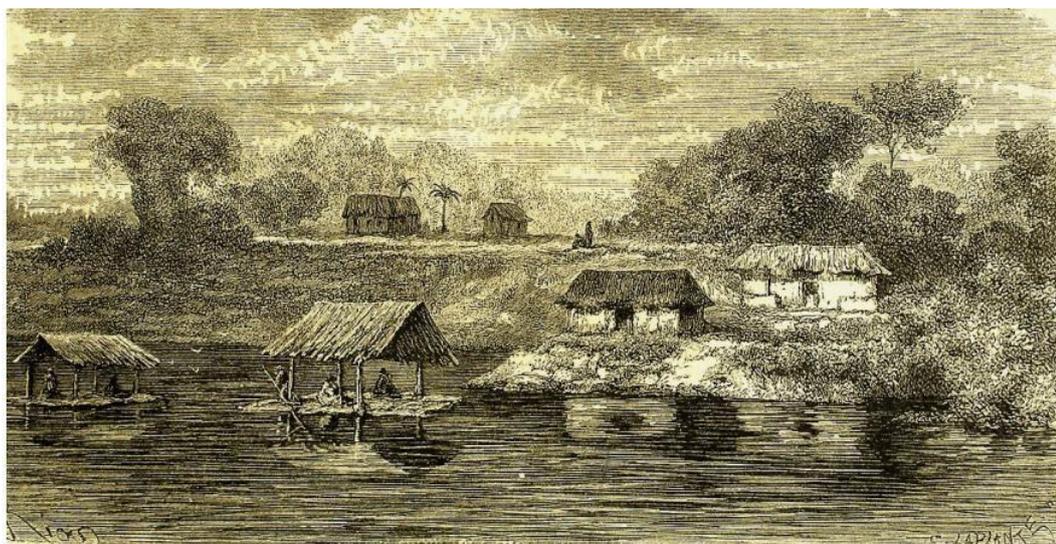
No sistema de aviamento, o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É, pois, uma forma de crédito mais eficiente que o sistema financeiro formal, que é incapaz de chegar onde o produtor está (ARAMBURU, 1994).

Esse sistema comercial acontece por meio de escambo, sem a mediação da moeda. É um sistema de agiotagem pré-moderno, em que o credor fica preso ao aviador por laços de fidelidade moral, ligando o patrão aos clientes. No caso específico de Coari, a colonização portuguesa foi bastante similar a muitos municípios da Amazônia Ocidental, com forte influência da catequização católica, a princípio, os jesuítas ligados à coroa espanhola e depois, já no século XVIII, os Carmelitas que defendiam interesses da coroa portuguesa. As duas ordens tinham os mesmos objetivos: catequizar, eliminar elementos da tradição indígena e implantar um sistema político e cultural europeu.

Em 1759, o Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, elevou a aldeia de Coari à categoria de Lugar, substituindo o nome para Alvelos. Nessa época, a fim de delimitar o território para Portugal, todos os nomes de lugares de origens indígenas foram trocados para nomes com ascendência portuguesa. Nesse mesmo ano, sob as ordens do Marquês de Pombal, os jesuítas foram retirados à força das suas missões, sequestrados seus bens e, finalmente, expulsos do Brasil, deixando a maioria de suas missões abandonadas. No ano de

1833, voltou ao nome original de Coari, sendo reconhecida como “freguesia”⁷. Em 1854, a sua sede mudou-se para local próximo da foz do rio Coari, onde até hoje fica a sede do Município. Na década de 1860, o desenhista/viajante Paul Marcoy veio a Coari e produziu uma representação da realidade de Coari naquele momento histórico (figura 2).

Figura 03: vista da Vila de Coari às margens do lago, 1860



Fonte: Gravura de Riou. Paul Marcoy, Voyage de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique à travers l'Amérique Du Sud, 1867.

Os primeiros relatos sobre Coari foram encontrados no livro La Condamine, C. –M (1701-1774) Viagem Na América Meridional descendo o Rio das Amazonas, reeditado pelo Senado Federal (2000) em sua grande viagem pelo rio Amazonas:

Coari (1744) é a derradeira das seis povoações dos missionários carmelitas portugueses; as cinco primeiras são formadas dos restos da antiga missão do Pe. Samuel Fritz, e composta de um grande número de diversas nações, a maior parte transplantadas. As seis acham-se na margem austral do rio, onde as terras são mais altas, e há abrigo de inundações. (CONDAMINE, 2000, p. 77-78).

Pela legislação do império, as freguesias tinham muito pouca autonomia administrativa. Após 20 anos, em 1874, Coari tornou-se uma “vila”. Em 1891, o Município obteve seus primeiros órgãos judiciais: passou a ter um juiz de direito e um juiz municipal (GUIMARÃES, 1900, p. 12-13). Finalmente, em 1932, já sob o regime

⁷ Freguesia, no período monárquico, no Brasil, era o nome dado à menor divisão territorial administrativa.

de Vargas e com cerca de 8.500 habitantes, foi elevada à categoria de "cidade" (FERREIRA, 1957, p. 140).

Para entender as transformações espaciais que ocorreram em Coari após a chegada da Petrobras, faz-se necessário entender como se construiu historicamente a realidade social e econômica deste Município antes da chegada da empresa petrolífera.

No chamado período áureo da borracha na Amazônia, Coari era uma grande produtora de borracha, castanha e outros produtos da floresta. Apesar das dificuldades de acesso a informações mais detalhadas sobre esse período, que vai desde o início do século XX até a década de 1940, apresentar-se-á a realidade do Município a partir de alguns relatos escritos por viajantes, servidores do governo e artistas,

Como afirma Souza (1977), o coronel da borracha, ou seringalista “ele era o patrão, o dono e senhor absoluto de seus domínios, um misto de Senhor do Engenho e aventureiro Vitoriano”.

Segundo Guimarães, em "Dados Descritivos do Município de Coari.

Manaus": Imprensa Oficial V (1900, p. 7-9.), Coari é:

É dividida em dois bairros, S. Sebastião ao norte e Sant'Anna ao sul, separados pelo pequeno igarapé de S. Pedro, seco no verão, e atravessado por uma bela ponte de madeira de lei de cem metros de extensão, mandada construir e inaugurada em 1896 pelo pranteado superintendente municipal Celso de Menezes. Uma escada lateral dá acesso aos passageiros que desembarcam ali durante a enchente, ocasião em que podem atracar quaisquer vapores.

Os Passês, a melhor ascendência dos Coarienses, foram de todos os índios de que estes se originam, os mais avançados intelectualmente.

Reconheciam um Deus supremo e a imortalidade da alma. Eram agricultores. Merece um sério estudo e desenvolvimento, ou antes, o renascimento da vida agrícola, da indústria pastoril e do comércio da Vila de Coary. Antigamente fazia-se a cultura do tabaco e algodão, havia a indústria de tecidos e redes, e também de esteiras de palha, exercia-se a pesca do pirarucu e a manipulação do óleo de tartaruga e peixe-boi, e das florestas extraíam-se salsa, copaíba, cravo e cacau. Agora nada disso existe, a borracha mais lucrativa avassalou tudo.

Nesses relatos acima, nota-se claramente a visão colonial de desvalorização e inferioridade do homem local e valorização da religião cristã. Guimarães (1900) compara a riqueza da vida extrativista, agrícola e industrial antes da chegada da exploração da borracha com a vida naquele momento em que se supervalorizava a sua exploração. Nesse mesmo relato, Guimarães (1900) exalta a agricultura de

monocultura em detrimento do extrativismo, que ele considera “anticivilizador”. Essa aversão que os colonizadores da Amazônia cultivaram contra as sociedades locais, atribuindo uma conotação pejorativa a tudo que fosse hábito local, tanto na cultura quanto nos valores sociais, pode ser visto em boa parte da literatura dessa época.

A lavoura, a própria horticultura caseira é um mito. Entretanto, conta-se no perímetro urbano uma pequena plantação de coqueiros, árvores, aliás raríssimas no Amazonas. O seu cultivo, protegido no início pelos poderes locais, tornar-se-ia uma fonte de riqueza para o município e para todo o Estado.

A indústria pastoril limita-se a algumas cabeças de gado vacum, cabras e suínos esparsos, e uma florescente fazendola no rio Ipixuna, de propriedade do súdito italiano Camilo Vergani, a qual já conta mais do cem cabeças bovinas.

A apanha da tartaruga é feita do modo bárbaro e anticivilizador como se vê em todas as praias do grande rio e seus afluentes. Durante o período da procriação, o seu perseguidor, para que elas não fujam, vira-as de costas em número superior ao que pode transportar, abandonando depois, as que não chega a conduzir, as intempéries do sol que as asfixia e mata inexoravelmente.

Por outras vezes, os currais enchem-se de tal quantidade desses anfíbios que eles se amontoam, perecendo as que não conseguem vir respirar o carbono vivificador à flor das águas.

O comércio de Coari é grande. Na vila há 24 estabelecimentos comerciais, muitos dos quais exercem o negócio dos regatões. Na tapera da Freguesia Velha à pouca distância da sede deste município, há grande abundância de veado, anta e a paca. O lago é cheio de toda a sorte de peixe, aparecendo em outubro a piracema de camarões. Há cinco praias de tartarugas que abastecem à população. (GUIMARÃES, 1900, p. 22).

No livro “Através do Amazonas: Manaus ao Javari”, Ferraz, F. J. da Silva, (1908) faz um relatório sobre a viagem do governador eleito, Antônio Bittencourt. Nesse período, já está fortalecido o modelo Republicano Conservador clientelista, implantado, no Brasil, a partir da Proclamação da República e visão arrivista, implantada culturalmente no Amazonas. Essa visão arrivista - o que não é local será sempre superior ao local, o espírito burguês com toques de selvageria -, se manifesta na arquitetura de Manaus, copiada das cidades Europeias, no comportamento dos dirigentes políticos, nas tradições monogâmicas familiares que seguiam o tradicionalismo religioso católico português.

Coari: Ao romper do dia principiou a avistar-se a vila, situada na terra firme, - uma fila de casas de regular aspecto, algumas alegres e novas. Pelas 6 horas da manhã veio a bordo o Dr. Ângelo Batista, juiz de direito, acompanhado do professor Sr. Edelberto Góes. Não foram recebidos pelo Sr. coronel Antônio Bittencourt, porque se achava ainda recolhido.

Às 7 horas, tendo vindo a bordo do "Virgínia" o superintendente municipal, coronel Lucas Pinheiro, acompanhado de várias pessoas gradas, realizou-se o desembarque.

A filarmônica de terra aguardava os viajantes e acompanhou-os através da vila. Foguetes e bombas estoiravam no ar, e foram soltos alguns vivas aos chefes da política situacionista.

No edifício da Intendência foi servido Champanhe, sendo saudado o Exmo. Sr. coronel Antônio Bittencourt pelo Sr. superintendente, e pelo major Moisés Magalhães, tabelião.

Dirigimo-nos em seguida a casa do Dr. Ângelo Batista, juiz de direito da comarca e cavalheiro muito estimado pela integridade do caráter e espírito. O Dr. Ângelo reside em um pequeno chalé, situado num dos extremos da vila. Conversou por alguns momentos com o Sr. Coronel Antônio Bittencourt, que há muitos anos o conhece.

Em Coari, deixamos o vigário, reverendo Victor Merino, que embarcara em Codajás, Espanhol, franzino e nervoso, olhar adunco, fisionomia vulgar de torreiro de Sevilha o Sr. vigário, a convite de alguns passageiros, fizera-se ouvir em algumas malagueñas, acompanhado ao piano por um praticante de bordo, que martela regularmente esse instrumento.

Coari necessita com urgência de um edifício escolar apropriado e salubre. O local destinado a escola do sexo masculino, um quarto lúgubre e sujo, sem ar nem luz, no velho edifício onde funciona a Intendência e juntamente a cadeia, em todos produziu a pior das impressões. (SILVA, 1908, p. 59-60).

Figura 04: Rua XV de novembro, 1910



Fonte: Livro "Nunca Mais Coari: a fuga dos Jurimáguas", p.62.

Um dos relatos mais detalhados sobre a vida em Coari no início do século XX foi realizado por Gondim, J. no livro "Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921", reeditado pela Secretaria de Educação do Amazonas (2001). Nesse livro, Gondim apresenta a relação conflituosa entre a aristocracia governamental que vivia na capital Manaus, apoiada nas riquezas oriundas da borracha, e a miséria da população ribeirinha, com condições de vida bastante insalubre, sem acesso a nenhuma forma de tratamento de saúde, tratando-se com remédios oriundos da floresta.

O pouco número de habitações recomendáveis, algumas assoalhadas e outras com o chão cimentado, demora nas ruas Silvério Nery, Quinze de Novembro e Independência e na praça coronel Gaudêncio. Mas, os edifícios notáveis, são o da Intendência Municipal, reformado ultimamente, e a igreja de São Sebastião, no centro da praça do mesmo nome. Esse templo, de estilo pouco elegante, foi construído a tijolo e cimento e oferece magnífica impressão nas suas dependências internas, sendo o ladrilho todo de mosaico. Do recinto principal parte uma bela escada de caracol, pondo-o em comunicação com o coro e, daí, por meio de outra escada, com a única torre existente no frontispício da nave.

O clima do município, como o de todo o vale do Amazonas, é quente e úmido, sendo de trinta e seis graus a sua maior temperatura. Chove ali de modo irregular e com abundância, exceto nos meses de julho e agosto. Os principais males, que afetam a saúde da população, são as feridas bravas, a verminose, o paludismo e as febres catarrais. No entanto, não existe ali nenhum médico, tampouco farmácia. Nos transes mais dolorosos, os doentes são amparados pelo farmacêutico Benedito Edelberto de Góes, que, valendo-se de seus preparados medicinais e de outros remédios adquiridos com grandes sacrifícios, não tem poupado esforços em combater as enfermidades, livrando muitos infelizes das garras da fatalidade.

Ultimamente, esse abnegado descobriu um unguento de grande eficácia no combate as feridas bravas, assim como um colírio de efeitos positivos no tratamento de moléstias dos olhos. Na falta de produtos farmacêuticos, o professor Edelberto recorre aos remédios homeopáticos e até mesmo as dosagens caseiras, aplicando continuamente cozimentos de ogervão como soporífico pronto e seguro no tratamento de defluxos e cozimento de alfavaca como paliativo as bronquites e febres catarrais. Não exige nenhum recurso pecuniário dos seus clientes e contenta-se em viver naquela vila com sua família quase à míngua, envergonhado da sua pobreza, mas sempre orgulhosos do seu caráter de homem honesto e laborioso. (GÓES, 2016, p. 63-64).

Esta análise histórica da sociedade Coariense destina-se a entender como foram sendo construídas e reconstruídas, mediante as dinâmicas históricas, a partir de seus aspectos culturais, sociais e espaciais, as especificidades da sociedade atual. Esta organização territorial e cultural nas comunidades amazônicas fez surgir a cultura cabocla-ribeirinha. No caso de Coari, com o advento da borracha, além dos nordestinos que chegaram, vieram também os comerciantes sírios, como se pode notar nas citações de Góes (2016, p. 64):

O comércio local compõe-se do elemento sírio, contando-se as casas 'Nova Síria', de Moraes e Addad; 'Novo Mundo', de Miguel e Irmão e as mercearias de David Antônio, Miguel Jorge, Antônio Litaiff, Camilo José e Abrahim Azulay. Os artigos de moda são vendidos por preços razoáveis. Possui a vila uma delegacia de polícia, de que é delegado o tenente Pedro Ferreira de Souza; uma agência postal, bem organizada e dirigida pelo coronel Francisco Carvalho e uma coletoria estadual, a cargo do Sr. João Batista de Carvalho, notando-se nesta completa falta de selos e de papel selado.

Apesar de copiar o modelo do Liberalismo europeu nos costumes, os períodos

da borracha não acatavam a ideia de desenvolvimento tecnológico e industrial implantados na Inglaterra e Estados Unidos. Recusavam veladamente qualquer forma de valorização da educação ou de progresso científico, como se pode notar nos relatos de Góes (2016, p. 64) sobre a Escola:

A instrução local tem tomado algum incremento com o funcionamento de uma escola particular, mantida e regida pelo professor Benedito Edelberto de Góes; da escola mista estadual, dirigida pela normalista Cesarina Ponce de Leão e da escola mista municipal, regida pela professora dona Maria Guimarães Pinheiro. As aulas do professor Edelberto funcionam com doze alunos, e mais ele não recebe, porque a sala da casa em que mora não comporta maior número.

Para defender os interesses da Coroa portuguesa, depois Império e, por fim, da República, a figura do chamado “coronelismo de barranco” era um dos fatores importantes na constituição política das comunidades amazônicas. O Coronel em Coari designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia portuguesa. Alguns historiadores denominaram os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas. No caso da Amazônia, eles eram o elo entre os seringais e as casas aviadoras, foram os responsáveis pela ligação da Província Central com as vilas, povoações e cidades. Isso fica evidenciado nos relatos de Góes (2016, p. 64):

O chefe político da localidade é o coronel Lucas Pinheiro, que, a contento da população, exerce as funções de superintendente municipal e acompanha a política dominante, sendo a oposição chefiada pelo major Deolindo Dantas. Outros políticos situacionistas, divergentes, seguem a orientação política do Dr. Virgílio de Barros, que prestou relevantes a localidade, tendo até mantido, quando superintendente, um bom serviço de iluminação pública, que hoje não existe.

Segundo Rodrigues (2006), em seus estudos sobre o homem na Amazônia, os processos de constituição do caboclo e sua identidade estão diretamente ligados aos fatores ambientais, onde o esforço para as condições de clima, solo e água foram fundamentais para a construção da identidade cabocla.

É nesses limites e fronteiras conceituais, políticas e éticas, que se abre o espaço para se pensar a questão do caboclo como uma identidade e cultura de resistência, posto que são sobreviventes de um processo aniquilador, mas que não os destruiu por inteiro. Abre-se então o espaço da terceira margem); da fala dos sobreviventes que estão entre as culturas, no meio da modernidade. Finalmente, aqui se pode abrir o espaço de construção de novos sujeitos, nos entrelugares onde a diferença se faz e se refaz incessantemente. (Rodrigues, 2006, p. 127).

Apesar da perspectiva de incorporar a figura do caboclo à sociedade branca desde o século XVIII, a realidade sempre foi mascarar o preconceito em relação ao caboclo que, dentro de uma visão da sociedade de classes, é sempre o trabalhador braçal e que realiza atividades subalternas.

Esse híbrido, que não é branco europeu e nem é índio, segundo Parker, é o caboclo, produto da destribalização de ameríndios e do casamento entre europeus e índios. Numa definição mais geral, o caboclo representa uma mistura de grupos sanguíneos resultantes da união de ameríndios com o colonizador português e com nordestinos descendentes que migraram para a Amazônia na metade do século XVIII e durante o auge da borracha no final do século XIX.

Nessa relação identitária, na qual existe o homem heterogêneo, natureza e sociedade, constrói-se alguns elementos constitutivos que, nos relatos de Gondim, podem ser notados pela forma de se alimentar, pelo sistema de transporte, que tem sua base na hidrografia da região, e pela posse dos meios de produção (a terra), em que somente alguns membros da elite local são proprietários e a grande maioria dos ribeirinhos são somente posseiros.

Vem a pelo salientar que a vila de Coari é farta de peixes e tartarugas, mas não possui mercado. Os gêneros são vendidos no porto ou nas ruas pelos caboclos que chegam dos lugares adjacentes. A população da vila não passa atualmente de cento e vinte habitantes quando antigamente ascendia a um número considerável, acontecendo que muitos habitantes em certas épocas do ano, moravam em canoas fundeadas no porto.

As únicas embarcações que trafegam normalmente, no município, são as lanchas 'Fausto', do coronel Lucas Pinheiro; 'Alvorada', do major Deolindo Dantas; 'Carlos Alberto', de José Joaquim de Souza e 'Macambira', de Pedro Nolasco de Melo. Percorrem continuamente os lugares ribeirinhos, onde os seus proprietários fazem o comércio de regatão, comprando castanha, pirarucu, tartarugas e frutas em troca de outros gêneros. As principais produções do município são a castanha e a borracha, as quais tem minorado, de algum modo, a sorte dos seus habitantes.

Numa viagem que fiz da vila ao lago Cajuirí, onde existe a antiga aldeia dos índios Miranhas pude contar as seguintes propriedades ribeirinhas: 'Travessia do Coari', de Emílio Nunes; 'Esperança', de Samuel Gonçalves da Silva; 'Paraíso', dos herdeiros de José Marques; 'Cantagalo', de Jose Azulay; 'Santa Rosa', de José Ignácio; 'Cassiporé', de Tomás Montenegro; 'São Paulo', do Dr. Anísio Jobim; 'Porto Alegre', de Candido de Lima; 'Casa Branca', de José Cohen; 'Engenho', de Francisco Costa e Teófilo Monteiro de Aguiar; 'Floresta', de Anastácio Marques. No lago do Coari entre outras, contam-se 'Bom-an', de Isidorodo Carmo; 'Patauá', e 'Alvelos', (antiga freguesia de Coari), do major Deolindo Dantas.

Na propriedade do Dr. Jobim (Anísio Jobim) vi alguns espécimes de gado bovino, aves domésticas e um bem cuidado jardim onde há flores e trepadeiras de vários matizes. (GÓES, 1965, p. 65-66).

O período Republicano na presidência de Getúlio Vargas, a partir de 1930, tem uma política centralizadora combinada a fins de integração nacional e medidas ostensivas para controlar a vida de municípios com incentivo ao desenvolvimento autônomo, acompanhado de aumento das condições necessárias para o progresso por conta própria (FERREIRA e DELGADO, 2003). Apesar de programas aparentemente contraditórios, as prefeituras dos municípios quase sempre convergiam com a proposta política e simbólica de poder federal. Essas prefeituras eram ocupadas por homens de confiança do regime.

Durante o período Republicano, fortalece-se a figura do Coronel de Barranco, e do pensamento arrivista⁸ em relação aos caboclos. Dessa forma, no final da década de 1930 e em virtude dos recursos oriundos da exploração da borracha, Coari era considerada uma cidade com certa prosperidade se comparada a outros municípios do interior do Amazonas. Possuía uma produção agrícola razoável, ruas urbanizadas, estação de radiotelegrafia e iluminação elétrica, escola primária pública e, com a chegada em massa de seringueiros nordestinos, tinha aumentado razoavelmente sua população. Na questão política, surge, no Município, nesse período, aquele que pode ser considerado o primeiro grupo dominante, na liderança do prefeito Alexandre Montoril, que foi prefeito durante 15 anos, intercalados entre os mandatos de deputado estadual (GÓES, 2016).

Em 1932, já sob o regime de Vargas, com cerca de 8.500 habitantes e com o "aumento de sua população", a "disseminação do ensino fundamental", o "desenvolvimento de seu comércio e a exploração da riqueza" (COARY, 1938, p. 17), a vila de Coari foi elevada à categoria de "cidade" (FERREIRA, 1957, p. 140).

⁸ No processo de colonização os caboclos foram silenciados pelos discursos da competência dos brancos, sua palavra era nula, e não era acolhido, vivia nos mundos dos excluídos, com uma grande rejeição nos seus saberes, hierarquicamente como uma cultura —inferiorll. Dessa forma o arrivista era o colonizador que de forma ambicioso que deseja subir socialmente usando quaisquer recursos.

Figura 05: Posto de Saúde – Jose Ricardo



Fonte: Relatório Municipal de 1936.

Alexandre Montoril foi prefeito de Coari por dois mandatos: o primeiro foi de 1930 a 1936 e o segundo período foi o do Estado Novo, de 1937 a 1945. O clima político vivido naqueles anos era associar a imagem de Montoril aos avanços recentes pelos quais a cidade havia passado: a reforma geral do prédio da prefeitura, o aumento do número de lâmpadas pela cidade, a instalação de uma fábrica de gelo, a preocupação em manter as ruas sempre limpas, promover o aumento da atividade agrícola a construção de um moinho para o porto de Coari, e na luta contra as doenças tropicais manteve funcionando o posto de saúde dotado de médico e medicamentos

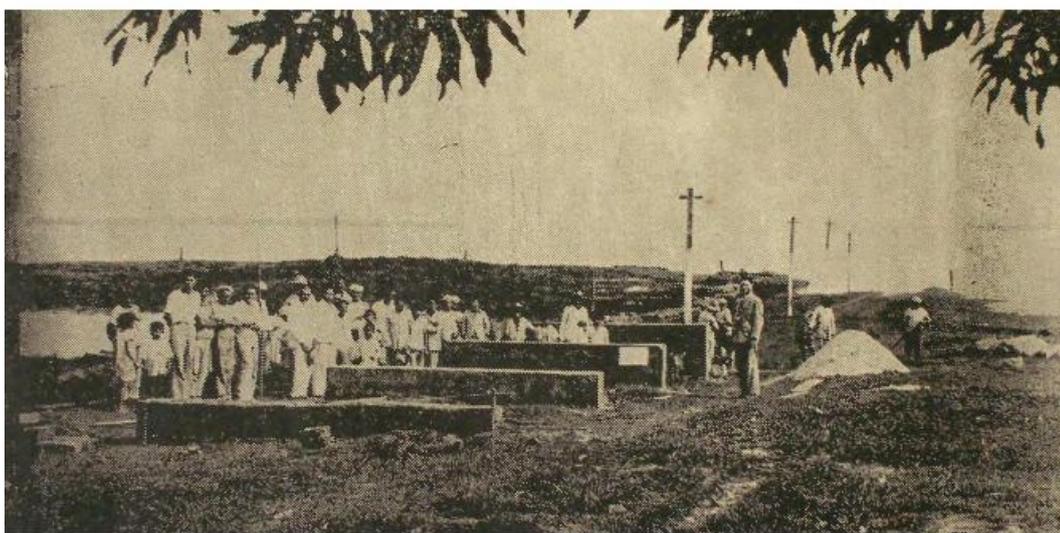
Figura 06: Cerimônia de Elevação da Vila de Coari à condição de cidade



Fonte: Livro Nunca Mais Coari: a fuga dos Jurimáguas.

Montoril foi um político que buscou transformar qualquer forma de desempenho das funções públicas em uma estratégia populista. Pode-se observar claramente nas figuras 2 e 4, quando inaugura o “Posto de Saúde” Jose Ricardo e a construção do trapiche que servirá de porto para as embarcações. Apresenta-se acompanhado de dezenas de pessoas, legitimando a importância do prefeito na conjuntura estadual, especialmente porque um dos seus padrinhos políticos é governador da época, Álvaro Maia.

Figura 07: Porto de Coari em construção



Fonte: Relatório municipal de Coari, 1936.

Essa relação política de dependência do Município ao governo estadual pode ser claramente demonstrada em algumas situações, como a visita do governador a Coari e a construção de uma biblioteca municipal com o nome do governador.

Figura 08: Biblioteca Álvaro Maia



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Coari, 1942.

A relação entre público e privado, em Coari, desde essa época, foi bastante ilegítima e arrivista. No dia 30 de janeiro de 1935, foi inaugurada a primeira escola primária de Coari, pelo Decreto Lei n 4.508, publicado no Diário Oficial do Estado, passando a se chamar “Grupo Escolar Francisco Lopes Braga”. Esse nome foi uma homenagem póstuma do então prefeito, Alexandre Montoril, ao seu primeiro professor no Ceará, ou seja, nenhum vínculo com o Município.

Alexandre Montoril tinha apoio do clã dos Nery que, durante o século XX, tiveram quatro familiares como governadores do Estado do Amazonas: Silvério José Nery (1900-1904), nascido em Coari, Constantino Nery (1904-1907), período áureo da borracha, Julio Nery (1943), como interventor do governo Federal e, na década de 1980, Paulo Nery, como indicação do governo militar. Em Coari, no começo do século XX, o representante deste clã era Alexandre Montoril.

Alexandre Montoril foi um dos ícones do início da consolidação do poder da oligarquia estadual dos Nery no interior do Amazonas. Nascido no Ceará, na localidade de Assaré, distrito de Crato, filho de seringueiros que emigraram para a Amazônia no período áureo da borracha, no final do século XIX, entre idas e vindas entre o Ceará, comunidades do Rio Tapajós e a cidade de Macapá. Somente fixou residência em Manaus no ano de 1912, entrando para Força Policial do Estado. Depois de dois anos na Força Policial, foi promovido a Cabo do Corpo de Bombeiros. Entrou para a Faculdade de Odontologia de Manaus e, entre 1916-1920, concluiu o

curso superior. Depois de formado, foi trabalhar como Delegado em Eirunepé, Maués, Tefé e Coari.

Após o assassinato do prefeito Herbert Lessa de Azevedo, foi nomeado pelo governador da época, em 13 de Janeiro de 1928, como interventor municipal, sendo mantido no cargo após o golpe civil de 1930, ficando até 1936 como interventor. Foi eleito prefeito de 1936 a 1939 e, em seguida, reconduzido como interventor em 1939 até 1946. Portanto, foram 15 anos como prefeito de Coari, ficando as raízes do Coronelismo de Barranco ou clientelismo político, algo muito comum nos municípios do interior do Amazonas. Desde o período áureo da borracha, tanto Manaus quanto Belém sempre foram considerados os centros econômicos da região. Dessa forma, qualquer prefeito que quisesse ter o mínimo de recursos para administrar a sua cidade teria que “beijar a mão do governador”.

Após a revolução de 1930, houve uma intervenção geral. Montoril foi indicado prefeito para o período de 1932 a 1936 (seu primeiro mandato), depois foi eleito novamente para o ciclo de 1936 a 1939 (segundo mandato). Houve, ainda, um período de prefeito nomeado, na ocasião da intervenção da ditadura, o Estado Novo, chefiado por Getúlio Vargas (1939 a 1947), ficando as eleições livres suspensas e os partidos políticos abolidos. Dessa forma, Alexandre Montoril permaneceu 15 anos no poder como prefeito de Coari.

Com o fim do Estado Novo, no dia 27 de abril de 1947, Montoril é eleito deputado estadual, representando Coari na Assembleia Legislativa do Amazonas. Ainda em Coari, elegeu seu sucessor a prefeito, o senhor Edgar da Gama Rodrigues, por meio de eleições diretas, sobressaindo seu grupo político.

O principal opositor político de Alexandre Montoril é um personagem lendário e polêmico na história de Coari, Deolindo Alfredo Dantas, major da guarda nacional, natural de Teixeira/PB, descendente da expressiva família Dantas da Paraíba. A sua família chegou a Manaus/AM no ano de 1895, período “pré época áurea da borracha”. Por um tempo moraram no Camará (Distrito de Coari) e logo depois, na vila de Coari.

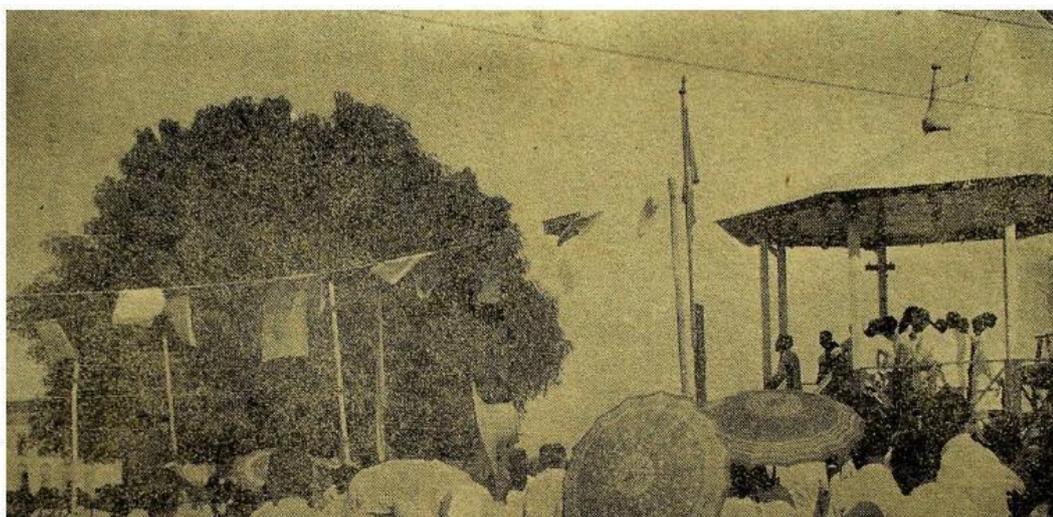
Na juventude, adquiriu diversas áreas de seringais e castanhais. Foi o primeiro a implantar uma usina de energia que supria e provia seus outros negócios, como uma serraria, fábrica de sabão, padaria, indústria de beneficiamento de pau-rosa e uma soverteria. Comprou as terras da antiga Freguesia e um sobradinho no bairro Tauá-mirim, pertencente a um turco que já vivia distante, no Oriente Médio. Portanto,

era considerado um dos empresários mais prósperos do Município.

O major Deolindo Dantas foi o principal chefe político da União Democrática Nacional – UDN. Situava-se na ala conservadora dos ruralistas, partido que fazia oposição ao presidente Vargas, de quem Montoril era fiel partidário. Possuía muitos bens, principalmente imensos seringais e castanhais, onde se desenvolvia fortemente um comércio extrativista marcado pelo sistema de aviamento, que caracterizava a economia amazônica na época.

Nas eleições suplementares realizadas em 11 de março de 1951, o major Deolindo chegou a eleger deputado estadual seu filho Deolindo de Freitas Dantas, conhecido por Dandi, que recebeu 481 votos representando a UDN. Na mesma eleição, Alexandre Montoril foi reeleito pelo Partido Social Democrático – PSD, com 549 votos. Dessa forma, Coari, um município com pouco mais de 10 mil habitantes, tinha dois representantes na Assembleia Legislativa.

Figura 09: Chegada do governador Álvaro Maia em Coari, 4 de julho de 1942



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Coari, 1943.

O estilo Montoril de governar tem a preocupação de publicizar todos os atos da prefeitura, enfatizando a vontade de preservar as boas relações com o governador Álvaro Maria e, por consequência, com o presidente Getúlio Vargas. No entanto, em decorrência da Lei 176, de 1º de janeiro de 1938, o território de Coari reduziu significativamente. Resultado do trabalho da Comissão de Revisão dos Limites da Amazônia. Era uma luta que o então prefeito travava junto ao Governo do Estado pela

redefinição dos limites do território do Município uma vez que, em virtude desta redução, a sua receita, nos anos de 1930 a 1940, diminuiu e diversas comunidades que pertenciam a Coari passaram a fazer parte dos municípios de Tefé e Codajás.

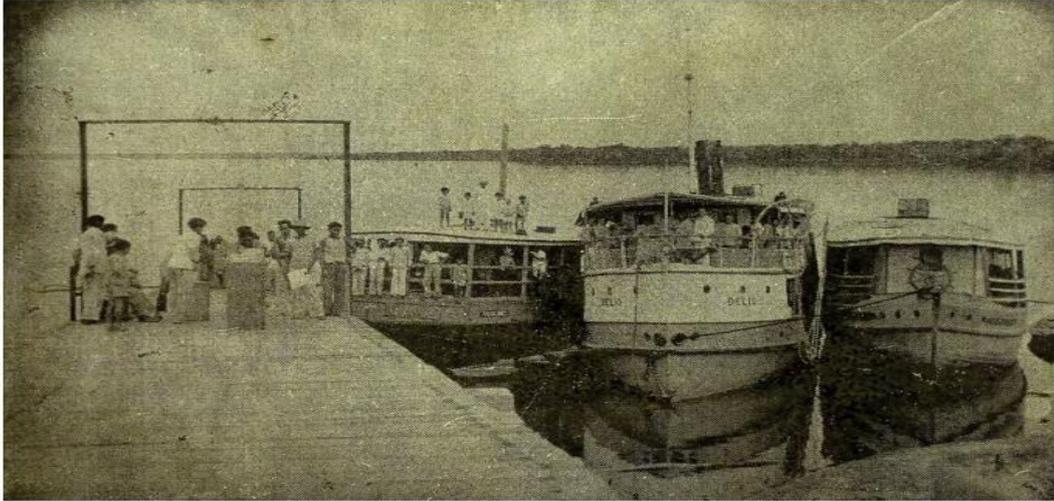
Figura 10: Chegada do governador Álvaro Maia em Coari, 04 de julho de 1942



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Coari, 1943.

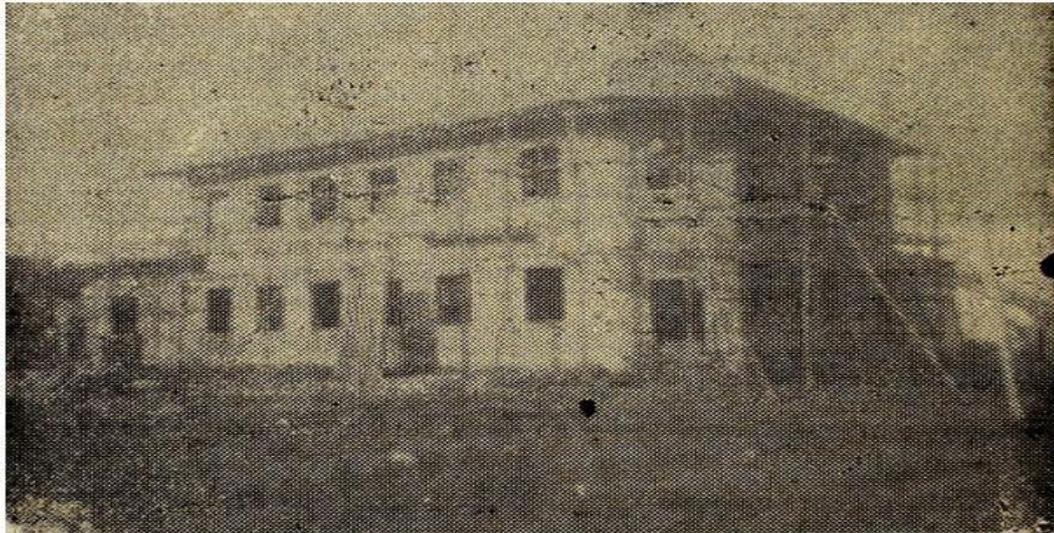
Dessa maneira, ele inicia uma verdadeira batalha pela visibilidade de Coari, reproduzindo a marca do período Vargasista, que era a forte propaganda de conquistas oficiais. Todos os jornais de Manaus, especialmente o jornal “A Tarde”, dedicavam várias páginas inteiras sobre as obras de Montoril: a ponte Álvaro Maia, a ponte Waldemar Pedrosa, as obras de esgoto da rua XV de Novembro, a casa do posto médico e do necrotério e até a banda municipal também foi organizada pelo prefeito, reforçando as ideias de integração nacional do presidente Getúlio Vargas.

Figura 11: Primeiro barco regional que chegou ao trapiche em construção, no dia 28 de março de 1937



Fonte: Relatório do Município de Coary, 1937.

Figura 12: Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância. Edifício em construção



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Coari, 1944.

Figura 13: Busto em homenagem a dr. Getúlio Vargas, Presidente da República. Inaugurado em 19 de abril de 1943



Fonte: Relatório da Prefeitura Municipal de Coari, 1943.

Por consequência, existia uma preocupação com o investimento simbólico na vida urbana, marcada por uma preocupação com o civismo, muito característico do período Vargasista e a crença no progresso socioeconômico. Outra característica marcante é que a frente da cidade, onde está o porto e os grandes comércios dos sírios, árabes e nordestinos, é onde a economia de Coari mais se movimenta até os dias atuais

Na Rua da Frente ficavam as principais casas de comércio, a maioria pertencente a comerciantes de origem síria ou libanesa. Era, sem dúvida, uma rua de muitos negócios, já que abrigava os maiores comerciantes, responsáveis pelos aviamentos que se faziam para os fabricos da castanha e da borracha, destacando-se, aquela época, com principais aviadores, Benjamin Mussa, os irmãos Mansour (Miguel, Azize e Munir}, os Abnader, os Sadala, e outros comerciantes de menor porte, além de alguns proprietários de castanhais e seringais. Tenha-se presente que a economia local se baseava, fundamentalmente, no extrativismo, atividade dependente do secular sistema de aviamento. (VASCONCELOS, 2002, p.45).

Figura 14: Rua da Frente na década de 1940



Fonte: Arquivo pessoal de Archipo Goés.

No período da década de 1930 a 1940, surge, em Coari, a chamada elite política local. De um lado, o prefeito ligado ao PSD, criado por Vargas, abrigava boa parte da elite urbana, a chamada “classe média”, que sempre estava à frente das decisões políticas, e detinha certo poder econômico. Do outro lado, estava o chefe político da UDN, partido da elite agrária, que abrigava os descontentes políticos, representantes do coronelato. Ambos tinham interesses comuns, de modo geral, políticos e econômicos, apesar de Deolindo Dantas ter enriquecido ainda na década de 1920, no auge da borracha e possuir muitas terras.

2.3 A influência do catolicismo no Município de Coari: os padres Redentoristas e as irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo

Depois da colonização portuguesa, a chegada de seringueiros e seringalistas nordestinos, comerciantes sírios e libaneses, Coari sofre forte influência do catolicismo americano por meio dos padres Redentoristas. A visão norte-americana católica, de cunho bastante prático e utilitarista, é implantada no Município com chegada dos padres Redentoristas⁹ norte-americanos.

⁹ A Congregação do Santíssimo Redentor (Missionários Redentoristas) foi fundada por Santo Afonso Maria de Ligório, no dia 9 de novembro de 1732, em Scala, no Reino de Nápoles, Sul da Itália. Em 1749 o Papa Bento XIV aprovou as Regras do Instituto, que tinha por fim a imitação de Jesus Cristo e a pregação de missões e retiros de preferência aos mais pobres e abandonados. Em 1894 os Missionários Redentoristas chegaram ao Brasil para o trabalho no Santuário de Aparecida e no

Depois da conquista e dos aldeamentos realizados pelos padres Carmelitas para a Coroa Portuguesa, Coari só recebia padres pelo sistema de desobriga¹⁰, que realiza conversões forçadas ao catolicismo. Este era o lema da colonização portuguesa, como se pode verificar nas palavras de Vasconcelos (2002):

Sobre o assunto não resisto ao ensejo de transcrever texto de registros deixados pelo Capita Tenente da Armada, Lourenço de Araújo e Amazonas: Abatiam-se as florestas, e na derrubada erguia-se uma cruz. À sombra da qual o carmelita, com o Evangelho na mão, convidava os indígenas a uma sociedade de que aquele era o código. (VASCOCELOS, 2002, p.105).

Sem dúvida nenhuma, o catolicismo imposto pelo colonizador influenciou fortemente na cultura local, que, mesmo sem a presença dos padres, os locais se mantinham féis à tradição católica.

Bem perto da casa de Dona Cesarina ficava a de Madrinha Angelica que, antes da chegada dos padres redentoristas, fora a principal referência da igreja católica na cidade. Além das sempre bem cumprida tarefa de zeladora, era nela que se concentravam as práticas religiosas permitidas aos leigos, notadamente as novenas. (VASCONCELOS, 2002, p.76).

Diante da necessidade de manter a hegemonia católica na região, em 1º de outubro 1942, Dom João da Mata de Andrade e Amaral, Bispo do Amazonas, solicitou ao então superior redentorista de Sant'Louis, nos Estados Unidos, o envio de missionários norte-americanos para trabalhar na região. Essa solicitação que foi aceita plenamente, em virtude da carência de padres e freiras na região. (MUCKERMAN, 1992).

Há, porém, uma enorme ignorância religiosa por causa da falta de padres. As pessoas são de caráter agradável e muito dócil. A população é completamente católica. A vida religiosa das duas paróquias está muito enfraquecida pela razão citada acima: a carência de padres. O campo espiritual é enorme e os trabalhadores são poucos. Existem inúmeros casamentos ilícitos e muitas pessoas para serem batizadas. Os sacramentos da penitência e da eucaristia estão esquecidos. É um deserto espiritual. Nas duas cidades a missa é celebrada apenas três vezes por ano. A população está muito dispersa e isto dificulta bastante a catequese. Existem 25.000 habitantes num território que tem o tamanho de alguns países da Europa. (MUCKERMAN, 1992, p. 06).

Santuário no Divino Pai Eterno. Este primeiro grupo era formado por 14 missionários que vieram da Baviera, na Alemanha. Fonte: REDENTORISTAS. A12 Conectados pela fé. Disponível em: <<https://www.a12.com/redentoristas/historia-dos-redentoristas>>.

¹⁰ Desobriga eram viagens as comunidades ribeirinhas que os padres católicos realizavam para conferir os sacramentos do batismo, crisma, eucaristia, confissão e matrimônio. Quase sempre isso ocorria uma única vez por ano, sendo, portanto, um evento religioso, quase acompanhado de arraial para arrecadar fundos dos custos da viagem.

O trabalho oferecido aos redentoristas, além das desobrigas nas comunidades, estendia-se ao campo da assistência socioeducacional, com a construção de escola e ambulatórios.

A presença missionária dos Redentoristas, além de ocupar um espaço religioso vazio na região, intensificava a presença da identidade católica e deveria introduzir o aprendizado de profissões e manufaturas para a população carente.

Os primeiros missionários redentoristas foram: irmão Cornélio Ryan e os padres José Elworthy, João McComick, André Joerger, José Maria Buhler e Jaime Martin, que chegaram em Manaus no dia 22 de julho de 1943 e, logo depois, em Coari, no mesmo ano. Em fevereiro de 1944, Dom João da Mata e os padres André Joerger e José Elworthy viajaram para Manacapuru. O bispo queria que os redentoristas assumissem a paróquia atendida por um padre diocesano, o padre José Blecker, missionário alemão. A paróquia de Manacapuru foi assumida pelos padres Redentoristas no dia 15 de março de 1944. Passaram também a cuidar da paróquia de Codajás, que lhes foi entregue no dia 20 de maio de 1945.

Quando o missionário chegava a um povoado ou barraca isolada, não havia mais nada a fazer senão trabalhar. O programa variava pouco; chegar de preferência às 15h00, ouvir confissões antes e depois da pregação mais importante (instrução nos pontos básicos da religião) e a noite voltar ao motor para dormir. O próximo dia começava com a Missa seguida pela catequese, outras instruções, batizados, casamentos, unção e visitas aos doentes e a indispensável procissão à tarde. Sempre era um dia cheio de atividades. Algumas vezes, quando havia muita gente num lugar só, os missionários teriam que ficar mais uns dias. (MURCKMAN, 1992, p. 35).

O segundo grupo de missionários Redentoristas chegou em 1944. Eles vieram com o objetivo de construir as residências dos missionários e trouxeram recursos financeiros (dólares) necessários para a logística da evangelização. A novidade desses recursos foi a aquisição de barcos motorizados. Em 1945, inauguraram a Escola preparatória para o Ensino Ginásial, que seria a semente do Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ainda hoje em funcionamento. A primeira desobriga com o primeiro barco a motor, o Santo Afonso, que os redentoristas usaram, foi no Rio Copeá, e a viagem foi feita pelo padre João McCormick, o padre Bernardo Van Hoomison e o Irmão Cornélio Ryan. (RÉGIS, 1999, p. 30).

Vale ressaltar que Coari tinha uma grande quantidade de migrantes

nordestinos, muitos ligados ao catolicismo tradicional das novenas, do culto aos santos e crendices populares, e sírio-libaneses católicos.

As quatro primeiras religiosas foram as norte-americanas ligadas à Congregação Adoradoras do Sangue de Cristo¹¹. As Irmãs Jane Frances Ballman,

M. Marciana Heimermann, Georgina Heimermann, Julitta Elsen chegaram no dia 27 de novembro de 1947 em Manaus, um mês depois, no dia 25 de dezembro do mesmo ano, aportaram em Coari, acompanhadas pelo padre José Elworthy, provenientes da Província de Wichitas, Kansas (Adoradoras do Sangue de Cristo: lançando raízes na Amazônia, 1988, p.7).

As atividades das irmãs em Coari foram voltadas para a Educação e o atendimento à saúde dos mais necessitados. Começam com um internato para 80 adolescentes de ambos os sexos, vindos principalmente da zona rural, um ambulatório e um pequeno hospital para o atendimento aos doentes. Além disso, também criaram aulas de canto e trabalhos manuais, além de atuarem como professoras em escolas públicas. Com os recursos financeiros vindos da congregação, a missão se expandiu e outras frentes foram criadas, como o noviciado, com os objetivos de formar futuras freiras missionárias para suprir as necessidades da missão.

¹¹ A congregação foi fundada por São Gaspar de Búfalo fundou a pedido do Papa Pio VII, que solicitou que eles e outros padres para assumissem a abadia de San Felice em Gianodell'Umbria, na Itália. Em 1844, chegaram na América do Norte, sob a liderança do Padre Francis de Sales Brunner. A sociedade permaneceu principalmente no Centro-Oeste dos Estados Unidos. A pedido do John Baptist Purcell, bispo de Cincinnati. Eles foram para Ohio para servir os católicos de língua alemã. A mãe do padre Brunner, madre Maria Anna Brunner, estabeleceu as Irmãs do Preciosíssimo Sangue em Dayton. Fonte: Missionários do Preciosíssimo Sangue. Disponível em: <<https://www.cppsmissionaries.org>>

Figura 15: Partindo de Kansas para Manaus e depois com destino a Coari, 5/12/1947, da direita para a esquerda: Jane Frances Ballman, M. Marciana Heimermann, Georgina Heimermann, Julitta Elsen



Fonte: Revistas das Adoradoras do Sangue de Cristo: lançando raízes na Amazônia, 1988, p.7.

2.4 O Município de Coari e suas dinâmicas na questão do desenvolvimento regional no Estado do Amazonas

No que tange ao Desenvolvimento Regional na Amazônia, enquanto como visão de projeto de planejamento governamental, os primeiros planos aparecem somente a partir da década de 1940. Dessa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional da Amazônia tem um caráter desigual em relação às outras regiões brasileiras, em virtude de diversos fatores sociais, econômicos e políticos que se organizaram ao longo da História.

Atualmente, analisar desenvolvimento regional na Amazônia exige uma visão histórica que possa incluir a formação socioespacial. O modo de produção capitalista foi sendo implantado com maior descompasso em relação ao restante do Brasil. Nos primeiros séculos de exploração colonial, o único interesse eram as chamadas drogas do sertão como única alternativa de exploração econômica na região, como se pode notar em Gadelha (2002, p. 68).

Da parte da documentação portuguesa, um dos primeiros documentos conhecidos sobre o vale amazônico é a Carta de Diogo Nuñez (1553), dirigida ao rei de Portugal, D. João III (Cortesão, 1956: I, 5-8, docs. 58:258- 63) (6).

Afirma esse português haver, em 1538, descido o Amazonas desde o Peru, acompanhando a expedição de um mercador espanhol. Pede autorização a D. João III para empreender nova expedição à região, com a finalidade de conquistar e colonizar aquelas terras de Espanha, em troca das mesmas concessões que recebiam os espanhóis do seu rei. Na Carta, Diogo Nunes relata trechos da viagem, afirmando haver encontrado, na província de Maquipáro, uma tribo de índios denominados chachapoas, que fabricavam armas e braceletes de ouro. Refere-se à facilidade de se passar do Amazonas ao Prata, conforme informações que recolhera de tribos. Um dos caminhos, escreve, partia de São Vicente por terra, atravessando as cabeceiras dos rios do Brasil.

Na Amazônia, as primeiras formas de exploração para a acumulação capitalista ocorreram privilegiando elementos naturais, sem a necessidade de incorporação de conhecimento técnico/científico. Alguns economistas, como Gunnar Myrdal, acreditam que o desenvolvimento tecnológico, com seu modelo de causalidade cumulativa, poderia ser a solução para o subdesenvolvimento. No entanto, de acordo com a escola Cepalina e a obra de Albert Hirschman, com seu modelo de efeitos em cadeia, o desenvolvimento deveria estar voltado para a industrialização, sendo o Estado o principal responsável para planejar este desenvolvimento. Entretanto, isso não aconteceu na Amazônia. O progresso da civilização não se verificou uniformemente em todas as regiões do Brasil, concentrando-se em alguns poucos Estados.

Na Amazônia, a participação no processo de mundialização da industrialização se deu com a exploração da borracha, dos recursos minerais e florestais. Na tentativa de propor alternativas para o desenvolvimento da Amazônia, foi criado, pela Constituição de 1946, o Plano de Valorização da Amazônia, que começou suas ações a partir de 1950, com a posse do presidente Getúlio Vargas e a chegada de Celso Furtado ao governo. Vargas, em sua mensagem de 1952 ao Congresso Nacional, informou da conclusão dos estudos, e da elaboração de um Projeto de Lei que resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953, que instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e, em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA. Nos governos militares, a instituição foi substituída pela SUDAM. Ambas adotaram a cartilha desenvolvimentista: transformar a economia da Amazônia, fortalecer suas áreas de fronteiras e fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional.

Dessa forma, a Amazônia começa a ser vista na agenda do Estado Nacional como uma região a ser explorada, muito ligada às ideias de vazio territorial (espacial), vazio populacional, ausência de um sistema de desenvolvimento econômico que

possa explorar economicamente as potencialidades da região. Essa interpretação estava ligada à visão desenvolvimentista, estruturalista/marxista presente nos órgãos planejadores do Estado brasileiro, a partir da década de 1950.

Assim sendo, a Amazônia sempre foi considerada uma reserva de recursos naturais, como se pode notar desde os primeiros anos da colonização portuguesa, como afirma a pesquisadora Chilena Ana Pizarro em “Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização”.

Muitos textos, como diários de viajantes e obras literárias, dão conta da difusão dessa imagem da Amazônia como Eldorado. A viagem de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, ainda no século XVI, exemplifica isso. Esses exploradores percorreram a vasta região em busca de um mítico lugar chamado ‘País da Canela’. Posteriormente, ‘a procura do País da Canela [...] se transformou na busca do Eldorado’. (PIZARRO, 2012, p. 43).

Para Singer (1976), o estruturalismo/marxista é uma das tendências que melhor explica as leis econômicas e o desenvolvimento regional, seu funcionamento e seus condicionantes estruturais. O estruturalismo nega a forma de pensar da economia clássica, baseado em leis universais. Para os estruturalistas, negar a existência das estruturas econômicas limita a interpretação clássica. A economia deve teorizar sobre essas estruturas econômicas para poder planejar o desenvolvimento mais coerente para uma região. A determinação de estruturas econômicas, suas características históricas (típicas, ideais ou puras) e seus resultados passam a ser, necessariamente, o ponto de partida para uma proposta de desenvolvimento regional.

Alguns autores, como Marshal, formulam o método estruturalista de modo a poder determinar os sistemas econômicos indutivamente. Os sistemas são, segundo este autor, ‘complexos coerentes de estruturas’. A ênfase está na coerência. Quando, em dado momento e lugar, as estruturas não apresentam coerência, então temos um ‘regime’, que, em si, é heterogêneo. Na realidade não há senão regimes; sistemas são construções teóricas, que, em última análise, servem para prover de bases científicas o estudo de regimes, ou seja, de sistemas concretos. O pensamento moderno se caracteriza, entre outros aspectos, pelo esforço de quantificação tendo em vista caracterizar e medir às estruturas econômicas, as quais, portanto, são determinadas indutivamente. (SINGER, 1976, p.26- 27).

O modelo de exploração econômica da Amazônia colonial inicia com a exploração da borracha, que tinha sua base estrutural no sistema de aviamentos, com uma cadeia orgânica e sistêmica. A princípio, existiam os barracões no meio da floresta que recebiam produtos industrializados das casas aviadoras de Manaus e

Belém. Essas casas aviadoras comercializavam com os capitais internacionais, sediadas nos principais centros industriais na Europa e nos Estados Unidos. A exploração dos trabalhadores seringueiros se manifestava também na forma de dominação política, em que o poder pessoal do seringalista detinha o domínio do comercial, político e de polícia, os chamados coronéis de barranco.

Segundo Bárbara Weinstein (1993), no segundo capítulo do livro “Seringueiros e Comerciantes”, a cadeia de aviação tem a sua base no seringueiro, ou seja, o extrator direto da borracha. De posse da mercadoria, o seringueiro se dirigia ao barracão para “trocar” a sua produção por mercadorias. O dono do barracão, normalmente o seringalista, era o segundo elemento dessa relação. Ele era encarregado de vender, caso seu barracão fosse à beira do rio, a borracha para as casas comerciais de Manaus e Belém. Caso não tivesse acesso aos principais rios, teria que repassar sua mercadoria para terceiros fazerem o trabalho de entregá-la nas capitais.

Durante o período da 2ª Guerra Mundial, ocorreu uma tentativa de retorno à exploração da borracha na Amazônia, em virtude da falta desta matéria-prima na indústria americana, diante do apoio do Leste Asiático, onde se produzia a borracha para o Japão. Firmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais.

Nesse momento, o governo brasileiro promoveu novamente o incentivo à imigração nordestina, para a retomada dos seringais nativos, os famosos soldados da borracha que, depois do fim da guerra, permaneceram por algum tempo ainda exportando. Conforme voltou a produção do Leste asiático, o preço da borracha voltou a cair, tornando o produto inviável economicamente, apesar dos incentivos governamentais.

O objetivo era aumentar a produção de borracha brasileira, em virtude de 97% das áreas produtoras asiáticas estarem nas mãos dos japoneses. Os Estados Unidos fizeram um acordo com o governo brasileiro (Acordo de Washington) para desenvolver uma operação de larga escala na Amazônia, para aumentar a produção de borracha, a chamada Batalha da Borracha, em alusão à 2ª guerra mundial.

Ao mesmo tempo que o país atravessava uma dura inflação, motivada pelo racionamento de bens de consumo devido à guerra, no Amazonas, novo empregos e bons salários começavam a ser oferecidos pelos diversos escritórios ligados aos investimentos públicos da Campanha da Borracha. Se bem que os gêneros alimentícios escasseassem, e um pequeno, mas ativo mercado negro estivesse em franca atividade, havia uma distribuição controlada pelos americanos, impedindo que faltassem no mercado artigos de primeira necessidade. Os aviões americanos transitavam livremente e os amazonenses sentiam-se melhores e menos isolados. (SOUZA, 1946, p. 144, 145).

O Governo Brasileiro, a fim de atender aos termos do acordo, criou órgãos responsáveis pelo arregimento da mão de obra e organização dos seringais, como Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - Semta, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - Caeta e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico - Sava. Os trabalhadores eram recrutados nas cidades mais abaladas pela seca no nordeste brasileiro. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como Soldados da Borracha (SOUZA, C.A.A. 2002).

O Brasil produziu borracha mais do que suficiente, criando um excedente produtivo, no entanto o acordo acabou sua vigência foi cancelado em 1947. Para manter os seringais funcionando, foi criado o Banco de Crédito da Borracha, numa tentativa de financiar a safra de 1947. Muitos seringalistas recorreram a empréstimos no Banco do Brasil e no Tesouro Nacional. Nesse ano, também foi criada a Comissão Executiva de Defesa da Borracha. A situação ficou difícil para os seringalistas, especialmente por que os seringais de monocultura da Ásia voltaram a produzir, baixando o preço da borracha. Muitos seringalistas não conseguiram mais pagar as dívidas e decretaram falência, chegando a vender seus seringais a preços bem abaixo do mercado. Na década de 1970, a situação ficou trágica também para os soldados da borracha, os “arigós”¹², que não conseguiram retornar para o nordeste e se viam obrigados a ficar nos seringais. Passaram a viver da agricultura, da coleta de produtos florestais e alguns foram morar nas sedes dos municípios.

Com o declínio da economia da borracha, surge o ser social conhecido como ribeirinho.

¹² Ao mesmo tempo em que a Segunda Grande Guerra convulsionava o mundo, no interior do Brasil um drama silencioso e quase invisível estava em curso. Milhares de homens e mulheres foram enviados do Nordeste para a Amazônia como parte do esforço de guerra conhecido como a - Batalha da Borrachall, esses cearenses recebiam o nome de arigós (OLIVEIRA, 2015).

[...] E assim, torna-se reconhecida uma das versões da história social dos ribeirinhos: Categoria que [...] abarcaria amplo segmento de ex-seringueiros (e seus descendentes). Nesse contexto, migraram das colocações (unidades individuais de extração integradas ao sistema produtivo do seringal), tanto para atividades de subsistência e mercantis, sob a condição de produtores agrícolas nas beiras ou beiradões dos rios [...], quanto para residência nas periferias das cidades, sob condição de assalariados. (NEVES, 2005, p. 119).

Os ribeirinhos em Coari têm uma realidade bem distinta da vida urbana e da elite local, sua organização social está estabelecida com a natureza. Os ribeirinhos quase sempre não se reconhecem como construtores ou atores sociais, são considerados de interesse utilitário para a elite local, para pescar, caçar e tirar frutos da floresta. Seu modo de vida e seu sistema de trabalho são baseados em relações de produção familiares. Historicamente, em virtude do modelo de colonização, foram silenciados, sua voz nunca foi acolhida. Apesar de inseridos na vida do Município, foram excluídos, em virtude, especialmente, da separação entre rural e urbano, muito presente no modelo industrializante urbano implantado no Brasil a partir da década de 1930.

Segundo Souza (1977), enquanto o Sul e o Sudeste brasileiro, na década de 1930, passavam a buscar uma economia competitiva, introduzindo a produção industrial na sua economia, os amazonenses viviam o delírio da monocultura da borracha, com uma estrutura rural serviçal. Após a 2ª guerra mundial, o marasmo, a miséria e a corrupção atingem todos os setores da economia e da política no Amazonas, que era uma região colonial abandonada pelos colonizadores.

A depressão e a impotência nacionais em afastar o transe regional, era como se o colonizador houvesse se retirado abruptamente, deixando a colônia saqueada e sem perspectiva no futuro. Esta noção de abandono adquirida pela depressão viria a colaborar para a irresponsabilidade, o oportunismo e o arrivismo tão do espírito da elite amazonense. (SOUZA, 1977, p.141).

Durante esse período da depressão, Manaus reduziu sua população. A população ribeirinha vivia do trabalho de subsistência dos produtos da floresta, uma economia baseada nas trocas. Um relato interessante de Djalma Batista, no seu livro “O apóstolo e o anjo” (1946), apresenta a realidade do Estado do Amazonas:

Os moços não tinham horizontes e os velhos só possuíam olhos, lacrimejantes para a bancarrota. O Amazonas submergia ao peso do determinismo histórico. Os próprios homens de letras, desesperados na luta contra o meio, isolaram-se, emudeceram, só alguns permaneceram fiéis às

cogitações da inteligência. Os estabelecimentos oficiais de ensino entraram a se despovoar de alunos professores, estes porque não eram pagos (Plácido Serrano, para viver e não abandonar a liça, se desfazia dos próprios livros), e aqueles porque não tinham estímulos e muitos nem dispunham de elementos com que se apresentar na classe. Uma geração toda naufragou intelectualmente. (SOUZA, 1977. p, 143).

A partir da queda de Vargas e o restabelecimento das eleições livres, o Estado do Amazonas elege Plínio Coelho como governador. Com uma retórica voltada para o trabalhismo, procurou organizar a economia extrativista, aproveitando a demanda internacional por fibras de juta e madeira de lei. A nova administração de Plínio Coelho se baseava numa política de tributação fiscal, na qual o aparato da administração pública era fundamental. O populismo amazonense sempre foi centralizado na capital do Amazonas, onde se construíam escolas, hospitais, conjuntos habitacionais, deixando o interior somente com a produção extrativista, gerando, a partir da década de 1960, o esvaziamento do interior e a chegada dos interioranos à capital amazonense.

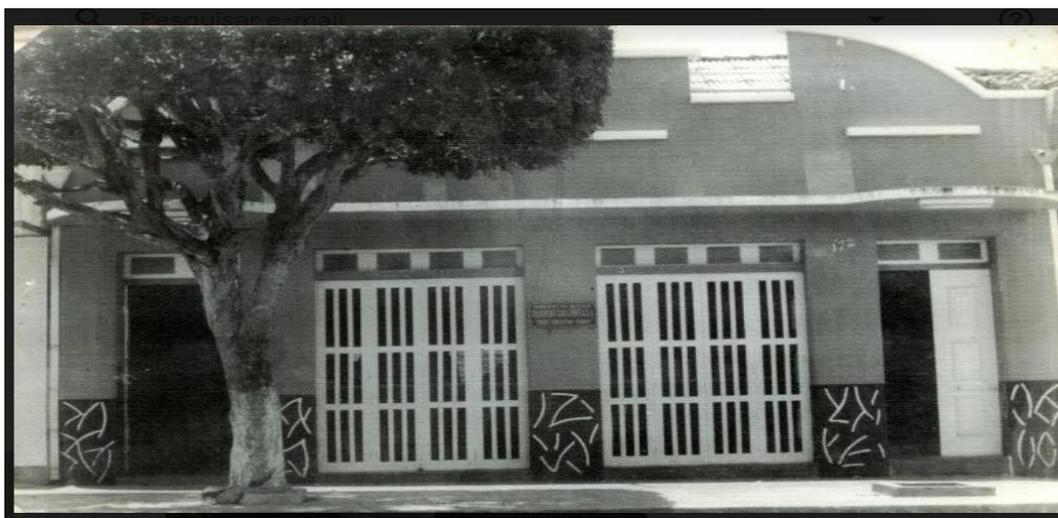
Entre os poucos projetos voltados para a Amazônia, estava a criação da SPVEA, órgão diretamente subordinado à Presidência da República e dotado de autonomia administrativa. Como o raio de ação da SPVEA deveria ser muito amplo, optou-se por uma estrutura descentralizada que, além dos órgãos centrais instalados em Belém, contaria com divisões sediadas em Manaus e Cuiabá. A SPVEA teria poderes para coordenar, em nível nacional, as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica, impondo diretrizes, modificando programas e até mesmo distribuindo as verbas destinadas a esses órgãos. Além da SPVEA, órgão executor, foi criada a Comissão de Planejamento, encarregada de rever anualmente o plano e preparar alterações. A comissão era presidida pelo superintendente do plano, e contava com seis técnicos nomeados pelo presidente da República, além de nove representantes dos estados e territórios abrangidos pela região amazônica. Foi criado também o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Formariam o fundo 3% da renda tributária da União, 3% da renda tributária dos estados, territórios e municípios localizados na região amazônica, o produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, estados, territórios ou municípios, a renda proveniente de serviços prestados pela SPVEA, os juros dos depósitos bancários efetuados com os recursos do fundo e o saldo dos balanços anuais do plano.

Na área da agricultura, a fim de fixar a população no campo, o programa emergencial da SPEVEA pregava a intensificação da imigração, a organização racional da colonização, a reforma do regime de terras, a racionalização das culturas, o reflorestamento etc. Na área de transportes, eram propostas medidas visando melhorar a navegabilidade dos rios e atender às necessidades ferroviárias e rodoviárias da região. Previa-se ainda um programa de saúde, um programa de crédito bancário visando incentivar a iniciativa privada, e um programa de desenvolvimento cultural. Este último implicava um programa de educação primária, a implantação do ensino médio especializado e a distribuição de bolsas de estudos de nível superior.

A partir de 1961, iniciou-se um movimento no sentido de reformular a entidade encarregada de promover o desenvolvimento da região amazônica para melhor capacitá-la no desempenho de suas funções. As várias iniciativas de criar agências de desenvolvimento no País, apoiadas nas ideias desenvolvimentistas de Celso Furtado, foram por água abaixo em virtude de ser um único órgão a atuar em todas as áreas da Amazônia, e devido à ausência de coordenação efetiva entre a superintendência e os demais órgãos atuantes na região e ao duplo caráter da superintendência, ao mesmo tempo órgão executor e de planejamento. Outro fator foi a influência negativa da política partidária que nomeava superintendentes ligados a grupos políticos, com intenções regionalistas sem visão global de Amazônia. No caso de Coari, o ganho foi a implantação de uma agência do Banco da Amazônia em 25 de setembro de 1959. Em 1966, a SPVEA foi transformada na Sudam e o plano básico de valorização sofreu várias alterações (CARDOSO, MÜLLER, 1978).

Dessa forma, a Amazônia começa a ser vista na agenda do Estado Nacional como uma região a ser explorada, muito ligada às ideias de vazio territorial (espacial), vazio populacional, ausência de um sistema de desenvolvimento econômico que possa explorar economicamente as potencialidades da região. Essa interpretação estava ligada à visão desenvolvimentista, estruturalista/marxista presente nos órgãos planejadores do Estado brasileiro a partir da década de 1950.

Figura 16: Agência do Banco da Amazônia, ano 1968



Fonte: Arquivo Pessoal de Archipo Goés.

A Amazônia sempre foi considerada uma reserva de recursos naturais, como afirma a pesquisadora chilena Ana Pizarro na obra “Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização”.

Muitos textos, como diários de viajantes e obras literárias, dão conta da difusão dessa imagem da Amazônia como Eldorado. A viagem de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, ainda no século XVI, exemplifica isso. Esses exploradores percorreram a vasta região em busca de um mítico lugar chamado ‘País da Canela’. Posteriormente, ‘a procura do País da Canela [...] se transformou na busca do Eldorado’. (PIZARRO, 2012, p. 43).

A heterogeneidade das cidades amazônicas se manifesta especialmente nas dinâmicas econômicas dos quatro maiores estados da região amazônica. O Estado do Mato Grosso está ligado às commodities agrícolas. O Amazonas tem como principal fonte de valor econômico a produção industrial da ZFM. O Pará é um estado onde a economia extrativa tem um peso enorme, gerada especificamente por minérios e madeira (CASTRO, 2018).

Essa diversidade de dinâmicas econômicas foi se constituindo ao longo da história, de acordo com os interesses do capital na região. A partir daqui, nosso interesse será sobre o desenvolvimento no Estado do Amazonas.

Na década de 1950, inicia-se, no Brasil, o modelo industrialista, de substituição de importações, baseado no progresso industrial. Nessa visão de desenvolvimento, o homem amazônico extrativista é visto como um obstáculo para o avanço do processo

civilizatório. O moderno e o industrial devem sobrepor o modelo extrativista dos ribeirinhos, caboclos e índios, que são seres genéricos e ignorantes, sem essência e individualidades. Esse desprezo ao homem e ao espaço amazônico favorece a proposta de desenvolvimento baseado no progresso, a modernidade industrialista.

Quanto à Amazônia, ela é representada como uma terra virgem, inacessível, uma selva impenetrável e misteriosa, imagens que se prolongaram na representação de um deserto: um espaço vazio de civilização, associado à suposta ausência de cultura dos povos indígenas, o que, afinal de contas, vai materializando o descentramento geográfico que acaba por criar o mito de uma marginalidade histórica. (THIERION, 2014, p.47).

No Estado do Amazonas, a proposta governamental tinha o objetivo de adequar a região à política industrial brasileira, conhecida como “substituição de importações”. Foi estabelecida, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, a ZFM, sendo considerada um novo enclave dentro do território nacional, onde se pratica o “livre” comércio importador direcionado para alguns bens de consumo duráveis sem similar nacional e fixação de um parque industrial.

Esse modelo de desenvolvimento incentivado pelo governo brasileiro para o Estado do Amazonas, por meio da isenção fiscal e do processo de substituição de importações para a produção de bens consumo duráveis, tem um viés bastante concentrador em termos de renda. A maior parte dos investimentos econômicos se concentra na capital do Estado, gerando, nos municípios do interior, uma total dependência de recursos oriundos dos repasses dos fundos Estaduais, produzindo o “não desenvolvimento industrial” na maioria deles.

Outro fator da implantação desse modelo concentrador, que gerou consequências imediatas para os municípios do interior do Estado do Amazonas, foi o grande êxodo rural decorrente da falta de incentivo à agricultura, pesca, manejo florestal, produtos oriundos da floresta, fitofármacos e cosméticos. Tudo isso, associado a uma estrutura fundiária desorganizada e desestruturada, não gerando empregos suficientes no setor rural, além de uma legislação trabalhista restrita ao trabalhador urbano, constituindo um forte estímulo à migração do interior para a cidade.

A determinação de estruturas econômicas, suas características históricas (típicas, ideais ou puras) e seus resultados passam a ser, necessariamente, o ponto de partida para uma proposta de desenvolvimento regional.

Alguns autores, como Marshal, formulam o método estruturalista de modo a poder determinar os sistemas econômicos indutivamente. Os sistemas são, segundo este autor, - complexos coerentes de estruturas. A ênfase está na coerência. Quando, em dado momento e lugar, as estruturas não apresentam coerência, então temos um - regime, que, em si, é heterogêneo. Na realidade não há se não regimes; sistemas são construções teóricas que, em última análise, servem para prover de bases científicas o estudo de regimes, ou seja, de sistemas concretos. O pensamento moderno se caracteriza, entre outros aspectos, pelo esforço de quantificação tendo em vista caracterizar e medir as estruturas econômicas, as quais, portanto, são determinadas indutivamente. (SINGER, 1976, p. 26-27).

No caso de Coari, durante a chamada “grande depressão no Amazonas”, que vai do final da 2ª guerra mundial até a implantação da ZFM, o Município tinha sua base econômica na exploração dos produtos extrativistas, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros. As principais atividades econômicas do Município estão concentradas no setor primário. A maioria dos produtores localiza-se em área de várzea, onde existe a produção agrícola de forma sazonal, dependendo das cheias e vazantes dos rios. Os produtores de terra firme são considerados os latifundiários, algo característico e situação comum na Amazônia. Nas terras firmes, cria-se gado e se exploram culturas anuais. Nas áreas de várzea, a produção é baseada em culturas de ciclo curto.

A cultura da banana foi, da década de 1980 até meados da década de 1990, a cultura de maior expressão econômica, pois tinha um grande mercado consumidor em Manaus. No final da década de 1990, os bananais de Coari foram dizimados pela doença Sigatoka Negra, que entrou pela fronteira da Colômbia e Peru, destruindo a maior parte dos bananais (PEREIRA, GASPAROTTO, 2000).

3 EXPERIÊNCIAS DOS IMPACTOS DO PETRÓLEO NO BRASIL E NO MUNDO E SUAS POSSIBILIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

O grande paradoxo das regiões onde existe abundância de recursos minerais é a “maldição dos recursos naturais”. Existem evidências científicas que países ricos em recursos naturais tendem a apresentar taxas de crescimento menores e indicadores sociais relativamente baixos. Essas evidências podem ser encontrados em Sachs & Warner (1995, 1999).

O paradigma mais utilizado para entender a “maldição dos recursos naturais” se baseia na chamada “doença holandesa”, que tem a seguinte explicação:

... segundo o qual a maldição seria decorrente da perda de competitividade que as economias excessivamente dependentes de recursos naturais tendem a experimentar. O termo “doença holandesa” surgiu das consequências da descoberta de jazidas de gás natural na economia holandesa na década de 1960, na qual o boom exportador que se seguiu à produção de gás contribuiu para uma apreciação cambial que prejudicou a competitividade das exportações desta economia. POSTALI, p.6, 2007).

A “doença holandesa” passou a designar impactos negativos sobre o crescimento econômico. Sachs e Warner (1999) constataram, empiricamente, que países ricos em recursos naturais apresentam taxas de crescimento mais baixas do que a média mundial. A análise empírica se deu em 11 países da América Latina e as estimativas econométricas incluíam as seguintes variáveis: expectativa de vida, a qualidade das instituições, poupança do governo nas regressões, controles geográficos, porcentagem de áreas terrestres situadas a até 100 km do mar em cada país. Em síntese, existe uma série de explicações teóricas sobre a maldição dos recursos naturais que fortalecem as evidências de que países com produção fortemente vinculadas a estes recursos tendem a apresentar desempenho inferior em termos de crescimento social e econômico.

Segundo Postali (2007), os municípios brasileiros que recebem os royalties do petróleo apresentam resultados análogos ao fenômeno da “maldição dos recursos” na medida em que, apesar do crescimento do PIB destes municípios, eles tendem a crescer menos que os que não receberam. Outro fator evidente é o fenômeno interno da economia brasileira com bastante instabilidade. Mesmo sendo prematuro afirmar, existe uma certa fragilidade das instituições, especialmente das prefeituras, que

recebem esses recursos e, ao mesmo tempo, não seguem as determinações da Lei do Petróleo. Para entender estes paradoxos, especialmente no Município de Coari-AM, onde o modelo de Desenvolvimento Regional sempre foi agroextrativista, far-se-á um breve histórico sobre a exploração petrolífera brasileira e apresentar-se-á experiências nacionais e internacionais sobre o usufruto dos recursos do Petróleo e seus encadeamentos no desenvolvimento regional .

3.1 Aspectos históricos da exploração Petrolífera Brasileira

A história do Petróleo no Brasil se confunde com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que inicia a construção de um Estado forte e burocraticamente organizado. O governo federal colocou sobre seus domínios algumas questões de interesse nacional, especialmente as que se referiam à vida econômica do País. Nesse contexto, foi criado, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo – CNP.

Nesse período, existiam interesses privados na exploração do petróleo, o qual foi encontrado em Lobato, na Bahia. Ao mesmo tempo, era um período de fortalecimento da identidade nacional e de certo nacionalismo, muito influenciado por tendências internacionais, especialmente o fascismo italiano. O nacionalismo exacerbado fortaleceu a ideia de controle estatal sobre a produção do petróleo.

Após a segunda guerra mundial, as ideias nacionalistas se arrefeceram, muito em virtude da derrota dos regimes Fascistas e Nazistas para os países aliados, que passaram a fazer aliança com o Brasil. Nesse momento histórico, vivia-se o paradoxo de um governo autoritário, mas sob forte influência norte-americana de modelo democrata liberal. Com a democratização do País, que aconteceu especialmente após a Constituição de 1946, foi retomada a linha democrática de 1934, restabelecendo os direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte, devolvendo a independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário, além de dar autonomia a estados e municípios. Outra medida foi a instituição de eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos.

Após a Constituição de 1946, ocorreu uma reorganização partidária no País. Esse período marcou o aparecimento de movimentos sociais que lutaram a favor do petróleo nacionalizado e estatizado. A assembleia constituinte aprovou o Estatuto do Petróleo, que permitia ao capital estrangeiro explorar mediante concessão. No

entanto, após a aprovação do Estatuto do Petróleo, fazia-se necessário regulamentar, por meio de leis, as formas de exploração. Nesse momento, surge a campanha “o petróleo é nosso” (FARIAS, 2003, p.22).

Na campanha para eleições presidenciais de 1950, o tema mais debatido era a exploração do petróleo e sua importância para a soberania nacional. Após sua eleição, Vargas estrutura uma assessoria técnica, liderada por Rômulo de Andrade. A estratégia traçada pela assessoria foi enviar ao Congresso dois projetos: o primeiro buscava criar os recursos financeiros internos para criação da Petrobras e o segundo propunha a criação de companhia de exportação. Nenhum dos dois fazia referência ao monopólio estatal e não especificavam a participação do capital estrangeiro. O trabalho da equipe técnica se resumiu a formular projetos de lei que tratavam de buscar técnicos estrangeiros para viabilizar a exploração do petróleo no País, especialmente nos primeiros cinco anos (BREGMAN, 2017, p. 6).

A assessoria técnica e econômica do governo Vargas tinha um viés nacionalista e propuseram a criação de uma empresa de capital misto (permitindo, inclusive, a entrada de capital estrangeiro), pois não confiavam que o Brasil pudesse ter recursos financeiros internos para a implementação de um projeto da envergadura da Petrobras (FONSECA, 1989, p.414).

O projeto de criação da Estatal foi enviado ao congresso nacional em 1951. Propunha a criação de uma empresa mista de controle estatal, com brechas para a entrada e controle da Petrobras pelo capital estrangeiro, sendo rejeitado pelo congresso Nacional (FARIAS p. 24-25). No meio das discussões, a UDN enviou um novo projeto para a criação de uma empresa de monopólio estatal com todas as atividades ligadas ao petróleo, sob domínio do Estado Nacional, com o argumento de que se tratava de um setor estratégico para a economia nacional. Finalmente, em 1952, o projeto é aprovado e transformado na lei 2.004, de 1953.

A Petrobras inicia suas operações em janeiro de 1954, ainda no governo Vargas, estruturada como empresa estatal, na qual o governo detinha 51% das ações. Sua base financeira vinha das propriedades transferidas pelo CNP e da receita da parcela do imposto único sobre combustíveis e dos impostos sobre a compra e o licenciamento de veículos (LEOPOLDI, 1994, p.180).

A história da empresa pode ser dividida em fases: a fase terrestre (1954-67), quando a Petrobras entra em operação com uma quantia modesta de US\$ 165

milhões, que foi repassada pelo CNP, se comparada com outras estatais do petróleo. A estatal Petróleos Mexicanos - Pemex, por exemplo, iniciou suas atividades com US\$ 500 milhões (ALVEAL, 2003, p. 5). Nesse período, a empresa enfrentava dificuldades de carência de pessoal especializado. Não tinha cursos universitários de geologia no Brasil, e técnicos norte-americanos foram contratados para diversas funções, inclusive para a chefia do Departamento de Exploração, ocupada por Walter Dias e Quaglino, 1993 Link, antigo profissional da Standard Oil.Link. Os primeiros esforços para prospecção foi no Recôncavo Baiano e na Bacia do Amazonas, onde houve grande entusiasmo após a produção de algum óleo na região de Nova Olinda Norte. Mas os resultados de fato não foram satisfatórios, e o programa desenvolvido para a Amazônia foi abandonado pelo seu sucessor, Pedro de Moura. Em 1960, Walter Link entrega ao governo brasileiro o famoso Relatório Link, que apresentava previsões pessimistas quanto à quantidade de petróleo no Brasil, enfurecendo os nacionalistas de plantão, que acreditavam que havia abundância do óleo no Brasil (Relatório Link, 1960, p. 119).

A segunda fase, já com Carlos Walter Marinho Campos, é a fase marítima / Plataforma rasa (1967-1984). Em virtude da crescente demanda interna por petróleo, do fortalecimento dos processos industriais e da urbanização e um relativo fracasso da exploração terrestre, a Petrobras realiza uma mudança de orientação no final da década de 1960, desloca seus investimentos para a plataforma submarina. Essa transição trouxe à tona velhos problemas, como afirmam Dias e Quaglino (1993, pág. 124):

Havia, por um lado, a necessidade de capacitação simultânea em várias áreas de conhecimento e tecnologia, o que exigia recursos financeiros e, sobretudo, humanos. Por outro lado, havia a urgência de resultados, para justificar, dessa vez, o abandono das diretrizes anteriores. A solução, a rigor, foi a mesma, com idênticos êxitos e dificuldades, contratando os serviços e adquirindo tecnologia, mas desenvolvendo, paralelamente, uma estratégia ampla de formação de recursos humanos.

A fim de embasar tecnicamente essa opção estratégica, a Petrobras realizou um extenso levantamento gravimétrico marítimo entre Cabo Frio e Recife ao fim de 1967 (LUCCHESI, 1998, p. 23) e, em 1968, foi descoberto em Guaricema (SE) o primeiro poço de petróleo. No entanto, o levantamento não apresentou indicadores otimistas. Em virtude do declínio das reservas e o aumento do consumo, levou a

Petrobras a criar a Braspetro, com o objetivo de comprar petróleo no exterior e o direcionamento dos investimentos para as atividades de downstream¹³ (LUCCHESI, 1998, p. 27).

No início da década de 1970, surge a primeira crise externa do petróleo, afetando fortemente a pauta de importações brasileiras e, conseqüentemente, a crise nas contas públicas que se desencadeou com o choque. Em 1973, novas descobertas foram registradas na Bahia, no Espírito Santo e em Alagoas e mais a Bacia de Campos, que aconteceu no ano seguinte, sendo a mais notável descoberta.

Mesmo com essas descobertas, o fornecimento de petróleo ainda não atendia à demanda. Na tentativa de ampliar a produção interna e aumentar os investimentos, surgem os contratos de risco, em 1975. Apesar da lisura nas licitações e do interesse da iniciativa privada, os resultados foram modestos, como observam Dias e Quaglino (1993, p.132):

Além dos conhecimentos adicionais sobre áreas ainda não exploradas pela empresa, contudo, apenas uma jazida de gás natural descoberta pela PECTEN e pequenos campos de petróleo em terra no Rio Grande do Norte descobertos por empresas brasileiras chegaram a apresentar resultado concreto e comercial nesses 12 anos de existência dos contratos de risco.

Somente na segunda crise do petróleo, em 1979, é que as descobertas se ampliaram, saindo de uma produção de 14% do petróleo que consumia internamente, passando para 50%, em 1985 (DIAS e QUAGLINO, p. 131). O aumento da produção foi puxado pela Bacia de Campos (LUCCHESI, 1998, p. 28), além da bacia do Juruá, na bacia do Solimões, Fazenda Belém e Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte, Riacho da Barra no Recôncavo e Pilar em Sergipe-Alagoas como as principais descobertas em terra no período. No mar, o autor destaca Namorado, Enchova, Carapeba, Marimbá e Albacora na Bacia de Campos. Todas essas descobertas permitiam que a produção brasileira aumentasse, aproximando-se das necessidades internas de consumo.

A terceira fase foi a que exigiu grandes investimentos, a chamada fase marítima / Águas profundas (1985-1997). Esse é o período da crise do Estado do Bem-Estar Social, onde a questão do financiamento passa a ser algo fundamental. Segundo

¹³ Downstream é um termo usado para definir, essencialmente, as atividades de transporte, comercialização e refino de petróleo e ainda transporte e comercialização de derivados de petróleo.

Alveal (2004), a empresa somente foi capaz de manter seu autofinanciamento graças à larga utilização de subsídios cruzados no âmbito da estrutura de preços dos derivados, notadamente o da gasolina (cujo elevado overpricing é mantido), à participação superestimada do petróleo importado, mais caro, na estrutura de custos da empresa, à relativa autonomia da estatal, que conseguia defender sua taxa de lucro pela sua força política e a incerteza em relação aos mercados internacionais e à consequente preocupação com a segurança de abastecimento, que preservou o centro de atenções do governo e da opinião pública (BREGMAN, 2017, p. 9).

Com a evolução do sistema de pesquisa sísmica, os levantamentos passam a ser em 3 dimensões (3D), passa a ser rotina no âmbito da Petrobras as importantes descobertas que ocorreram na região do rio Urucu, na Bacia do Solimões e na Bacia de Santos (LUCCHESI, 1998, p. 29). Na Bacia de Campos foi descoberto o campo gigante de Roncador, maior descoberta do período. Além disso, foi encontrada a primeira acumulação de gás na Bacia do Paraná, em Barra Bonita (LUCCHESI, 1998, p. 29; MILANI et al, p. 388).

Com o intuito de atrair novos investimentos para o setor, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 9, em novembro de 1995, segundo a qual, o monopólio estatal exercido pela Petrobras seria quebrado, mas a empresa poderia estabelecer parcerias empresariais com investidores privados. A Petrobras iniciou, em maio de 1996, a demarcação das áreas exploratórias e dos campos de petróleo para requisição à Agência Nacional do Petróleo - ANP – criada em agosto de 1997, pela dita Lei do Petróleo, e inicia contatos com outras empresas com o intuito de formar parcerias em algumas destas áreas e campos selecionados (MILANI et al, 2000, p. 388).

A quebra do monopólio estatal concretizou-se, finalmente, em agosto de 1998, quando a Petrobras passou à condição de concessionária da ANP. A empresa teve três anos para concluir projetos exploratórios em andamento. Às recentes descobertas que ainda não estavam em efetiva produção foi dado um prazo de três anos também. No mesmo ano, a empresa assinou seus quatro primeiros contratos de produção em parceria. Ainda em 1998, foi realizada a dita “Rodada Zero” das licitações de blocos exploratórios. Nessa Rodada, foi disponibilizada uma quantidade expressiva de blocos, quando se compara com as rodadas seguintes. A exigência de investimento que se deu tornou a busca de associações com outras empresas fundamental

(ALMEIDA et al, 2003).

Além da “Rodada Zero”, sete rodadas de licitações foram promovidas pela ANP. Os investimentos em exploração e produção têm sido expressivos, contrastando com a tendência dos investimentos da economia como um todo (CANELAS e ALVEAL, 2004). As grandes empresas estrangeiras estão investindo em parceria com a Petrobras, que carrega uma longa bagagem de conhecimento geológico construída ao longo de sua história.

Considerada como a quarta grande fase na história do petróleo no Brasil, a descoberta das reservas do pré-sal é um elemento fundamental. As descobertas em grande volume na camada de pré-sal na costa brasileira devem alterar a atual estrutura da atividade petroleira brasileira. Segundo projeções da Petrobras, deve aumentar os níveis de produção em cerca de 50%, aproximando da produção chinesa, agregando potencial exportador à economia brasileira, além de tornar o Brasil autossuficiente na produção de óleos leves.

Segundo Martins (2012, p. 6), a principal fonte de informação disponível acerca desse tema continua sendo a Petrobras. Em seus estudos, ela informa que há indícios da existência de petróleo no manto de sal denominado camada pré-sal em oito áreas da Bacia de Santos (Tupi, Iara, Parati, Carioca, Caramba, Bem-te-vi, Júpiter e Guará) e em três áreas da Bacia de Campos (Jubarte, Caxaréu e Pirambú), em uma área total que abrange a região litorânea de Santa Catarina ao Espírito Santo, conforme as seguintes informações:

De acordo com estimativas da Petrobras, a expectativa é de um aumento da ordem de 50% das reservas brasileiras de petróleo. Segundo a fonte, o volume de reservas petrolíferas provadas no Brasil poderá dobrar de 14 bilhões de barris para 28 bilhões de barris. A produção estimada de petróleo do pré-sal (em mil barris de petróleo/dia, ou bpd) será de 157 em 2013, 422 em 2015, 873 em 2017 e 1183 em 2020. Os investimentos em exploração e produção do petróleo do pré-sal serão feitos em um montante de US\$ 28,9 bilhões até 2013, devendo atingir US\$ 114,4 bilhões até 2020. Ainda segundo a fonte, projeta-se um crescimento de 1.240 mil bpd na produção nacional de petróleo entre 2013 e 2020, do qual a maior contribuição virá do pré-sal. (MARTINS, 2012, p. 6).

A partir do momento dessas descobertas, além da questão tecnológica para a exploração dessas áreas, um dos maiores desafios é a dimensão regulatória e o volume de capitais para viabilizar essa produção. Ao longo dos últimos dez anos, a definição de regras relativas à condição de ingresso de empresas estrangeiras e

nacionais, a forma de remuneração dos capitais investidos no setor e o estabelecimento do novo marco regulatório, os temas da repartição e a destinação das rendas auferidas com a exploração do petróleo da camada do pré-sal foram temas debatidos que avançaram por determinadas opções políticas e depois foram revistas, muito em virtude da instabilidade política do País. A partir daqui se fará uma revisão do marco regulatório sobre a questão da repartição dos royalties, que muito interferem na arrecadação de Coari.

3.2 Marco Regulatório e os Royalties

A Lei do Petróleo apresenta graves distorções na distribuição dos royalties. A concentração de boa parte desses recursos nos estados e municípios produtores de petróleo gera desequilíbrio na repartição da receita tributária entre os entes federativos, especialmente os não produtores. Dessa forma, a partir das descobertas do pré-sal em 2009, entra na pauta de discussão no Congresso nacional o novo marco regulatório.

Uma questão central que vem à tona com a discussão do marco regulatório é que os municípios mais dependentes das rendas petrolíferas foram também os que apresentam resultados desfavoráveis em termos de indicadores socioeconômicos. Observa-se, inclusive, situações de retrocesso no desempenho de tais indicadores. Coari é um bom exemplo para ilustrar estes retrocessos.

A Lei do Petróleo de 1997 não especifica as áreas nas quais os royalties deveriam ser investidos, uma fonte primária da baixa eficiência na alocação das rendas geradas com o petróleo. Existe uma ausência de discricionariedade da lei, além da fraca fiscalização das contas públicas no País, dando margem para que os governos estaduais e municipais utilizassem as receitas obtidas com o royalties petróleo em finalidades diversas – como na quitação das dívidas, nas despesas com servidores públicos, em aplicações financeiras etc. –, não realizando investimentos na formação de capital físico e social (tecnologia, infraestrutura, educação, saúde, seguridade e assistência social etc.). A Lei do Petróleo de 1997 apresentava duas principais deficiências:

- a) não estabelecia mecanismos de fiscalização e de critérios de vinculação da renda gerada com a exploração dos recursos petrolíferos a projetos

definidos seja de natureza tecnológica, seja de cunho social, ou, mesmo, em termos econômicos em sentido estrito (por exemplo, fundos de capitalização de longo prazo);
b) excluía do usufruto da renda econômica gerada pelo petróleo todos os demais agentes econômicos que não aqueles diretamente envolvidos na exploração dessa atividade. (MARTINS, 2012, p.7).

Diante dessas incongruências e pressionado para que se iniciasse a exploração do pré-sal, o Governo Lula, no dia 31 de agosto de 2009, apresentou ao público, oficialmente, os quatro projetos de lei da sua proposta de definição do novo marco regulatório do petróleo.

No primeiro dos quatro projetos são estabelecidas regras que determinam a forma de exploração e produção dos recursos de hidrocarbonetos e gás natural, acentuando como principal inovação em relação à legislação anterior a introdução do regime de partilha de produção, em substituição ao sistema de concessão e distribuição de royalties e participações especiais estabelecidos na Lei nº 9.478. Ao contrário do regime de concessão, que funcionava por meio da concessão total do óleo à empresa contratada (subtraindo o bônus de assinatura, os royalties, a participação especial e o pagamento por ocupação e retenção de área), a partilha da produção permite que a União se aproprie de uma parcela referente a todo o óleo extraído, mais o bônus de assinatura, cabendo à empresa contratada apenas os custos de produção e o excedente da produção. Dessa forma, aponta-se, nesse projeto, para o fim dos royalties e as participações especiais como únicas fontes de receita do governo, já que este passará a ter sua parcela composta pelo regime de partilha. Cabe ainda ressaltar que a redistribuição será feita através de unidades de barris de petróleo, e não por meio do pagamento em moeda nacional, como era estabelecido pelas leis de 1953 e 1997. Estabelece em seus artigos 49 e 50 que, enquanto não houver uma legislação específica quanto às normas do regime de partilha, permanece valendo a legislação anterior. Mesmo no sistema de partilha de produção, os bônus de assinatura e os royalties permanecem como receitas governamentais no novo regime de partilha de produção, que têm suas inclusões vedadas no cálculo de custo em óleo pelo contratado, nos contratos de partilha estabelecidos.

Esse Projeto de Lei amplia o papel do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Observa-se, nesse sentido, que o inciso I do Art. 9º, ao estabelecer que a

contratação dos blocos sob o regime de partilha de produção seja definida “observando-se a política energética, o desenvolvimento e a capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços”, confere à CNPE a responsabilidade pela administração dos blocos no sentido de indicar quais devem ser objetos de leilão. Cabe também ao CNPE organizar e administrar a política de comercialização do petróleo destinado à União.

O segundo projeto estabelecia que a União pudesse conceder diretamente à Petrobras, dispensada a licitação, o direito à operação, pesquisa, exploração e produção nos blocos da camada do pré-sal, em confronto com a lei anterior, que havia previsto a quebra do monopólio da empresa nacional e a livre concorrência entre as empresas do ramo. A preocupação era manter sob controle da União a exploração da riqueza do pré-sal. A proposta da criação da empresa Petro-Sal (terceiro projeto apresentado pelo governo) vai nessa mesma direção. A ideia é que, por meio dessa empresa, a União mantenha em suas mãos o controle sobre a gestão dos contratos de partilha de produção.

O quarto projeto apresentado refere-se à criação do Fundo Social - FS, com o objetivo de institucionalizar um fundo para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental. Nota-se que a criação do FS significaria também uma ampliação do alcance do Estado sobre a renda gerada com a exploração de petróleo e gás natural, além de outorgar ao Estado o destino desses recursos.

Com a aprovação, em junho de 2010, estes quatro projetos de Lei restringiam bastante a possibilidade de aproveitamento do potencial econômico e social dos recursos advindos da exploração do petróleo encontrado na camada pré-sal, na medida em que colocava nas mãos da União a maior parte do processo exploratório e aumentava consideravelmente a concentração das rendas do petróleo nos estados/municípios produtores. Em 2013, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que destina 50% desse fundo, além de 75% dos royalties, à Educação – os outros 25% dos royalties são remetidos à saúde. Com a pressão de lobistas de empresas internacionais para que se alterasse a legislação aprovada, que se baseava na partilha e, ao mesmo tempo, passando por uma crise política de aceitação no congresso nacional, inicia, em dezembro de 2015, o processo de impeachment da presidente Dilma, fortemente influenciado pela atitude da presidente que não abria

mão do modelo de partilha de exploração pré-sal.

Logo após o impeachment da presidente Dilma, em agosto de 2016, toma posse o vice-presidente Michel Temer, em ambiente de bastante instabilidade política. Durante o processo de votação do impeachment, o senador José Serra (PSDB-SP) apresenta, em junho de 2016, o Projeto de Lei (PL) 3178/19, que prevê duas alterações no modelo de exploração do pré-sal. A primeira abre a possibilidade de concessão dos campos à iniciativa privada, alterando o regime de partilha, e a segunda retira a preferência da Petrobras em impor sua participação nos consórcios vencedores dos próximos leilões do pré-sal.

O projeto prevê ainda impactar sobre os valores a serem destinados à União por meio do FS, que passou a ser dividido da seguinte forma: 30% dos recursos arrecadados pela União com o pré-sal vão para o Fundo Social; 30%, para os Fundos de Participação dos Estados - FPE e de Participação dos Municípios - FPM; 20%, para a União, que deve empregá-los em saúde e educação; e 20% para o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção - Brasduto. Antes dessa iniciativa, Serra já havia conseguido flexibilizar a Lei da Partilha. Com o PLS 131/2015, aprovado no início de 2016, a Petrobras deixou de ser a operadora única das atividades do pré-sal. Com isso, os royalties ficaram comprometidos, já que eles são calculados a partir da dedução dos custos de produção. Como a Petrobras tem o menor custo de extração do petróleo nas áreas do pré-sal, em média 7 dólares por barril, os recursos destinados à saúde e educação diminuirão nos próximos anos.

Mesmo questionado o projeto pela Federação Única dos Petroleiros

Hoje, quem consegue extrair o petróleo do pré-sal a menor custo é a Petrobras. O regime de partilha prevê que, descontados os custos de extração, a empresa que der maior retorno de óleo para o governo é a vencedora do leilão. Atualmente quem tem condição de dar a maior quantidade [de óleo excedente] é a Petrobras. Querem acabar com isso e voltar para o modelo de concessão. É um 'entreguismo generalizado', explica o coordenador da FUP, José Maria Rangel, ratificando que os petroleiros vão se mobilizar em Brasília contra o projeto de Serra. (fup.org.br 19/11/2019).

Apesar de forte pressão dos partidos de oposição, lei que voltava ao antigo regime de concessão, foi sancionada sem vetos pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União no dia 30/11/2016, Lei 13.365/2016, que revogava a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal.

A lei tramitou em regime de urgência. Na lei anterior, de 2010, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação de, pelo menos, 30%, além de ser a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. De acordo com a nova lei, caberá ao CNPE oferecer à Petrobras a exploração mínima de 30% em cada campo, e a empresa se manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

O argumento principal para que se voltasse ao regime de concessão era que a Petrobras não pode mais arcar financeiramente e tecnologicamente com os investimentos, muito em virtude das dificuldades financeiras da empresa, com uma dívida de R\$ 500 bilhões, naquele momento. Atualmente, a política interna da Petrobras é a privatização total de diversos setores com vendas de ativos, a chamada privatização gradativa e fracionada. A empresa já se desfez de 63% da BR Distribuidora e anunciou que pretende vender oito refinarias até 2021.

3.3 Modelos internacionais de partilha de exploração dos hidrocarbonetos

A literatura internacional tipifica algumas características dos modelos de partilha: o objetivo do modelo adotado; os mecanismos de governança, controle e supervisão; os papéis e responsabilidades da(s) companhia(s) e do governo; o instrumento jurídico firmado entre o país produtor e as companhias exploradoras; as regras de entrada e saída de companhias na atividade de exploração e produção; o mecanismo característico de remuneração do governo e das companhias exploradoras; os dispositivos de revisão contratual e disputa; e as regras sobre a utilização das rendas auferidas pelo governo (MARTINS, 2012, p. 11).

No regime de concessão, as atividades são realizadas por conta e risco das concessionárias, sem interferência ou maior controle dos governos nos projetos de exploração e produção, respeitando a regulação existente. Nesse caso, as novas descobertas, passam a pertencer ao concessionário (Estado) após o pagamento de royalties e outras participações governamentais. As taxas impostas pelos governos (impostos e royalties) como pagamento pela concessão da extração do petróleo podem ser calculadas de diversas formas: sobre o volume produzido, sobre o lucro das empresas, sobre o volume e a variação do preço de mercado do petróleo, entre

outros parâmetros. Existem diferentes formas de determinação do valor de royalties e de impostos, assim como diversos mecanismos de distribuição dessa renda entre os órgãos da administração pública.

O sistema de partilha é usado quando o país possui reservas abundantes com baixo risco exploratório. É um contrato entre os governos, que detêm a propriedade das reservas de petróleo (e gás natural), e as empresas encarregadas da sua exploração, no qual se estabelece a divisão entre esses dois agentes do volume físico de petróleo extraído, acompanhado de um acordo que encarrega a empresa da venda da parcela do petróleo de propriedade do governo. Esse mecanismo é amplamente utilizado, pois permite que os governos, assumindo o risco de preço da operação, participem do mercado de petróleo. Nesse caso, o governo define a quantidade a ser comercializada ou preservada das suas reservas.

Sob o regime de prestação de serviços, os governos contratam empresas para prestarem serviços específicos, sendo o governo o proprietário de todo o petróleo, pagando uma comissão às empresas encarregadas das atividades de exploração e comercialização.

O que existe em comum em quase todos os países são os fundos de estabilização das receitas do petróleo, independente do modelo adotado. Esses fundos de regulação se caracterizam por diversos mecanismos de gestão e regras sobre a destinação dos recursos acumulados. Em países como Estados Unidos (no caso do Alasca), Rússia, Omã, Kuwait, Arábia Saudita, Azerbaijão e Cazaquistão, esses fundos são voltados para investimentos em projetos de desenvolvimento tecnológico e de educação. No caso da Indonésia, Venezuela e Catar, são voltados para impulsionar os indicadores sociais. Esses dois grupos de países investem também em projetos de aprimoramento de infraestrutura, assistência social e diversificação econômica (caso exemplificado também pelos Emirados Árabes Unidos, investimentos nos setores turístico, naval e de aviação).

Em quase todos os países do mundo, a utilização dos recursos dos Fundos tem intensa participação do Estado, com alíquotas tributárias que variam de país para país. Em alguns casos, como a Inglaterra, as altas taxas tributárias e com arrecadação eficiente direcionam os recursos para o desenvolvimento econômico e para a estabilidade macroeconômica. No caso da Rússia, a tributação excessiva afetou diretamente as empresas privadas que tiveram seus lucros reduzidos, o que

compensou foi a alta do preço do petróleo,

De um modo geral, apesar das tentativas de superação da “maldição dos recursos naturais” com a criação dos fundos do petróleo, a presença de atividades petrolíferas tem agravado problemas como marginalidade e exclusão social ao invés de resolvê-los. Além da questão social, existem dois novos agravantes: (1) a atual conjuntura pressupõe que a economia mundial está sob o impacto de uma nova crise energética, explicitada pelo elevado preço do barril do petróleo – superior ao da crise da década de 1970 – e pelas pressões ambientais por combustíveis alternativos que minimizem os impactos do aquecimento global; e (2) o fato de que o crescimento econômico dessas cidades dependentes dos recursos do petróleo, com o aumento dos recursos financeiros, geram uma falsa sensação de desenvolvimento econômico.

Apresentar-se-á, a partir daqui, duas experiências das atividades de exploração de petróleo e seus impactos em Ciudad del Carmen, no México, e Aberdeen, no Reino Unido, a partir de estudo realizado por RC, Borba (2017).

A economia mexicana é bastante dependente da atividade petrolífera. A Ciudad del Carmen fica localizada no Estado de Campeche, que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática, 2004) – Inegi (2004), do México, o setor mineral responde por 45,25% do Produto Interno Bruto PIB. A Ciudad del Carmen responde, segundo dados do Inegi, por aproximadamente 94,5% de todo o valor agregado do Estado e 96,8% desse valor corresponde à extração de petróleo e gás.

A exploração petrolífera na Ciudad del Carmen inicia na década de 1970. Carmen era uma pequena cidade que tinha como principal matriz econômica a pesca de camarão. A partir do final da década de 1970, converteu-se em um centro operacional da Pemex, com exploração offshore.

A principal alteração territorial foi o crescimento demográfico da cidade entre 1960 e 2005. A população cresceu 389%, ou seja, em 40 anos saiu de 40.885 habitantes para 199.988 habitantes no ano de 2005 (INEG, 2005). Esses fluxos migratórios originários de diversas regiões do país, a maioria atraídos pelas atividades petrolíferas, sobretudo em Ciudad del Carmen, ocasionaram um acelerado processo de urbanização e crescimento demográfico.

Com esse aumento populacional, o custo social vem atrelado à pobreza, ao aumento da marginalidade urbana e da violência, ao crescimento incontrolável dos assentamentos irregulares, ao aumento da prostituição e, sobretudo, ao incremento

da violência social em diferentes âmbitos (CORTÉS; PALACIOS; GÓMEZ; BEBERAJE, 2006: 1).

Segundo o Inegi (2004), em 1980, 16.885 pessoas estavam ocupadas no setor primário (agricultura, pecuária, pesca e caça). Entretanto, no ano de 2004, apenas 8.796 trabalhavam nesse setor da economia na Ciudad del Carmen, perdendo importância relativa na geração de empregos, com redução de 8.089 postos de trabalho. O subsetor pesqueiro foi o mais afetado com a consolidação da infraestrutura petrolífera em alto-mar, muito em virtude da redução das espécies e da falência das cooperativas pesqueiras.

Por outro lado, o subsetor de extração de petróleo e gás é o principal gerador de postos de trabalho na Ciudad del Carmen, com 13.289 empregados no ano de 2004, gerando uma preocupante dependência econômica.

Os mecanismos de compensação que a Pemex outorga para promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões impactadas pelas atividades petrolíferas são ações estratégicas de Responsabilidade Social Empresarial, as chamadas “donaciones”.

Essas donaciones são recursos em dinheiro voltados para o financiamento de programas sociais e projetos nos estados e municípios em quem se concentram as atividades petrolíferas. Existem também as donaciones que correspondem à transmissão de títulos gratuitos, como asfalto, combustíveis e bens e imóveis que não são úteis para a Pemex.

Para a concessão dessas donaciones, a Pemex utiliza diversos indicadores, os quais determinam a distribuição para os estados e municípios. Dentre esses indicadores, pode-se citar: a produção petrolífera, o número de trabalhadores petrolíferos, os impactos ambientais e o tamanho da população em municípios impactados. O Estado de Campeche é tratado pela Pemex como entidade com alta influência petrolífera.

Na Ciudad del Carmen, os recursos são destinados principalmente à execução de diversas obras de infraestrutura, como a construção e reabilitação de sistemas de drenagem sanitária, construção de redes pluviais, urbanização, construção de semáforos, pavimentação de ruas e recuperação dos sistemas de água potável.

Diante do cenário apresentado, apesar do dinamismo das atividades petrolíferas para a economia de Ciudad del Camen, elas impactaram negativamente

nas atividades econômicas tradicionais da região - especialmente a pesca e a agricultura – e no crescimento urbano desordenado da cidade, o que acarretou inúmeros problemas de infraestrutura, muito similares ao caso de Coari.

Apresentar-se-á, a partir daqui, a experiência de exploração de petróleo na cidade escocesa de Aberdeen, que fica no Norte da Escócia, no Mar do Norte. As atividades da exploração iniciaram na década de 1960. A primeira descoberta de gás foi no campo de West Sole, em 1965, e de óleo, no campo de Abroath, em dezembro de 1969. As descobertas transformaram o Reino Unido, no ano de 2002, no décimo lugar entre os maiores produtores de óleo e o quarto lugar entre os maiores produtores mundiais de gás (SANTOS, 2006, p. 8).

Impulsionado pelos dois choques do petróleo na década de 1970, que elevaram os preços do barril do petróleo, estima-se que a economia do Reino Unido tenha se beneficiado em mais de 230 bilhões de Libras em impostos da indústria petrolífera. Os campos offshore são taxados em 50%, sendo que 30% correspondem à Taxa de Corporação - TC e 20%, a uma carga suplementar. A taxa de imposto aumenta 75% nos campos petrolíferos desenvolvidos antes de 1993, sendo que eles são responsáveis por 50% do (PRT) imposto de rendimento do petróleo (OIL & GAS UK ECONOMIC REPORT, 2007). Os royalties no Mar do Norte foram abolidos em janeiro de 2003.

O auge da produção de petróleo se deu no final da década de 1990, com um volume de produção de aproximadamente 2,9 milhões de barris de petróleo por dia (bpd). No entanto, a partir do ano 2000, a produção na região inicia um decréscimo caindo, em janeiro de 2007, para um volume por volta de 1,6 milhões de bpd.

Diante desse cenário de queda na produção de Petróleo no Mar do Norte, a economia da cidade escocesa de Aberdeen, base britânica da indústria offshore nessa região, começa a ser afetada. Aberdeen é uma das cidades mais antigas da Escócia. É um importante centro industrial, com uma diversidade muito grande de indústrias, além da sua localização, infraestrutura e versatilidade econômica. A cidade escocesa se consolidou tradicionalmente em uma economia bem diversificada, alicerçada principalmente na pesca, na agricultura, na indústria têxtil, na indústria do papel e na histórica indústria extrativista do granito. Essa diversificação produtiva proporcionou a chamada “cidade do granito”, uma certa independência em relação à indústria do petróleo

Aberdeen, com uma tradição na indústria da pesca com o processamento de pescado, nas principais vias de comércio e de exportação do granito, de papel, produtos de lã, na construção naval, na agricultura e na silvicultura, a partir da década de 1960, tornou-se base da indústria offshore no Mar do Norte (ABEERDEN HARBOUR, 2007). A economia da cidade foi bastante impactada pelas atividades de exploração de petróleo no Mar do Norte, sendo o centro da administração e da indústria do petróleo do Reino Unido, ganhando o título de “capital europeia offshore”.

Diferente das cidades brasileiras que dependem dos recursos do petróleo e que aumentaram sua população urbana absurdamente, Aberdeen não apresenta impactos significativos no aumento populacional. A maioria dos trabalhadores da indústria do petróleo não fixou residência na cidade, muitos retornavam para outras cidades após os dias de trabalho nas plataformas. Em 1971, passaram pelo aeroporto de Aberdeen 140.000 passageiros; em 1984, cobriu 1,75 milhões e, no ano de 2000, o fluxo era de 2,48 milhões de passageiros (ABERDEEN CITY COUNCIL – ABERDEENSHIRE COUNCIL, 2001). Isso se deve às atividades petrolíferas offshore no Mar do Norte: no ano de 2006, 5.930 trabalhadores das atividades petrolíferas eram migrantes oriundos de diversos países, dentre eles: Polônia, Índia, Estados Unidos e Austrália (NORTH EAST SCOTLAND ECONOMIC RESEARCH NESER, 2007).

Com relação às questões econômicas, segundo dados da NESER (2007), em 2007, a média salarial da cidade escocesa era a mais elevada da Grã-Bretanha, sendo superior a £ 560,00 (libras), acima da média da Escócia £ 522,70 e mais alta que a do Reino Unido, de £ 552,10. Com uma população estimada em 206.880 habitantes, a taxa de desemprego no ano de 2007 encontrava-se em baixíssimos 1,6%. Durante o período entre 2002-2006, Aberdeen apresentou a maior taxa de crescimento anual da Escócia, 2,3%.

Em virtude da redução do volume da produção no setor britânico do Mar do Norte, a cidade de Aberdeen já está sentindo as consequências com a gradual eliminação de empregos no Nordeste da Escócia, tanto no setor onshore como no offshore. O setor offshore respondia por volta de 18.000 empregos; no ano de 2006 esse número caiu para cerca de 15.000 empregos, ou seja, em cinco anos o setor sofreu uma significativa perda de 3.000 empregos. Estima-se que este ano (2021), o setor offshore empregará cerca de 8.000 trabalhadores, ou seja, em 20 anos, este setor poderá sofrer uma redução de mais de 50% nas taxas de emprego.

Outro fator significativo é que os campos petrolíferos da região são considerados maduros, apresentando uma baixa produtividade. Apesar do setor do petróleo apresentar uma redução de empregos, a cidade escocesa, em 2006, apresenta uma taxa de desemprego em torno de 1,8%. Isso pode ser explicado, em virtude da diversificação da economia que tem outros setores com potencial de empregabilidade, como os setores primários de agricultura e pesca, o setor das indústrias de processamento de alimentos, empresas de engenharia, o setor têxtil e de produção de papel (SANTOS, 2006, p. 36).

Diante do cenário de redução da cadeia produtiva do petróleo, a cidade já se prepara para um futuro pós-petróleo. Em 2003, a Escócia lançou o Fundo de Crescimento das Cidades, que visava promover o crescimento e as oportunidades das cidades da Escócia. O Fundo é uma fonte de financiamento e investimento para seis cidades da Escócia: Aberdeen, Dundee, Edinburgh, Glasgow, Inverness e Stirling. É uma tentativa de reestruturar a cadeia produtiva da região e também buscar alternativas que visem minimizar a dependência energética britânica ao petróleo, por meio do apoio a projetos de energia alternativa.

Da análise das experiências internacionais acima reportadas, pode-se concluir que existe uma diversidade de padrões de regulação do petróleo, sem que se identifique para cada padrão uma formatação rígida e inalterável. Ademais, dado que a definição do sistema regulatório é, em última instância, uma prerrogativa de governo – posto tratar-se, na sua essência, de um instrumento jurídico-legal –, decorre que os governos podem ou não adotar todos os critérios comuns de cada um dos modelos ou, ainda, mesclá-los.

Uma segunda conclusão é de que os diferentes modelos de regulação do petróleo, incluindo a questão fundamental dos objetivos priorizados e as modalidades de gestão do Fundo do Petróleo, importam para a questão do grau de aproveitamento da riqueza do petróleo para o objetivo do desenvolvimento econômico, ao afetarem diretamente as condições de apropriação (pública e privada) e distribuição das rendas do petróleo ao longo do tempo. Todavia, observa-se que não há um modelo regulatório ideal a ser seguido, o qual possa servir de receita para toda e qualquer realidade histórica. Basta lembrar que foram identificadas diversas situações (países) em que a contrapartida da adoção de um mesmo modelo regulatório fora (ou tem sido) a obtenção de resultados muito distintos, por vezes, em sentido oposto, no que tange,

por exemplo, à vinculação entre recursos energéticos e desenvolvimento econômico, à escolha do regime de regulação da vinculação entre petróleo e desenvolvimento, a fim de contornar a “maldição dos recursos naturais”. No caso de Coari, essa maldição ainda permanece presente.

4 ALTERAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA EM COARI

Neste capítulo, analisar-se-á a especificidade da formação territorial da Amazônia brasileira, e os impactos sobre a constituição espacial do Município de Coari, especialmente após o início da exploração petrolífera na região do médio Solimões. Esse processo de colonização da Amazônia, que se baseou na destruição e na barbárie dos povos originários da região, segundo Benjamin (2013), ainda está presente na memória. Destruíu ou não teve o direito de falar como história, como geografia. Faz-se necessário ativar as lutas do presente, uma vez que “a crítica da violência é a filosofia de sua história” (BENJAMIN, 2013, p. 155).

Os projetos de colonização e modernização da Amazônia são regimes políticos e econômicos de expropriação pela violência, fundamentados nas relações de dependência regional e dinâmicas de fluxos do capital nacional/internacional. A partir das ideias de Fanon (1979), os projetos coloniais cortaram o mundo em duas zonas, que obedecem ao princípio da exclusão recíproca – a do não ser – que representou a impossibilidade dos seus corpos, da sua magia, dos seus ritmos e seus modos de compreensão de mundo. Por outro lado, o colonizador, que tinha todo o direito à dominação e violência, o lado do ser (MALHEIRO, 2021, p. 84).

O paradigma do não ser, da expropriação e da violência e, especialmente, da dependência dos fluxos de capitais nacionais e internacionais, são fundamentos epistemológicos para que o projeto de exploração petrolífera se concretize em Coari. De acordo com Almeida e Souza (2010, p. 2),

A exploração de hidrocarbonetos em Coari foi iniciada, na década de 1970, pela fase de pesquisas de jazidas no solo, utilizando métodos de prospecção sísmica, que abriram clareiras em florestas e utilizam cargas explosivas para análise das ondas sísmicas que penetravam camadas sub- superficiais do solo.

Na perspectiva de entender as alterações socioespaciais, deve-se mencionar a origem do Município de Coari, que era de economia agroextrativista e se alterou para uma proposta econômica industrialista.

A partir de uma análise relacional entre o físico concreto e o social histórico enxerga-se, na territorialização, a integração técnica, simbólica e valorativa dos

espaços. Dessa forma, o espaço tem uma forte dimensão política, que está contido na sua construção concreta, entre os seus habitantes, gerando um processo de contradição, que necessariamente não é antagônico, de alteridade-centralidade, unidade-diversidade, hegemonia-heterogenia e identidade-diferença, a depender da natureza social da sociedade que se viva (MOREIRA, 2007).

Em virtude das contradições para a construção do espaço, as sociedades modernas produziram elementos para a sua regulação. São normas e regulamentos (econômicos, jurídicos, políticos, culturais, representacionais e ideológicos) que perpassam pelo processo de seletividade e de organização espacial, gerando uma espacialidade diferenciada, que, mesmo com os elementos de regulação, constrói espaços diversificados, ou seja, a socio densificação, que cria um tecido espacial onde natural e social, urbano e rural, local e global trocam-se de forma contraditória e não, antagônica.

Essa forma relacional da construção do espaço apresenta estruturas que, em virtude das contradições históricas do capitalismo, esgotam-se econômica e politicamente, sendo necessária, portanto, a reestruturação a fim de reverter o mapa da seletividade, redesenhar, reinscrever e reconfigurar suas densidades e tensões locacionais.

A seletividade do espaço, que se recria, redinamiza, alicerçado num novo plano estrutural, cria hegemonias e novas formas regulatórias de coabitação de espaço. Segundo Bessa (2010), a diferenciação espacial é um elemento fundamental para entender a categoria espaço.

Na diferenciação espacial, a geografia encontra seu campo mais fértil para uso da categoria espacialidade das realidades sociais. Como afirma Haesbaert (2004, p. 20), é “[...] elucidar as questões atinentes à dimensão espacial”, não no sentido positivista de uma abordagem orientada para a construção das aparências e das superfícies, mas próxima da perspectiva do materialismo histórico-dialético, em que a sociedade produz seu espaço, possibilitando a construção de um saber socioespacial. Esse processo de construção do espaço social resulta num espaço fragmentado, onde as desigualdades socioespaciais se assentam sob uma base natural e uma base social (BESSA, 2010, p. 44).

A construção do espaço sob a perspectiva histórico-dialética diferencial possibilita a construção de um espaço que apresente as desigualdades a partir de

uma base natural e social (BESSA, 2010).

A análise socioespacial deve considerar o território como uma construção social e, por sua vez, inseparável da territorialidade, ou seja, como define Mesquita (1995, p. 83), que a entende “como projeção de nossa identidade sobre o território.

Nesse sentido, o território é diferente da configuração territorial, do espaço e da paisagem (SANTOS, 1988). Segundo Claude Reffestin (1993, p. 57-51), o território “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”.

4.1 Os primeiros passos para implantação da exploração petrolífera

A partir do momento em que se define o território como categoria de análise, faz-se imprescindível delimitar seu nível de escala. No caso desta pesquisa, foi o nível municipal, com a escolha de comunidades próximas que foram diretamente afetadas pela implantação da indústria petrolífera.

Essa apropriação do espaço que produziu mudanças significativas no território de Coari, tanto na matriz cultural como na paisagem urbana, que se modificou com o deslocamento populacional de ribeirinhos para a sede do município, embasaram as reflexões para aquisição de conhecimentos, atitudes e reflexos sobre estas novas territorialidades. Aqui, entende-se territorialidade a partir de Mesquita (1995), ou seja, é aquilo que nos liga ao mundo, é o espaço que tem significado individual e social. Portanto, pertencer a um território é, acima de tudo, querer e sentir-se reconhecido nele.

A territorialidade diz respeito a esse sentimento, ou seja, o de pertencimento a um território e, como afirma Spósito, tem um caráter subjetivo:

Aí temos o território do indivíduo, seu espaço ‘de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar. (SPÓSITO, 2004, p. 113).

Essa territorialidade subjetiva amazônica é uma categoria de análise que Milton Santos (2006, p. 15) declara como “território usado”, que só tem sentido com a inclusão das construções econômicas, políticas, sociais e culturais:

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2006, p. 15).

Figura 17: Imagem da Base Petrolífera de Urucu



Fonte: Arquivo pessoal de Archipo Goés, 2020

Para apresentar uma análise mais pormenorizada das transformações socioespaciais que ocorreram em Coari, expor-se-á as primeiras reuniões entre os executivos da Petrobras e a comunidade de Coari.

Nos dias 18 a 22 de maio de 1998, realizou-se, na cidade de Coari, o Iº Seminário sobre o Gás de Urucu, promovido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, com a participação de mais 135 pessoas, entre professores, ribeirinhos, moradores da cidade, vereadores, agentes de saúde, representantes de trabalhadores e entidades de apoio e assessoria. O Seminário foi o primeiro evento que buscou analisar o projeto e conscientizar sobre os impactos sociais e ambientais, especialmente na construção do poliduto Urucu - Coari. As comunidades apresentaram um amplo relato das consequências que estavam sofrendo em virtude dessa construção.

Esse primeiro Seminário identificou os seguintes impactos:

- Impacto ambiental biofísico em virtude das obras de engenharia com a obstrução, represamento e assoreamento de igarapés ao longo do poliduto, reduzindo

a quantidade de peixes, contaminando a água, ficando imprópria para o uso na produção de farinha, morte da vegetação;

- Escassez de animais para caçar. Os animais não atravessam a estrada, o que obriga os moradores a percorrerem longos caminhos até os locais de caça;

- A colheita e venda de castanhas-do-pará reduziu bastante em virtude da derrubada de algumas castanheiras para a construção de estradas. Como o sistema de coleta é realizado em forma de meeira, os prejuízos ficam só com os coletores, portanto se faz necessário compensar as perdas econômicas;

- Os impactos sobre a cidade de Coari, com o crescimento da população descontrolado, muitos homens deixaram as suas casas no interior para tentar encontrar trabalho em Coari;

- Segundo o relatório deste Seminário, a cidade, de noite e nos fins de semana, tem grande índice de prostituição infantil, mas deixa claro que não tem estatísticas sobre o tema, assim como não tem dados sobre violência, drogas e doenças sexualmente transmissíveis;

- O relato mais interessante sobre a realidade de Coari, quando do início da construção das obras para o complexo petrolífero de Urucu, é apresentado abaixo:

A circulação monetária em Coari cresceu em função do Projeto Urucu, Nos fins de semana, gasta-se muito dinheiro em atividades de lazer. Surgiram trabalhos no setor formal e, acima de tudo, no setor informal de serviços. Ao mesmo tempo, contudo, o desemprego alastrou-se em Coari de forma mais intensiva. Os novos imigrantes do interior não possuem as qualificações necessárias para ocupar os empregos oferecidos. A situação alimentar nos novos bairros da cidade, nos quais predominam os imigrantes rurais, é precária. Algumas famílias alimentam-se do que conseguem pescar no lago Coari. Quando não têm sorte, passam fome.

O problema do desemprego e suas consequências sociais, piorará a partir de outubro/novembro de 1998, pois a construção do Terminal Solimões, a construção do gasoduto Urucu-Coari e os trabalhos na região petrolífera Urucu (Polo Arara) estarão completados. As oportunidades de trabalho temporário não mais existirão. (RELATÓRIO GAWORA, 1998, p.11).

A viabilidade comercial das reservas petrolíferas de Urucu acontece a partir do ano de 1986. A reserva petrolífera de Urucu torna-se o primeiro campo comercial de petróleo e gás natural da Amazônia Ocidental Brasileira a partir do polo de suporte denominado Polo Arara, usado para coleta e processamento de gás natural e óleo. O polo possui como estrutura: aeroporto, portos, estradas, alojamentos para funcionários, instalações administrativas, de telecomunicações e outros (NEVES,

2005).

A produção no Rio Urucu teve sua gênese em 1988. Nesse momento chegaram em Coari empresas terceirizadas para prestarem serviços à Petrobras, ocorrendo um processo de migração populacional intramunicipal (rural-urbano) e de outros Estados atraídos pelo “Eldorado do Petróleo e do Gás Natural”.

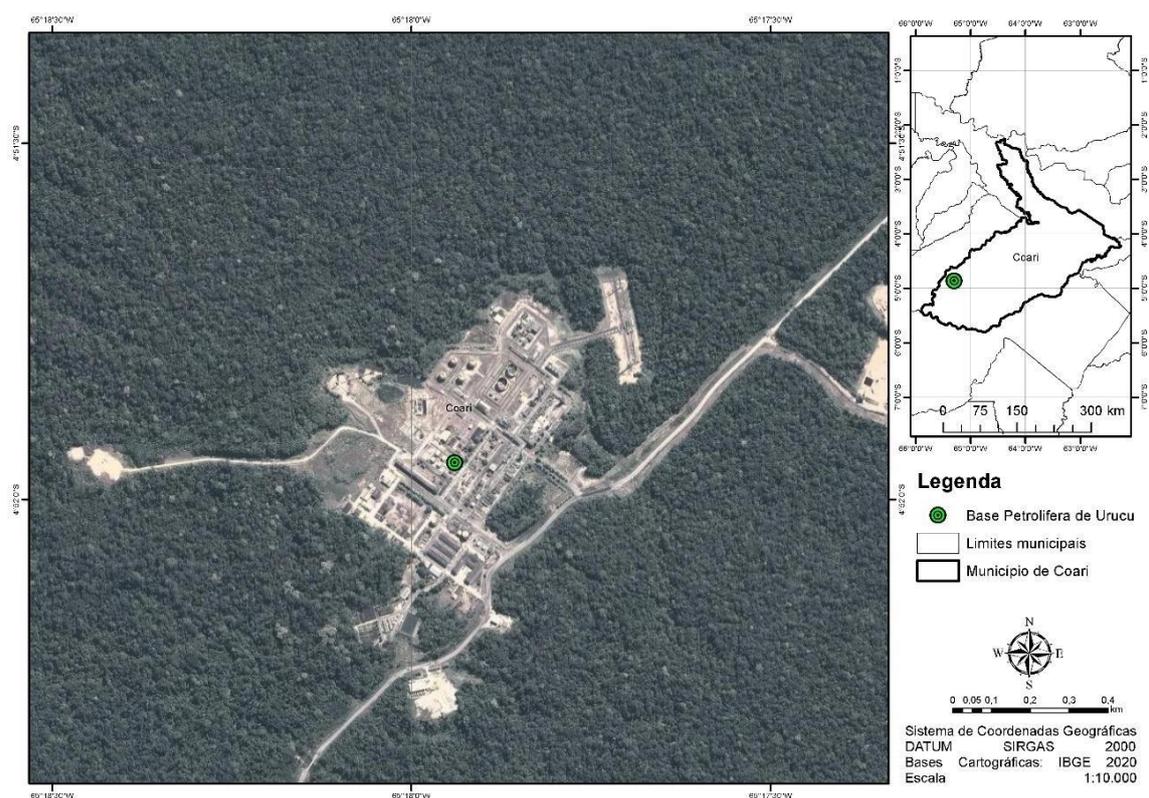
Em um relatório da viagem de pesquisa, de 01.03.1998 a 30.04.1998, para Lateinamerika Dokumentationsstelle Brasil im Centro de Documentação América Latina - Brasil. Universität Gesamthochschule Kassel, o pesquisador Dieter Gawora (1998) informa que a Petrobras localizou a existência de petróleo e gás natural na região de Urucu, no Estado do Amazonas, ainda nos anos 1980. O petróleo, nesse período, era transportado até o rio Tefé por um oleoduto e, em seguida, era depositado nas balsas até a cidade de Tefé, sendo armazenado num grande navio petroleiro e levado em pequenas embarcações até a refinaria de Manaus. A partir dos anos 1990, iniciaram os estudos para que aumentasse a exploração e fosse aperfeiçoado o sistema de transporte.

Segundo dados do Relatório Gawora (1988) para o transporte do petróleo e do gás liquefeito de petróleo – GLP (butano, etano), o projeto inicial era utilizar um poliduto com uma extensão de 280 km, de Urucu até Coari. Em Coari, esses produtos serão armazenados num terminal, do qual os navios tanques poderão ser abastecidos. O gás natural (metano) deverá ser transportado por um gasoduto até Coari, onde será erguida uma planta de liquefação, que congela o gás até -162° C. Esse gás natural liquefeito - GNL será transportado em tanques especiais para Manaus, para uma localidade na margem esquerda do rio Amazonas, provavelmente Oriximiná, e para Macapá (Amapá). Nas três localidades seriam erguidas plantas de revaporização, como também usinas termoelétricas, sendo que algumas já existentes serão reaparelhadas. De Urucu até Porto Velho seria construído um gasoduto. Em Porto Velho, também será construída uma usina termoelétrica, que fornecerá energia para Rondônia e, por meio de linhas de alta tensão, para Rio Branco.

Esses eram os planos originais em fins de abril de 1998. Surpreendentemente, eles foram modificados. O projeto de liquefação de gás natural foi preterido pela construção de um gasoduto de Coari para Manaus. As linhas dos gasodutos até Porto Velho e Manaus não foram concretizadas. Conforme o Relatório Gawora (1988), os projetos definidos em 1988 para exploração do gás e petróleo eram os seguintes:

- 1 – Poliduto Urucu – Coari, para o transporte de petróleo e GLP (pronto).
- 2 – Terminal Solimões em Coari, para o armazenamento de petróleo e GLP.
- 4 – Aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás natural em Urucu.
- 5 – Construção do Gasoduto Urucu - Coari.
- 6 – Estudos preliminares para a construção do Gasoduto Urucu - Porto Velho (nunca se concretizou).
- 7 – Estudos preliminares para construção Gasoduto Urucu - Porto - Manaus (nunca se concretizou).
- 8 – Construção da Usina termoeétrica em Porto Velho e Manaus (não se concretizou).
- 9 – Linha de alta tensão Porto Velho - Rio Branco que nunca se concretizou.

Figura 18: Base Petrolífera do Urucu



Fonte: IBGE,2020

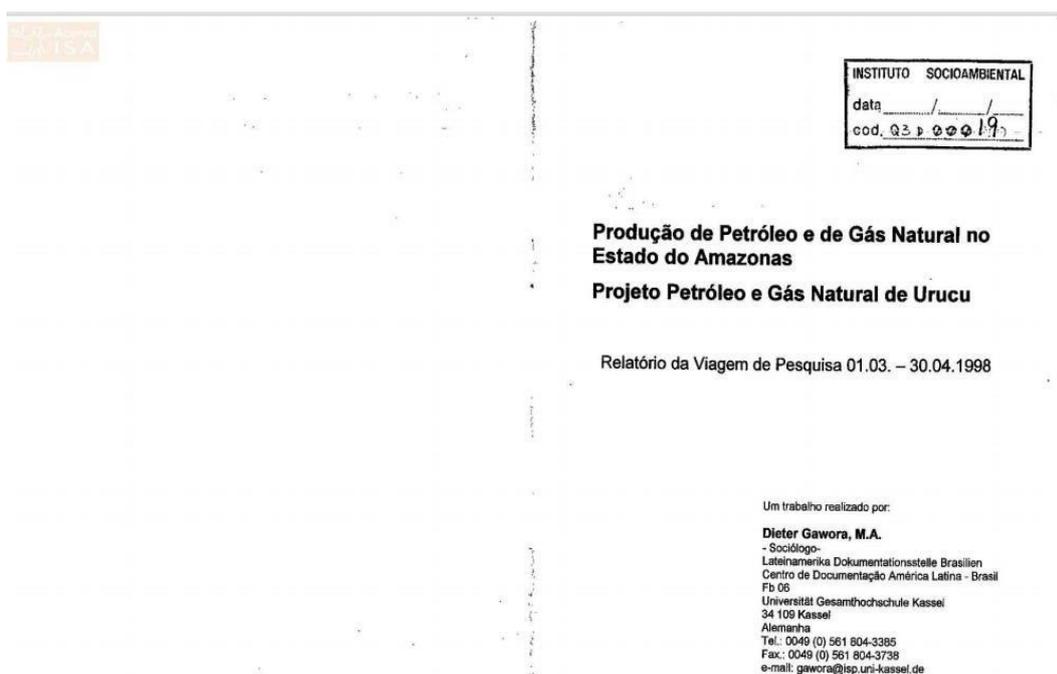
Segundo Gawora (1998), em torno de 700 trabalhadores estavam empregados na construção do Terminal Solimões. Para aumentar a capacidade produtiva de

petróleo e gás natural em Urucu (Polo Arara), foram empregados mais de 2.000 trabalhadores. Na construção do poliduto Urucu-Coari, foram empregados, temporariamente, mais de 900 trabalhadores.

O volume financeiro do projeto original era de 1,735 bilhões de dólares. Esse projeto pertencia ao conjunto dos 42 projetos prioritários do Governo Fernando Henrique Cardoso, os quais estavam incluídos no Plano "Brasil em Ação".

O projeto de ampliação e exploração de Petróleo e gás natural de Coari apresentava dois componentes: o do norte e o do sul. O componente norte dizia respeito à construção dos gasodutos Urucu - Coari e Coari - Manaus, e o componente sul abarcaria o gasoduto Urucu - Porto Velho, e a instalação de cabos de transmissão Porto Velho - Rio Branco. O componente sul nunca teve a construção iniciada.

Figura 19: Capa do Relatório Gawora



Fonte: Gawora, 1988.

Conforme publicação institucional da Petrobras (LIMA, 2008, p. 25), a Província Petrolífera de Urucu - PPU é uma ampla unidade de exploração e produção, que compreende mais de 60 poços produtores, distribuídos em três campos de extração denominados de Rio Urucu (RUC), Leste do Rio Urucu (LUC) e Sudoeste do Rio Urucu (SUC). A produção do Amazonas Petróleo, 20.102 (bbl/d), Gás natural, 15.689 (Mm³/d), em sete campos produtores (BOLETIM DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E

GÁS NATURAL, Março 2019, número 103).

A produção de petróleo em Urucu é feita em diversas etapas, resumidamente compreendem as seguintes: 'a primeira consiste no envio, por uma rede de tubulações, do material extraído dos poços dos campos exploratórios para o Polo Arara, área industrial da base. Lá, as linhas se entroncam até chegarem à unidade onde o óleo, o gás e a água são separados. Com alto índice de salinidade – quase sete vezes maior que o do mar –, a água segue para a unidade de tratamento, onde são retirados os resíduos de óleo ainda existentes. Em seguida, é reinjetada nos poços, pois seu descarte nos rios ou no solo provocaria sérios danos ambientais. O óleo que sai da separação ainda contém cristais de sal e não pode ir para a refinaria porque causaria corrosão nos equipamentos. Então, passa por uma fase de dessalgamento – injeção de água doce. Depois, o óleo é aquecido para a retirada dos gases. Assim, transforma-se em “petróleo morto”, o que evita acidentes por transporte por navios. Em seguida, passa por resfriadores e vai para os tanques, onde fica estocado'. (PETROBRAS, 2005, p.23).

O gás natural é uma mistura de hidrocarbonetos (hidrogênio e carbono) leves, contendo predominantemente metano, etano, propano e componentes de maior peso molecular. De um modo bastante sucinto, seu processo de produção ocorre da seguinte maneira:

ao passar pelas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), são separados do gás os hidrocarbonetos líquidos e o chamado gás residual, que é comprimido e reintroduzido nas estações de processamento. O propano, o butano (gás de cozinha ou GLP) e o pentano (C5⁺) são retirados para comercialização; o restante é reinjetado nos poços. (PETROBRAS, 2005, p.23).

A base petrolífera de Urucu é formada por uma infinidade de pequenos rios, igarapés, córregos e nascentes. Possui uma infraestrutura formada por instalações industriais, aeroporto, dois portos, 120 km de estradas, alojamentos, refeitórios, escola, áreas de lazer, esporte e telecomunicações para garantir o conforto dos seus 2.168 habitantes (281 empregados próprios e 1.887 de empresas contratadas), que trabalham em regime embarcado (com 14 dias de trabalho e 21 dias de folga). A Base é autossuficiente em energia, o gás natural e o petróleo são, juntos, os principais componentes de sua matriz energética. A energia elétrica que a mantém é gerada por quatro turbo geradores locais, que também fornecem energia para a área do Polo Industrial Arara, assim como os alojamentos, a iluminação das vias e demais instalações. Nas áreas terrestres, os veículos (78 tipos diferentes) circulam abastecidos, principalmente, com gás natural veicular e diesel, produzido no próprio local.

Com os preparativos para a obra iniciados desde meados de 2002 e um investimento de R\$ 500 milhões na aquisição de tubos de 10" e 20", e na abertura de 30 clareiras ao longo do traçado, em 01 de junho de 2006, a Petrobras comunicou formalmente o início da construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Esse empreendimento levaria o gás natural da Província Petrolífera de Urucu até a capital amazonense. A obra era composta por três trechos: o trecho A, compreendendo o GLPduto, que ligaria Urucu a Coari (Terminal Aquaviário Solimões), foi realizado pelo Consórcio OAS/Etesco, com valor inicial de R\$ 342,6 milhões. O trecho B-1, que ligaria por gasoduto Coari a Anamã, foi realizado pelo Consórcio Amazonas Gás/Petrobras, estimado inicialmente no valor de R\$ 666,7 milhões. O trecho B-2, que corresponde ao trecho Anamã-Manaus, foi construído pelo Consórcio Camargo Correa/Skanska, por um valor inicial de R\$ 428 milhões (PETROBRAS, 2006). Em seu trajeto de Coari à Refinaria Isaac Sabbá, em Manaus, o gasoduto atravessa os territórios de oito municípios do Estado do Amazonas: Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Iranduba e Manaus, o que perfaz uma área de 104 mil km² e representa 6,6% do território amazonense. Com exceção de Manaus, que detém metade da população do Estado, somados os habitantes desses municípios, eles representam a expressiva quantidade de 229 mil pessoas.

Retomando a proposta inicial, a partir de 2002, as primeiras audiências públicas. Segundo o projeto, o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que totalizaria 670 km de extensão, sendo 285 km de gasoduto para escoar exclusivamente a produção de GLP, da Província Petrolífera de Urucu ao Terminal Aquaviário (o gasoduto construído em 1998 neste mesmo trecho ficaria apenas para o transporte do gás natural), e 385 km para transporte de gás natural do Terminal até Manaus. A conclusão do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus estava prevista para março de 2008 (acabou sendo inaugurado em novembro de 2009), em sua fase experimental, transportaria 4,7 milhões de m³/dia de gás natural, mas com possibilidade de alcançar a carga total de 5,5 milhões de m³/dia. Conforme consta na caracterização socioeconômica da obra apresentada ao Tribunal de Contas da União, o gasoduto Urucu-Coari-Manaus constitui uma importante alternativa para o suprimento de energia elétrica ao atual sistema isolado de Manaus. O gás natural apresenta-se como uma fonte ambientalmente sustentável, mas, economicamente, ainda não apresentou condições competitivas para que o Sistema Energético de Manaus substitua sua matriz de óleo Diesel.

Figura 20: Construção do Gasoduto

Fonte: Arquivo Pessoal Archipo Goés.

Com valor final resultando quase o dobro do que foi inicialmente previsto no projeto (R\$ 2,488 bilhões, em 2005, para R\$ 4,465 bilhões quando inaugurado em 2009), em função de sucessivos aditivos ao custo da obra, o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus foi, certamente, o empreendimento mais conturbado do Projeto de Exploração de Petróleo e Gás sob ponto de vista dos impactos sociais e ambientais no trajeto da sua área de influência. Foi marcado por um duvidoso processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, com acusações de falta de informações junto às populações atingidas, de ausência de transparência sobre os riscos e impactos do empreendimento. Além do fato de que foram identificados, à época, graves indícios de irregularidades pelo Ministério Público Federal - MPF, pela Procuradoria Regional da República - PRR, Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Tribunal de Contas da União - TCU (PEREIRA, 2016, p. 71).

Dentre os preparativos para o início da obra, consta a realização de audiências públicas sucedidas na cidade de Coari (ocorrida em fevereiro de 2002) e em Manaus (ocorrida em dezembro de 2003). Nessas audiências, estavam presentes representantes da Igreja Católica, das associações rurais, professores e lideranças políticas. A partir daqui, serão apresentadas as grandes alterações territoriais que aconteceram no Município de Coari em virtude da exploração do petróleo.

4.2 Configurações socioespaciais das comunidades do médio Solimões a partir da implantação da produção petrolífera

A fim de entender as alterações socioespaciais ocorridas em Coari e nas regiões do médio Solimões, especialmente a partir da década de 2000, faz-se necessário analisar a marca da monetarização das relações de consumo e produção em toda a região. Além da monetarização, serão apresentados dados oficiais e universais sobre pobreza, educação, saúde e bem-estar. Quais os indicadores sociais que alteraram as condições de vida dessa população, sabendo que, na Amazônia, o acesso aos recursos naturais e fundiários, a diversificação da produção e as melhorias das condições dos serviços de transporte, saúde e educação são elementos fundamentais para entender esta realidade?

A economia rural amazônica baseia-se na associação de diferentes recursos, como a pesca, a agricultura, a criação de gado e o trabalho assalariado, cuja relação dinâmica oscila entre especialização e generalização, de acordo com as oportunidades e restrições ambientais e econômicas. Para analisar a diversidade de estratégias econômicas de uso dos recursos é necessário levar em conta as particularidades sociais e ecológicas existentes entre unidades familiares dos diferentes contextos amazônicos. (BRONDIZIO, 2008c; CASTRO, 2006, p. 173-193).

A prefeitura de Coari, a partir de 1988, passou a ter acesso aos “Mecanismos compensatórios de exploração mineral dos hidrocarbonetos”, que propiciam benefícios aos proprietários de recursos naturais não renováveis na forma de uma renda auferida no desenvolvimento da atividade, com especificidades relacionadas, basicamente, à exaustibilidade de sua fonte geradora ao longo do tempo, pois a capacidade de seu estoque na natureza implica que a extração em um período torna o recurso indisponível em períodos posteriores.

O modelo básico de exploração de hidrocarbonetos prevê a existência de uma autoridade regulatória representada por uma agência destinada a administrar os interesses públicos personificados na União. A partir de 1997, no País, com a promulgação da Lei Nº 9478/97, a Lei do Petróleo, passou a ser a ANP, autarquia federal vinculada ao Ministério das Minas e Energia, a agência que promove a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria dos hidrocarbonetos.

Segundo Postali (2000), dentre os mecanismos compensatórios nas formas de

modalidades de tributos para a extração dos benefícios governamentais do setor de hidrocarbonetos estão os royalties, que é uma das formas de compensação governamental mais aplicada pelos países sobre a indústria do petróleo. Consiste no pagamento ao governo de uma parcela do valor bruto da produção de petróleo ou gás, geralmente pela aplicação de uma alíquota.

O conjunto de normas que regem a matéria legislativa dos royalties no País iniciou-se com a Lei Nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, conhecida como Lei do Monopólio do Petróleo, que dispunha sobre a Política Nacional do Petróleo e definia as atribuições do CNP, instituía a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, entre outras providências. Essa Lei estabelecia, entre outras disposições, que a Sociedade e suas subsidiárias ficavam obrigadas a pagar aos estados e territórios onde fizessem a lavra de petróleo e a extração de gás, indenização correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor desses recursos naturais, e que os estados e territórios distribuiriam 20% (vinte por cento) do que recebiam proporcionalmente aos municípios, segundo a produção de óleo de cada um deles. Esse pagamento deveria ser efetuado trimestralmente. Determinava também que os recursos recebidos por estados, territórios e municípios somente poderiam ser aplicados na produção de energia elétrica e na pavimentação de rodovias.

Gutman e Leite (2003) atestam que, posteriormente, a Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Nº 01, de 11 de janeiro de 1991, estabeleceu uma nova distribuição dos royalties, adjudicando 0,5% aos municípios onde se localizassem instalações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural. Para acomodar essa alteração, o percentual dos estados foi reduzido de 4% para 3,5%, quando a lavra ocorresse em terra, e o percentual do fundo especial foi reduzido de 1% para 0,5%, quando a lavra ocorresse na plataforma continental.

Em 09 de novembro de 1995, a Emenda Constitucional Nº 9 alterou o artigo 177 da Constituição Federal de 1988 e, mantendo o monopólio sob a égide da União, passou a permitir que esta contratasse com empresas estatais ou privadas a realização das atividades de exploração e produção, desde que “observadas as condições estabelecidas em lei”.

Então, a partir de 1997, o regime de regulação do setor de petróleo e gás natural no Brasil passou a sofrer transformações substanciais. O ponto de partida dessas transformações foi a quebra do monopólio da Petrobras nas atividades de

exploração, de desenvolvimento, produção e de refino de petróleo e de gás natural instituído pela Emenda Constitucional citada e regulamentado pela Lei Nº. 9478, de 06 de agosto de 1997, denominada Lei do Petróleo, que revogou a Lei Nº. 2004/53.

Segundo Postali (2000), a Lei do Petróleo, ao quebrar o monopólio da União, prevê que suas atividades poderão ser objeto de concessão para operação de empresas privadas nacionais. Assim, sem alterar o princípio constitucional de que a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos, bem como a importação e a exportação de derivados e o seu transporte dutoviário ou marítimo constituem monopólio da União, autoriza a ANP a contratar terceiros para a execução de tais atividades.

A Lei do Petróleo estabelece também um papel distinto para a Petrobras, em que a União permanece como acionista majoritária da empresa. No entanto, a empresa deve receber o mesmo tratamento dado às operadoras privadas em processos licitatórios, apesar das situações de empate serem decididas, segundo a Lei do Petróleo, em seu favor. A implementação das fases previstas na Lei do Petróleo prevê a introdução de novas normas visando fortalecer o papel da União não apenas como soberana sobre os recursos, mas também como agente fiscalizadora do mercado, inclusive no tocante a questões de segurança e meio ambiente.

Postali (2000) aponta aí o deslocamento do papel do Estado de agente produtor para agente regulador. A Lei do Petróleo, em seu artigo 47, estabeleceu em 10% a alíquota básica dos royalties; em seu artigo 48, manteve os critérios de distribuição dos royalties para a parcela de 5% adotados na Lei Nº 7.990/89; e introduziu, no artigo 49, uma forma diferenciada de distribuição para a parcela acima de 5%. Em seguida, o Decreto Nº 2.705, de 03 de agosto de 1998, conhecido como Decreto das Participações Governamentais, regulamentou os artigos 45 a 51 da Lei do Petróleo, definindo os critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais.

Os royalties, assim definidos, constituem-se, então, em uma compensação financeira à União, incidente sobre o valor total da produção de óleo e gás. Devem ser pagos mensalmente, correspondentes a cada campo. Em geral, a alíquota desse tributo é de 10% sobre o valor da produção, avaliada de acordo com um preço de referência calculado pela média ponderada dos preços de venda no mercado ou por um preço mínimo fixado pela ANP, utilizando-se o maior valor. Esse preço mínimo é definido pela utilização de uma cesta-padrão composta por até quatro tipos de

petróleos similares cotados no mercado internacional, segundo informações prestadas pelo concessionário sobre a qualidade de seu óleo. Uma regra similar estabelece preços para o gás natural para efeitos de pagamentos de royalties, só que, neste caso, não há preço mínimo calculado pela ANP: o preço do gás natural é a média ponderada dos preços praticada no mercado, deduzidas as tarifas de transportes e demais tributos incidentes.

O conceito de campo de petróleo é fornecido pela Lei do Petróleo em seu artigo 6, inciso IV, qual seja: “área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção”. Gutman e Leite (2003) apontam que o conceito de campo possui certa complexidade por considerar aspectos geológicos, econômicos ou de engenharia, sendo definido por uma área geográfica. Sua área de operação é regida por um contrato de concessão celebrado entre a ANP e a concessionária que detém os direitos de produção de petróleo e gás natural naquele campo. Esse contrato disporá, entre outros itens, sobre a alíquota dos royalties aplicável ao campo.

Entre os beneficiários indiretos está o conjunto de municípios dos estados confrontantes com campos petrolíferos. Esses municípios são beneficiários indiretos porque recebem 25% de toda a receita de royalties transferida aos estados. O critério para rateio desses recursos entre os municípios é o mesmo utilizado para rateio da cota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

As participações especiais - PE, por sua vez, caracterizam-se por compensações extraordinárias ao governo resultantes de casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, com relação a cada campo de uma área de concessão. A apuração desse imposto é feita pela aplicação de alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, isto é, a receita bruta deduzidos os royalties, os investimentos exploratórios, os custos operacionais, a depreciação e os tributos legais. Tais alíquotas dependem da localização da lavra, do número de anos da produção e do respectivo volume trimestral de produção fiscalizada. A apuração do imposto deve ser realizada pelo próprio concessionário, que deve encaminhar à ANP os demonstrativos de produção e os respectivos comprovantes de recolhimento.

A PE foi introduzida na legislação a partir da Lei Nº 9.478/97, a Lei do Petróleo,

tendo sido regulamentada pelo Decreto Nº 2.705, de 03 de novembro de 1998, o Decreto das Participações Especiais. Os recursos provenientes das participações especiais, independentemente do local de prospecção, devem ser distribuídos da seguinte forma, segundo a Lei do Petróleo:

- 40% para o Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica de prospecção de petróleo e gás natural, promovido pela ANP;
- 40% para o estado em que ocorrer a produção;
- 10% para o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados a projetos ambientais e recuperação de danos provocados pela atividade petrolífera;
- 10% para o município produtor.

Em termos concretos, o Município de Coari sai de uma economia extrativista para uma economia monetarista. Para analisar a formação territorial e sua íntima ligação com os aspectos territoriais amazônicos, o espaço vivido, do rural e do urbano, e a formação de um enclave econômico, centralizado na prefeitura, a partir dos royalties do petróleo, serão os aspectos evidenciados para entender as transformações territoriais.

Um dos elementos mais instigantes ao estudar o Município de Coari é a influência que o dinheiro gerou nas estratégias de desenvolvimento regional, entendendo o território como “território usado” (SANTOS, 2006), o lugar onde as pessoas residem, onde trabalham e estudam. Dessa forma, o dinheiro aparece como categoria importante, em que o escambo já não responde às necessidades econômicas de determinada região.

A partir da Lei nº 9.478/1997, a alíquota de royalties é elevada para 10% da produção de petróleo e gás natural, podendo ser reduzida até um patamar mínimo de 5%, ficando o percentual variável a ser determinado no edital de licitação (BRASIL, 2010):

Art. 47. Os royalties serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural.

§ 1º Tendo em conta os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes, a ANP poderá prever, no edital de licitação correspondente, a redução do valor dos royalties estabelecido no caput deste artigo para um montante correspondente a, no mínimo, cinco por cento da

produção.

§ 2º Os critérios para o cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 3º A queima de gás em flares, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do concessionário serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos royalties devidos

‘A lei estabelece que a parcela de royalties até 5% deve seguir os procedimentos determinados na Lei no 7.990/1989 e pelo Decreto no 1/1991, ficando a parcela superior aos 5%, a ser determinada através de decreto do Presidente da República’. (BRASIL, 2010).

Com a ampliação das trocas comerciais, o dinheiro passa a ser um elemento importante. Ele aparece como regulador das trocas comerciais e, aos poucos, vai ganhando status de fim em si mesmo, deixando de lado o papel de troca, para o papel de uso. Quando o comércio internacional passa ser um elemento fundamental na economia, ele ganha um novo elemento que é a circulação e, ao mesmo tempo, torna-se elemento vital na sobrevivência das pessoas e das nações. A partir do momento em que os estados nacionais passam a reger as relações monetárias, o dinheiro pode ser regulado, podendo ser priorizado em determinadas regiões, deixando de ser importante em outros locais. No caso dos municípios do interior do Amazonas, o escambo sempre foi um fator econômico forte. Em Coari, a partir da chegada do dinheiro do petróleo, essa realidade econômica começa a ser modificada.

Para entender a importância que o dinheiro passou a ter em Coari a partir do momento que começou a acessar os recursos financeiros dos royalties, utilizar-se-ão alguns indicadores produzidos pelo programa de monitoramento socioambiental voltado às atividades de produção e transporte de petróleo e gás natural oriundos de Urucu (em Coari), o projeto Piatam, além de informações cedidas a partir das pesquisas de campo junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Esse Instituto é responsável pela Extensão Rural no Estado do Amazonas

O Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia - I-Piatam desenvolveu competência e excelência na elaboração de pesquisa na região Amazônica. Em 2000, como um projeto da Universidade Federal do Amazonas, com financiamento do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural – CT Petro, gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos -Finep, com a adesão posterior da Petróleo Brasileiro SA e com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, do

Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – Coppe, da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e da universidade norte-americana Washington and Lee, o Projeto Piatam elaborou diagnósticos sociodemográficos domiciliares e individuais das comunidades afetadas pelo gasoduto.

As pessoas que usufruem dos investimentos da exploração do petróleo em Coari foram as que pertenciam às famílias extrativistas, as chamadas populações tradicionais. As populações atualmente consideradas tradicionais são aquelas que apresentam um padrão de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados, principalmente, para a agricultura familiar, com fraca ou rara articulação com os mercados mais próximos, e cujo saber praticado é proveniente de conhecimentos patrimoniais. Essas populações, entre as quais está se considerando aqui especialmente os ribeirinhos amazônicos, baseiam-se em técnicas de lavoura herdadas e adaptadas de seus ancestrais povos indígenas, bem como no uso intensivo de mão de obra dos membros familiares.

As categorias analíticas como “caboclo” e “ribeirinho” são usadas para estabelecer uma classificação destas populações diante da diversidade de formas de organização social e interação com o ambiente e as paisagens. Alguns estudos dão ênfase ao meio ambiente, especialmente às várzeas e às áreas ribeirinhas, como um fator para compreender as particularidades do modo de vida que ali se desenvolve (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006), aprofundando ou ampliando as abordagens desenvolvidas pelos pioneiros sobre populações tradicionais dos rios da Amazônia realizadas por Charles Wagley (1957) e Eduardo Galvão (1976), que se situam no campo de estudos de comunidade.

As paisagens das planícies alagáveis da Amazônia são caracterizadas por mudanças sazonais, ritmadas pelos regimes de enchente e vazante das águas dos rios e são alteradas por diversos fatores que transformam sua morfologia quando, de um ano para outro, ocorre a erosão – destruição de terrenos levados pelas águas – e a sedimentação – que permite a formação de novas ilhas e praias. Esse ritmo e o movimento das águas são os dois elementos estruturais nesse ecossistema. É um eterno devir, acionando os ribeirinhos a conviverem com este sistema.

Pretende-se, dessa forma, responder às seguintes perguntas: como os moradores das comunidades próximas da sede do Município foram impactados nas transformações territoriais? De que maneira este estudo dos coletivos (humanos, não

humanos) permite entender a nova relação com o dinheiro proposta a partir da chegada das novas relações capital e trabalho em Coari?

No período 2000/2005, o crescimento foi de 26% (período intermediário entre a construção dos gasodutos Urucu-Coari e Coari-Manaus). Assim sendo, os dados confirmam que o incremento populacional esteve diretamente relacionado à intensificação das atividades da Petrobras e à construção do gasoduto Urucu-Coari.

Figura 21: Área de influência do Gasoduto Coari/Manaus



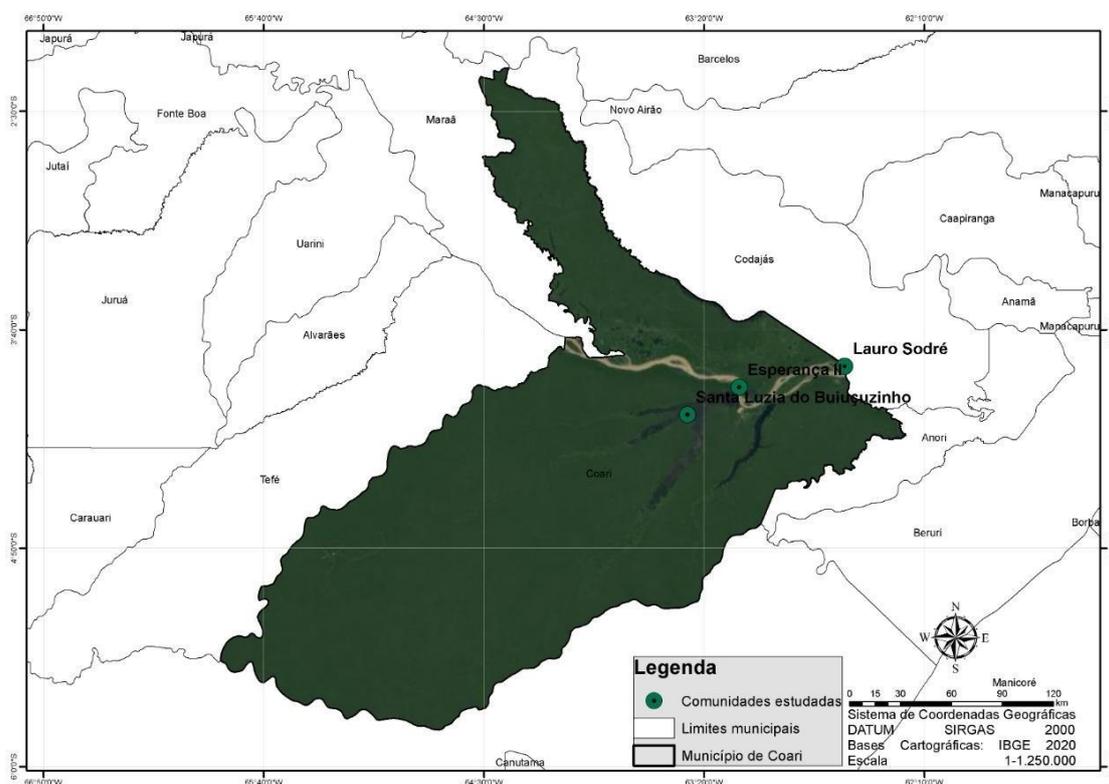
Fonte: Arquivo pessoal de Archipo Goés.

Serão apresentadas, a partir daqui, características das famílias extrativistas que foram impactadas pela construção do gasoduto Coari/Manaus, especialmente os moradores das várzeas amazônicas¹⁴. Na várzea como lugar de vivência, estão inscritas as totalidades e particularidades de cada comunidade que produz e reproduz o seu território. Nessa perspectiva, os ribeirinhos de Coari enxergam o seu o território como o “nosso lugar”. Assim sendo, o lugar configura-se como a porção do espaço apropriável para a vida, que revela o plano da microescala: o vilarejo, o arraial, a roça, os currais e/ou lagos de pesca, o pequeno e restrito comércio, dentre outros. Um fator determinante são os princípios de solidariedade ou de compadrio. Nessa solidariedade, reconhecem-se como iguais na de linguagem, na cosmovisão do

¹⁴ Os rios da Amazônia estão sujeitos a um período de enchente e vazantes, momento no qual a água transborda dos seus leitos e invade as áreas marginais, inundando-as em diferentes graus de intensidade. As áreas marginais inundadas periodicamente pelas águas de rios, lagos, igarapés, paranás e furos que são denominados terreno de várzea, muito utilizados para a agricultura.

mundo urbano e sentem, realmente, como se fossem o “nós daqui do interior”.

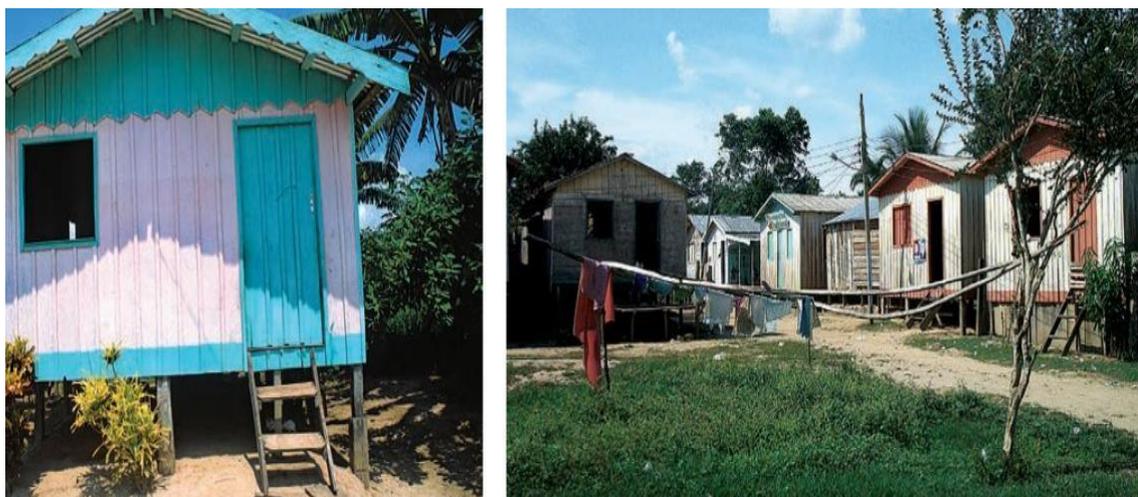
Figura 22: Mapa da Comunidades estudadas



Fonte: Bases Cartográficas do IBGE, 2020.

As comunidades mais impactadas pela construção do gasoduto em Coari foram Lauro Sodré, Esperança II e Santa Luzia do Buiúzinho. O chamado ethos de vida do ribeirinho, manifesta-se na arquitetura das casas, nas diferentes religiosidades, nas festas, no campo de futebol, nos flutuantes, no fenótipo das pessoas.

Figura 23: A arquitetura das casas



Fonte: Piatam, 2006.

Figura 24: A arquitetura das casas



Fonte- Piatam, 2006

Tabela 10: Número de dormitórios nas comunidades estudadas

NÚMERO DE DORMITÓRIOS	NÚMERO DE MORADORES POR DORMITÓRIO			Total	Números absolutos
	Até 3	4 a 6	7 ou mais		
1 cômodo	8,0	14,5	5,8	28,4	558
2 cômodos	4,3	18,0	19,9	42,3	832
3 cômodos ou mais	2,3	9,3	16,6	28,2	555
Sem informação	0,2	0,6	0,4	1,1	22
Total	14,8	42,5	42,8	100,0	-
NÚMEROS ABSOLUTOS	291	835	841	1.967	-

Fonte: PIATAM (2011).

Um dos elementos mais importantes para entender a relação homem- natureza são as condições de habitabilidade, cujas características são: I) as moradias ribeirinhas apresentam estilos associados a uma arquitetura típica amazônica, cujas casas são predominantemente simples - de taipas/madeiras, palafitas - e localizadas em ambientes de terra firme ou várzea; II) o principal material utilizado (madeira) para a construção provém do próprio meio em que vivem. A madeira é utilizada tanto para a construção das paredes quanto para o piso das moradias, sendo a cobertura em sua maioria de telha de zinco; III) a infraestrutura básica dessas comunidades não atende às necessidades coletivas de abastecimento de água, redes de drenagem de esgotos, distribuição de energia elétrica e coleta de lixo, exigindo investimentos nestes sistemas.

Tabela 10: Principais espécies encontradas nos quintais para subsistência e comercialização

Produtos	Comunidades
Acerola	Lauro Sodré e Esperança II
Manga	Lauro Sodré e Esperança II
Capim pro Gado	Lauro Sodré e Esperança II
Erva Cidreira	Lauro Sodré e Esperança II
Jambo	Lauro Sodré e Esperança II
Rambutã	Lauro Sodré e Esperança II
Banana	Santa Luzia do Buiçuzinho
Pimenta de Cheiro	Lauro Sodré e Esperança II
Pimenta Ardosa	Lauro Sodré e Esperança II
Citros	Santa Luzia do Buiçuzinho
Mangarataia	Lauro Sodré e Esperança II
Graviola	Lauro Sodré e Esperança II
Graviola	Lauro Sodré e Esperança II
Abacate	Lauro Sodré e Esperança II
Abacaxi	Lauro Sodré e Esperança II
Coco	Santa Luzia do Buiçuzinho
Ingá	Lauro Sodré e Esperança II
Cupuaçu	Santa Luzia do Buiçuzinho

Fonte: IDAM 2021.

Tabela 11: Ocorrência de criação de animais nas comunidades

Animais domésticos	Comunidades
Pato, galinha, suínos, bovinos, peixes, abelhas indígenas sem ferrão, caprinos e ovinos, cachorro, gato, equídeos,	Lauro Sodré , Esperança II e Santa Luzia do Buiçuzinho

Fonte: IDAM, 2021.

Tabela 12: Frequência de espécies frutíferas distribuídas nas áreas de roça e quintal nas três comunidades

Cultivos	Área média de cultivo/HC	Produção Média	Unidade
Farinha	250	12.500	sacas de 60 kg
Banana	14	14.000	cacho
Macaxeira	60	9.960	sacas de 60 kg
Malva	20	4	toneladas
Melancia	10	40.00	frutos
Milho	5	30.000	espigas
Cebolinha	3	750,000	maço
Feijão	6	4.800	kg
Jerimum	10	140 TON	unidade
Cheiro verde	4	100.000	maço
Maracujá	7	70 TON	frutos
Pimenta	3	24.000	kg
Juta	-	-	toneladas
Maxixe	5	25.000	kg

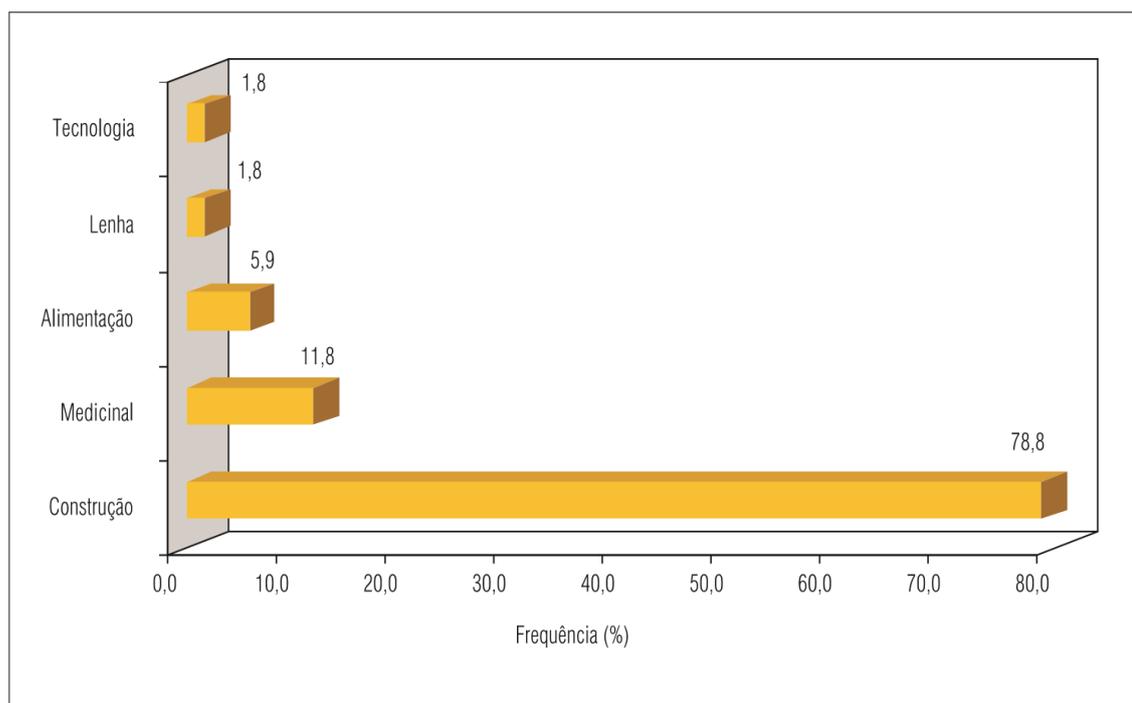
Fonte: IDAM, 2021.

Entre as principais características pelas quais se pode considerar ambientalmente sustentável o modo de vida dos ribeirinhos está a forma como usam o solo e sua relação com a natureza. As comunidades Lauro Sodré, Esperança II e Santa Luzia do Buiúzinho utilizam, no máximo, quatro hectares para sua produção. Muito da proteína animal que os ribeirinhos consomem vem da caça e da pesca que, quase sempre, não é predatória, além da adaptabilidade aos regimes das enchentes e das vazantes dos rios. Outro fator importante é o uso da floresta para a construção de casas, canoas e outros. Quase sempre os ribeirinhos usam a madeira com o objetivo de atender às necessidades de subsistência. Poucos usam com objetivo de obter acumulação de capital, como se pode observar nas tabelas abaixo.

Tabela 13: Produção agroextrativista de Terra Firme

LAURO SODRÉ – área de várzea		ESPERANÇA II – área de várzea		SANTA LUZIA DO BUIUÇUZINHO – Área de Terra Firme	
Cacau	10,0 ha	Cacau	2,0 ha		
Cupuaçu	5,0 ha	Cupuaçu	3,0 ha	Cupuaçu	3,0 ha
Coco	2,0 ha	Coco	2,0 ha	Coco	2,0 ha
Mamão	3,0 ha	Mamão	3,0 ha	Banana	5,0 ha
Maracujá	2,0 ha	Maracujá	5,0 ha		
Banana	15,0 ha	Banana	10,0 ha		
Melancia	5,0 ha	Melancia	5,0 ha		

Fonte - IDAM, 2021.

Gráfico 02: Frequência relativa das finalidades das espécies florestais

Fonte: IDAM, 2011.

Tabela 14: Origem dos rendimentos dos moradores, ano 2006

Origem dos rendimentos	Número de moradores	% em relação ao total
Trabalho assalariado	96	6,3
Aposentadoria, pensão ou salário-desemprego	99	6,5
Bolsa-família ou outros auxílios do governo	141	9,2
Trabalho não-assalariado	434	28,3
Outra	131	8,5
Sem rendimento	630	41,1
Não sabe	3	0,2
TOTAL DE RESIDENTES	1534	100,0

Fonte: Projeto I-Piatam, 2006.

Segundo dados sobre a questão da comercialização dos excedentes sobre os produtos comercializados pelos ribeirinhos, a sua grande maioria mantém o modelo tradicional de comercialização na Amazônia. Nesse modelo aparece a figura do Marreteiro, que é um pequeno comerciante que compra ou troca os produtos dos ribeirinhos por produtos de uso cotidiano, especialmente ferramentas que são utilizadas na agricultura, panelas e produtos domésticos. Outros elementos que aparecem são os atravessadores ou feirantes, que compram a produção dos

ribeirinhos e levam para vender nas feiras das cidades, além da figura do Regatão, que, apesar de aparecer em número bastante reduzido, especialmente em virtude da crise da borracha, ainda existe. Troca ou vende seus produtos agroindustrializados, como sal, fósforo, especialmente produtos da floresta e pescado. Além desses comerciantes, alguns ribeirinhos que possuem algum tipo de transporte levam seus produtos para as feiras. Muitos dos regatões se tornaram patrões de produtos exclusivos da floresta, como a castanha-do-brasil, peixe, açaí, madeira. Esses patrões encomendam a produção, financiam alguns equipamentos (terçado, gelo, isopor etc.) para que, no período da safra, comprem a produção. Quase sempre essa produção vai para outros estados do Brasil ou para exportação e, assim, mantém-se o modelo extrativista presente há 200 anos na Amazônia. Em nível de análise social, é complexo afirmar qual a origem exata dos rendimentos das famílias, em virtude da diversidade de atividades que realizam ao longo do ano. São pescadores, plantam alguns alimentos, caçam, pescam e alguns vivem do sistema de complementação de renda do governo.

4.3 A alteração econômica em virtude do acesso ao dinheiro da Petrobras

Um dos elementos mais instigantes ao estudar o Município de Coari é a influência que o dinheiro gerou nas estratégias de desenvolvimento regional. Entendendo o território como “território usado” (Santos, 1988), o lugar onde as pessoas residem, trabalham e estudam, o dinheiro aparece como categoria importante, sendo que o escambo, que é uma relação muito presente na Amazônia, já não responde às necessidades econômicas de determinada região. Com a chegada dos recursos dos royalties do petróleo, ocorreu a ampliação das trocas comerciais, e o dinheiro passou ser um elemento importante, aparecendo como regulador das trocas comerciais. Assim, aos poucos, foi ganhando status de fim em si mesmo, deixando de lado o papel de troca, substituído pelo papel de uso.

Os royalties pagos pela Petrobras ao Município de Coari são uma compensação à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. Essa compensação não é um tributo, pois tributos são valores cobrados para fazer frente a custos do estado na prestação de serviços de segurança, educação, saúde etc. (Lima, 2005). A legislação brasileira, em seu artigo 11, do Decreto nº 2.705/1998, define

royalties como: “compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, e serão pagos mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção” (BRASIL, 2010).

Os royalties em Coari são os recursos mais importantes para a arrecadação municipal, apesar das receitas municipais não se a eles, pois a Constituição Federal de 1988 estabelece que os entes federativos regulamentem entre si as suas receitas tributárias. Por exemplo, no caso do ICMS, o inciso IV, do art. 158, da CF de 1988 estabelece que 25% do arrecadado pertence aos municípios.

Apresenta-se, na Tabela 16, as informações sobre os recursos financeiros dos royalties do petróleo repassados pela Petrobras ao Município de Coari desde o ano de 1994 a 2009 (15 anos). O propósito é apresentar como o acesso aos recursos financeiros alterou a territorialidade deste Município.

Tabela 15: Arrecadação de royalties nos anos 1994 a 2005

Arrecadação anual líquida de Royalties repassada ao Município de Coari/AM (em R\$ 1,00)					
1994	1995	1996	1997	1998	1999
871.188,52	1.428.708,77	3.454.154,58	7.146.859,54	8.300.927,64	6.460.919,74
2000	2001	2002	2003	2004	2005
15.449.356,06	19.143.801,10	22.405.387,67	29.018.847,10	37.547.252,94	46.608.715,17
2006	2007	2008	2009		
101.699.754,06	90.346.421,24	119.062.397,88	91.015.059,52		

Fonte: ANP, 2021. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>> Acesso em: 21 set. 2021.

A primeira grande alteração no território foi a migração de ribeirinhos das comunidades próximas para a sede do Município. Coari sai de uma população de 38.678 habitantes, em 1991, para 67.096 habitantes em 2000, apresentando um crescimento populacional muito superior à média nacional brasileira registrada no mesmo período. Conforme dados referentes ao ano de 2010, o censo demográfico oficial indica que a população do Município de Coari contava com 75.965 habitantes, contingente distribuído em 49.651 residentes na zona urbana e 26.314, na zona rural. Em termos percentuais, isso representa 65% dos que residem no perímetro urbano e 35% dos que vivem em zonas rurais da cidade (IBGE, 2010). A sede municipal tem a maior concentração populacional, podendo, com isso, ser considerada uma relação híbrida entre o rural e o urbano. No caso de Coari, as análises espaciais de rural e urbano se entrecruzam, fortemente influenciadas pelo acesso aos recursos

financeiros dos royalties do petróleo. Quando se aborda a definição de urbano e rural na Amazônia, abre-se uma janela para questões metodológicas que devem ser apresentadas: Qual o “rural” que está sendo referido? O que se entende por aspectos rurais e urbanos na Amazônia? Onde o rural e o urbano se entrecruzam na Amazônia brasileira?

A infraestrutura do Município de Coari, desde o ano de 1996, resulta dos abundantes recursos repassados pelos royalties; isso porque 83,4% das receitas são oriundas de fontes externas. Em 2015, o salário médio mensal no Município era de 3,4 salários mínimos, constituindo a maior renda entre os municípios do Estado do Amazonas. Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil média, no Município, era de 18,24 para 1.000 nascidos vivos, ficando na 27ª posição entre os 62 municípios do Estado. A cidade saiu de uma população de 14.787 habitantes, em 1980, para mais de 75.000, em 2010. Isso representa um crescimento superior a 300% em apenas 25 anos (IBGE, 2010a).

À medida que se apresentam as características proeminentes das comunidades rurais próximas de Coari, faz-se necessário apresentar as alterações ocorridas no Município em virtude de seu aumento populacional: na carência de infraestrutura, na alteração da mobilidade urbana e na alteração do sistema de transporte. O Município, que tinha sua economia baseada no extrativismo e na agricultura familiar, especialmente na produção de banana, apresenta uma transformação na expansão urbana com a chegada de trabalhadores para o terminal petrolífero e migração de ribeirinhos para a sede do Município. A partir deste boom populacional, a área mais afetada é a capacidade de suporte da infraestrutura da cidade. Como fornecer energia elétrica, água, esgoto, coleta de lixo, ruas com infraestrutura, educação e saúde para toda essa população? Apresentar-se-á, a partir daqui, alguns dados sobre as alterações territoriais que ocorreram em virtude dos repasses dos royalties.

4.4 Trabalho, emprego e renda em Coari

Segundo Soler (2009), com a chegada da indústria petrolífera e dos repasses de royalties direto aos cofres da prefeitura de Coari, a geração de emprego e renda no Município se concentrou nesse ente público. Considerando que a população, em

2005, era de 84.309 habitantes e a prefeitura tinha 7.000 servidores, constata-se que ela empregava 8,5% dos munícipes. Desse total, apenas 473 haviam ingressado por meio de concurso público, ou seja, mais de 6.000 servidores não possuíam estabilidade em seu trabalho (Soler, 2009, p. 5).

[...] Devido a uma conjuntura política e institucional que transcende as atribuições da Petrobras, essa exploração econômica, indiretamente, está sendo mais um elemento causador de processos migratórios antrópicos, de assentamentos precários e de desenraizamentos de comunidades rurais de seus sítios de origem. (Almeida, 2005, p. 89).

Segundo Haoxovell de Lira (2013), a conjuntura política local se apresenta com uma maioria da população despolitizada, carente de mobilização social e de busca por melhorias de bens, serviços e outros ganhos coletivos. Por conta disso, mantém-se um círculo vicioso de politicagem, assistencialismo, atos de caridade e benemerência, que se retroalimenta a partir da relação sociedade e representantes políticos, de modo a perpetuar as relações de dominação, de exclusão social e de insustentabilidade em diversos níveis.

A prática do “apadrinhamento” é muito comum em Coari (quase generalizada), caracterizando-se pela “doação”, por representantes dos poderes executivo e legislativo municipal, de cestas básicas de alimentação, kit gás, passagens de barco (e até de avião) por algumas empresas com as quais a prefeitura possui convênio, ou mesmo dinheiro em espécie. Além desses artifícios, há, sobretudo, a oferta de emprego (sem concurso público, inclusive deixando os servidores, às vezes, “à disposição”, ou seja, eles ficam à disposição de determinado político, o que, na verdade, representa “ficar em casa sem trabalhar” e recebendo os vencimentos normalmente, como se estivesse na ativa. Vale ainda referir, com base em Lira (2013), que, nas instituições vinculadas à prefeitura de Coari, há grupos de pessoas que trocam votos por favores.

Essa dependência de emprego via prefeitura torna esse ente público o maior empregador, o qual usa deste poder econômico em benefício político. Para citar como isso acontece na prática, vale elucidar que o atual prefeito (2019) é filho de um ex-prefeito, o qual já havia sido eleito por três mandatos, ou seja, criou-se uma oligarquia política no Município.

As eleições municipais, depois do fim da ditadura militar no Brasil, começaram

no início dos anos 1980. No entanto, desde o início dos anos 2000, uma única família domina o poder municipal em Coari. Manuel Adail Amaral Pinheiro foi eleito por dois mandatos consecutivos, de 2001 a 2008, e eleito novamente para o terceiro mandato em 2012. Pouco antes do pleito de 2012, Adail Pinheiro era considerado inelegível, em razão de diversas condenações judiciais e processos em que era réu, respondendo por delitos de naturezas diversas, tais como: irregularidades na aplicação de verbas do Sistema Único de Saúde - SUS, do Fundo Nacional de Saúde - FNS e do Ministério do Meio Ambiente - MMA, problemas com o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM etc. Apesar de condenado e réu em dezenas de processos, Adail Pinheiro conseguiu disputar a eleição por decisão judicial, vencendo o pleito de 2012.

No início de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJ/AM decretou a prisão preventiva do prefeito de Coari por fazer parte de uma rede de aliciadores de prostituição infantil. Adail Pinheiro cumpriu pena em regime fechado no Comando de Policiamento Especializado - CPE e, em 2016, foi transferido para o Complexo Penitenciário Anísio Jobim -Compaj, onde, em dezembro do mesmo ano, progrediu do regime fechado para o semiaberto (TJ-AM, 2020).

O fato das finanças públicas municipais serem dependentes das receitas do petróleo, em especial, dos royalties, demonstra a tendência de se manterem como economias rentistas. Nesse contexto, a oscilação no preço e na produção do petróleo implica instabilidade orçamentária, o que consiste em uma ameaça ao crescimento e ao desenvolvimento. A perda dessas receitas devido à queda dos preços da commodity é uma restrição do mercado desta matéria-prima (SANTANA, 2017, p. 167).

Outro exemplo do poder econômico da prefeitura de Coari está nas comunidades rurais. Coari possui 287 comunidades, na sua grande maioria, criadas por decisão da prefeitura, que instituiu um salário mínimo para cada líder comunitário, gerando uma disputa nas comunidades por esses cargos e, ao mesmo tempo, deixando esses líderes na dependência econômica e política dos repasses municipais. Essa cobiça pelo acesso aos recursos financeiros gerou uma grande competição para alcançar postos políticos na administração pública municipal, controlar o fluxo de informações e a circulação de bens e serviços, que passaram a ser alvo da elite local, fazendo surgir aquilo que a ciência política conceitua como elite

dominante.

4.5 Abastecimento de água e saneamento básico

Com o aumento populacional, o acesso à moradia, à água e ao saneamento básico se faz urgente no Município. Em Coari, o abastecimento de água é operacionalizado e administrado pela Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari – Caesc - Autárquica Municipal. De acordo com o IBGE (2011), em 2010, 26,8% dos domicílios tinham acesso à rede de água geral e 41,1% possuíam formas de esgotamento sanitário considerado adequado. A secretaria de Obras da Prefeitura de Coari, durante a pesquisa de campo, informou que somente alguns bairros possuem esgotamento sanitário, por exemplo, Urucu, União e Chagas Aguiar, embora funcionando de forma precária, com canos expostos. Outros, como o Bairro Liberdade, não possuem tubulação que propicie o esgotamento sanitário, escoando diretamente nos quintais ou igarapés. No entanto, a rede de esgoto existente em Coari não possui saída para a estação de tratamento, mas sim uma saída para os igarapés da cidade. Oliveira (2012), em sua pesquisa realizada no Município de Coari, afirma que, com relação ao esgotamento sanitário das águas servidas e banheiros, dados revelaram que 73% dos domicílios pesquisados lançam o esgoto direto no canal, 23% apresentam sistema de esgoto canalizado, apesar de se tratar de um sistema ineficiente. Em 4% das unidades habitacionais existem fossas negras, indicando que, em alguns pontos da bacia, ocorre contaminação por fezes e águas servidas.

Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), a respeito dos domicílios em áreas urbanas por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, a realidade desse serviço apresenta um índice baixo em relação à população existente.

O Município possui um aterro sanitário que foi inaugurado em 2007 e que ainda não está em operação por não possuir a licença ambiental e que, provavelmente, não vai funcionar, pois fica muito próximo do aeroporto. “[...] orçado em R\$ 1,5 milhões, encontra-se inoperante e ocupa uma área de 25 hectares” (Mota, 2014, p.111). Dessa forma, o lixo continua sendo jogado no lixão que fica a 500 metros do aterro sanitário, um verdadeiro desperdício dos recursos público.

Segundo Situba, (2017) em sua dissertação de mestrado, “Entre ruas,

calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari – Amazonas”, realiza uma análise pormenorizada da questão da limpeza pública em Coari. Assim como a maioria dos municípios do Amazonas, Coari põe toda a efetividade da ação de limpeza pública na gestão municipal, existindo poucas instituições da sociedade local que participem da coleta de resíduos sólidos, somente uma associação. A municipalidade tenta realizar a coleta e limpeza, no entanto, Coari é uma cidade que aumentou sua população nos últimos 15 anos, muitos moravam nas comunidades onde a limpeza, a coleta de lixo não existe e a convivência com outras pessoas em um espaço restrito é algo de muito novo e problemático. Dessa forma, a cultura urbana ainda não se impregnou. Os espaços públicos se encontram em más condições de uso no que tange à limpeza e à infraestrutura (raros são arborizados); a limpeza urbana carece de investimentos, mas, no caso de Coari precisam ser distribuídos de forma equitativa.

4.6 A mobilidade urbana em Coari

Com a urbanização acelerada a partir da década de 1970, a frota de veículos no Amazonas, no comparativo do período entre 1991 até 2000, cresceu 35,9%. Já entre os anos de 2000 e 2010, o crescimento foi de 187,9% (AMBEV, 2014). Dessa forma, com o crescimento do ano de 2001 a 2012, ocorreu um aumento de 217% no número de veículos no Amazonas, sendo que 500% foram de motocicletas.

A motocicleta tornou-se um dos principais impulsionadores para o aumento da frota de veículos no Amazonas. Isso se deve ao baixo custo de aquisição, manutenção, comodidade em realizar viagens de porta a porta, facilidade para estacionar e baixo consumo de combustível. Como não existem estradas que liguem o Município de Coari a outros municípios, a motocicleta é usada especialmente no perímetro urbano. Possuir uma motocicleta em Coari representa status social e um novo estilo de vida.

Conforme Leite (2013), o que chama a atenção é a inserção da motocicleta na vida cotidiana dessa população. No caso das cidades do interior do Amazonas, a motocicleta tornou-se um sonho de consumo. Além de facilitar a mobilidade (não existem linhas de ônibus nelas), é sobre a motocicleta que as pessoas conversam no trânsito, como se estivessem em uma caminhada, vão para o trabalho, fazem

compras; ela é um item necessário para o flerte.

[...] a cidade gira em torno da motocicleta. Assim no caso do Amazonas, a motocicleta se tornou muito mais que uma forma de deslocamento; ela faz parte de um sistema muito mais profundo e subjetivo de produção e reprodução do convívio social na cidade, modificando os hábitos de consumo. deslocamentos por diversos terrenos e a ausência de transporte público. É visível a falta de adequação das calçadas e de sinalização (vertical e horizontal), na cidade. (LEITE, 2013. p 14).

Em Coari existe somente uma ciclovia que dá acesso ao aeroporto (em péssimo estado de manutenção). As ruas e avenidas de Coari quase todas não possuem calçadas, obrigando o pedestre a andar no meio da rua se desviando de carros e motos. A cidade tem pouca sinalização e, na que existe, não são feitas as manutenções e a maioria do povo não segue as indicações das regras de trânsito.

Assim como a maioria das cidades do interior do Amazonas, Coari não tem transporte público coletivo, contribuindo para a existência do serviço de mototáxi, sendo que a grande maioria dos mototaxistas não tem a Carteira Nacional de Habilitação - CNH e nem equipamentos de segurança (o uso de capacete é raríssimo), muitos são filiados a cooperativas que são cadastradas na prefeitura. O único transporte coletivo particular de Coari é o serviço de micro-ônibus, exclusivo para os estudantes do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Amazonas - Ifam, que circulavam em horários predefinidos: 6:30 h, 12:00 h, 13:00 h e 17:00 h.

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito - Denatram (2016), no que se refere à quantidade de veículos para cada 10 habitantes, de um total de 1,2 veículos/10 habitantes, somente a motocicleta representa 1,1. A maior parte dos veículos emplacados em Coari é de motocicletas. Como a cidade possui muitos aclives e declives nas áreas adjacentes ao igarapé do Espírito Santo, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, da escola da Polícia Militar, do cemitério e, ao lado da Diocese, na área central de Coari, nota-se claramente uma preferência por veículos motorizados (93.1%), enquanto 6,9% é por não motorizados (SILVA, 2016).

No que tange à mobilidade urbana, o Município de Coari não difere de outros municípios do Amazonas. Uso abundante de mototáxi como transporte coletivo e, no caso de Coari, em virtude de sua topografia de aclives e declives, esse uso é ampliado, poucas pessoas usam a bicicleta ou se deslocam a pé. Além desse aspecto, uma boa parte da população possui algum tipo de renda, contribuindo para um maior

uso do serviço de mototáxi.

4.7 A questão da alteração das moradias em Coari: cidade flutuante e terra firme

O rio comanda a vida na Amazônia e, em Coari, não poderia ser diferente. Na orla da cidade existem centenas de casas flutuantes. A residência sobre o rio é característica específica da Amazônia. Segundo Oliveira (2008), a hidrografia na Amazônia influencia, de certo modo, a morfologia da cidade, configurando o hibridismo urbano e rural, defendido nesta tese, sobre as alterações territoriais em Coari. Apesar de legalmente toda orla dos rios pertencerem à União Federal¹⁵, a ocupação destas áreas é feita sem nenhum controle de política pública.

Com a chegada das empresas contratadas pela Petrobras para a construção do terminal petrolífero e do gasoduto Coari/Manaus, surgiu a possibilidade de empregabilidade e, como já foi apresentado ao longo desta tese, ocorreu a explosão demográfica, e um dos locais procurados para a construção de habitações foi ao longo dos rios que margeiam a cidade, onde qualquer pessoa ou família podia chegar, mesmo sem pedir permissão. Conforme Tiago (2014, p. 34) “é como se as águas correntes dos rios trouxessem as pessoas, e as pessoas se deixassem ser levadas. Coari serve como cenário desse tipo de moradia onde a vida acontece naturalmente”. Essas casas flutuantes da Amazônia são um verdadeiro exemplo de uma modernidade líquida de Baumann. Elas não necessitam de documentos de posse ou propriedade, porque se trata de um “espaço líquido”, considerado um espaço público e sem dono. Então, aqueles que compraram ou construíram sua casa flutuante são os verdadeiros donos.

Quando se chega à cidade de Coari por via fluvial, pode-se observar várias casas na entrada do Lago de Coari, iniciando no bairro conhecido como Pera, indo até o bairro Nazaré Pinheiro, conforme figura 25.

¹⁵ A posse das águas no Brasil encontra-se amparada no item III do Artigo 20 da Constituição Federal de 1988, que relaciona como bens da União —os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio. No entanto, as águas dos rios não apresentam uma preocupação jurídica em nível nacional para sua ocupação, e a Lei Federal vigente nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, dispõe somente sobre a regularização fundiária das ocupações em terra situada em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, não apresentando qualquer citação sobre a ocupação das águas dos rios.

Figura 25: Orla da cidade de Coari-AM



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Zona Rural de Coari, efetuado no mês de Maio de 2013, existiam em torno de 132 unidades domésticas flutuantes, sem contar com os flutuantes comerciais. Vale ressaltar que as casas são móveis e dependem das vazantes e cheias do Rio Solimões. Durante as cheias que inundam as várzeas, ficam em determinado local, quando chega a vazante, necessitam de rebocadores para movimentar as casas para próximo das águas dos rios. O custo dessa movimentação é alto para famílias pobres e de baixo poder aquisitivo, ficando, às vezes, nas próprias várzeas.

Figura 26: Casa flutuante sendo transportada por rebocador



Fonte: Dissertação Tiago, E.R., 2013.

As casas estão aglomeradas na orla e ficam a uma distância de 3 metros entre casas, quase sempre são parentes que moram próximo e que vieram de alguma comunidade rural. São casas com características bem regionais e muito similares às casas de terra firme, feitas de madeiras diversas, sendo cada espécie apropriada para um diferente tipo de arquitetura. A piranheira é apropriada para fazer as vigas, que servem como as colunas de uma casa de alvenaria. A madeira assacu é usada para a flutuação da casa, servindo como boia. O gitó serve para as paredes e o assoalho. A estrutura da casa tem uma base de suporte submersa chamada poita, um tipo de ancora. As boias são amarradas com cabos de aço ou cordas grossas. Geralmente, quando está na época da seca ou vazante do rio, ficam bem fixas, dando estabilidade à residência. Como a maioria das casas é feita de madeira, a deterioração ocorre rapidamente e a cada dois ou três anos se faz uma reforma estrutural na casa, trocando as madeiras.

Figura 27: Casa flutuante em construção



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Outro fator interessante, aqui de cunho existencial, a convivência com as águas desde a tenra idade, gera uma ligação das pessoas com o rio. Crianças de cinco ou seis anos já sabem nadar e as que não sabem os pais cuidam para que não saiam de casa. Dessa forma, realmente, o rio comanda a vida.

Além de servir como residência, as casas flutuantes são pontos comerciais onde vendem de tudo que se tira da floresta e dos rios, castanhas, açaí e outros frutos regionais, peixe, além de comercializar diversos tipos de serviços para as embarcações, como oficinas fluviais, posto de gasolina, fábrica de gelo, frigorífico e até bares, que funcionam com música ao vivo, especialmente nos finais de semana.

As casas flutuantes são uma forma onde a territorialidade se manifesta através por meio do controle sobre o ambiente, existindo as interações homem-natureza, marcando uma forma de “cidadania”, na qual o espaço e a identidade das pessoas se misturam, apesar das dificuldades das cheias e vazantes, das correntezas dos rios, do deslocamento entre as residências. Esse modelo de moradia edifica uma tipificação de cidade na floresta, segundo Trindade (2013), onde o espaço ambiental e cultural do seu ocupante faz parte da identidade do sujeito amazônico.

Figura 28: Casas flutuantes nas cheias dos rios e nas vazantes



Fonte: Pesquisa de campo 2021.

Historicamente, o surgimento das cidades foi o local onde as pessoas experienciaram a condição de moradores, vizinhos, inaugurando um sentido de comunidade, um sentimento de pertencimento político e cultural a uma mesma coletividade, que se vivifica também como um lugar de construção de histórias e memórias. No caso da cidade flutuante de Coari, apesar do aparente caos espacial pela falta de um planejamento na distribuição e na organização das moradias, os moradores têm um conhecimento prático de cada propriedade e dispõem de marcadores personalizados, como cercas, vasos com plantas ou até cordas delimitadoras

O uso deste espaço nas margens dos rios na Amazônia representa uma alternativa para a população menos favorecida economicamente, ao mesmo tempo, é um lugar de contemplação da natureza. No entanto, nota-se um distanciamento dos direitos de cidadania, uma vez que os poderes públicos os consideram invisíveis e não atendem às suas necessidades básicas de coleta de lixo, acesso à energia elétrica, acesso à saúde etc. Mantém-se a visão de urbe tradicional, de grandes espaços de edifícios de aço, vidro, luz, néon e impessoalidades. Essa visão de cidades, que tudo englobam, atingindo inexoravelmente a tudo e a todos, narcisistas, subjungando seus próprios horizontes, ainda está presente nas políticas públicas estaduais, municipais e federais. A população que reside sobre as águas não tem

acesso ao mínimo de dignidade, como oportunidades de emprego e renda, moradia, saúde, educação com conseqüente baixa qualidade de vida.

Além dos moradores dos flutuantes, existem os moradores de terra firme, que não convivem com a poluição das águas, têm acesso aos serviços de coleta de lixo, acesso à água tratada e à energia elétrica. Como já foi exposto ao longo da tese, o sistema de saneamento básico ainda é muito carente na cidade de Coari, além do que, é possível encontrar uma dicotomia de desigualdade socioespacial, tendo em vista que o conceito de urbe do poder público se restringe aos moradores da terra firme. Essa carência de assumir uma identidade urbana que leve em consideração os povos das águas se deve especialmente ao arrivismo social¹⁷, muito presente no modelo colonial e nas propostas de desenvolvimento regional para a Amazônia.

4.8 O rural e o urbano em Coari

As ruralidades entrelaçadas do urbano e do rural em Coari têm suas dinâmicas específicas. Como a maioria da população urbana migrou das comunidades ribeirinhas próximas de Coari em um período bastante recente (menos de 30 anos), muitas pessoas possuem forte ligação com essas comunidades, pois têm amigos e parentes ou mesmo possuem terras nas áreas rurais. Portanto, os laços de identidade cultural ainda permanecem vivos. A maioria das pessoas ainda mantém contatos intensivos com os “parentes” e amigos, retornando a essas comunidades várias vezes ao longo do ano.

O Município de Coari tem, segundo dados do IBGE (2013), uma população urbana de 49.651 habitantes e uma população rural de 26.314 habitantes, totalizando 75.965 habitantes. Essa população urbana deu um salto nas duas últimas décadas, em virtude da possibilidade de oferta de emprego na cidade, além de poder acessar serviços educacionais e de saúde.

Um fator ainda mantém o forte vínculo identitário da população com as atividades rurais: há cerca de 10 anos, o Município de Coari era classificado como “[...] o maior produtor de banana do Estado do Amazonas” (Fraxe, 2011, p. 43), sendo essa fruta responsável por 2/3 da renda proveniente da atividade de agricultura, ou seja, era a principal fruta cultivada no Município.

O Município, reconhecido como o maior produtor de banana do Estado do

Amazonas, até o ano de 2010, abandonou essa atividade, ficando exclusivamente na produção de recursos naturais oriundos do solo: petróleo e gás natural na Bacia do Rio Urucu.

[...] Almeida (2005) fez um diagnóstico da produção primária de Coari, em que a banana em geral foi a cultura que ofereceu o maior rendimento médio. Todavia, as comunidades rurais produtoras de banana tiveram uma diminuição da área plantada de 6.140 hectares, em 1998, para 960 hectares, no ano de 2002. (ALMEIDA e SOUZA, 2008, p. 82).

Um dos motivos para o declínio das áreas de plantação de banana na região do médio Solimões, sobretudo em Coari, é a entrada, através dos países circunvizinhos, de uma praga chamada Sigatoka Negra, descoberta em fins da década de 1990 (PEREIRA, GASPAROTTO, ARRUDA, & PEREIRA, 2008). Uma forte ligação com os valores identitários rurais ainda permanece viva na população de Coari: está nas técnicas de uso do solo, com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental; nas técnicas de captura de animais silvestres, na escolha dos períodos apropriados para pescar determinadas espécies de peixe etc. Outro exemplo é que, apesar de ter incorporado à sua base alimentar produtos de outras culturas, ainda se consome bastante peixe, frutos da floresta e animais silvestres. Muitas pessoas ainda conhecem as técnicas de fabricação e de uso de canoas; muitas das casas, tanto rurais quanto urbanas, são construídas com material vegetal; e o uso de rede para dormir é comum entre as pessoas.

Há também uma forte ligação da população de Coari com as vazantes e cheias dos rios, que fazem surgir a várzea amazônica, onde se pesca e se caça e também se produzem alguns produtos agrícolas para o consumo familiar – esporadicamente, os excedentes são comercializados nas feiras e mercados de Coari. Um fator quase místico e muito presente na relação do rural com o urbano em Coari é como as pessoas se relacionam com o rio:

O rio adquire uma associação quase mística com os homens que habitam os rincões da Amazônia. As comunidades, as barracas, os barracões se desenvolvem à beira dos rios, junto aos barrancos inundáveis, equilibrados nos esteios de madeira, prontos para locomoverem-se para trás se as terras caídas ameaçarem as palafitas, mas sempre junto ao rio, na atração máxima do caudal de águas que é o caminho das energias vitais e comanda a vida no anfiteatro amazônico. Para esse autor, o rio conduz a vida dos ribeirinhos, pois que das relações que estabelecem com o ambiente natural, pode-se notar que —o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações

psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional. (PEREIRA, 2016, citado em Tocantins, 1988, p. 233).

Esse hibridismo do rural e do urbano e a dependência de fatores econômicos externos, como os preços do petróleo em nível internacional, estão presentes no Município de Coari e são reflexos de uma sociedade capitalista que se implantou na Amazônia brasileira. Apesar de fazer parte, como um fornecedor de matéria-prima fundamental para o consumismo industrialista da chamada moderna sociedade capitalista, o Município ainda apresenta contrastes sociais, desigualdades, carência na área de saúde e na infraestrutura urbana – características marcantes e presentes em quase todas as cidades de porte médio no Brasil. A presença do rural, tanto nos aspectos culturais quanto nos aspectos de uso e exploração do solo e na relação entre homem e natureza, parece ainda fortemente marcante no cotidiano das pessoas que residem em Coari.

De acordo com as análises de Elias (2006a, 2006b, 2007a, 2007b, 2008, 2009), as relações entre o rural e o urbano e as transformações ocorridas no urbano em virtude das atividades agropecuárias brasileiras, reorganizando o território nacional e resultando em novos arranjos territoriais, impactam diretamente no contexto sociocultural e econômico dos municípios brasileiros. A autora propõe uma interpretação na qual o rural se sobrepõe em relação ao urbano, na medida em que são as atividades econômicas produzidas no setor rural que mantêm as atividades e os serviços no setor urbano. Dessa forma, a ideia de urbanização acelerada que se impõe sobre o rural necessita ser revista e questionada.

O preço do petróleo, que é um produto altamente dependente do mercado internacional, influencia diretamente as relações sociais e econômicas em Coari, pois, de acordo com o repasse dos royalties, podem ser gerados mais ou menos investimentos na cidade. Outro fator preponderante é que a cidade de Coari se transformou de “cidade da floresta” em “cidade na floresta”, com total dependência de capital externo, fortalecimento da cultura do apadrinhamento e grandes transformações no espaço vivido, a partir da chegada de empresas que construíram a infraestrutura da base petrolífera. Assim, foram alterados os fluxos constitutivos e comunicativos, com a construção do aeroporto, o aumento do número de embarcações entre Manaus e Coari, a implantação dos campi das universidades

estadual e federal e do Instituto Federal. Ao mesmo tempo, notam-se claramente conflitos no espaço local a partir das alterações técnico-científicas, com intensa velocidade no *modus vivendi* da territorialidade local. A constituição e o fortalecimento de um enclave econômico que se baseia na exploração petrolífera contrastam com a fragilidade na constituição de um projeto sustentável de desenvolvimento regional.

O Município de Coari tem sua base histórica na colonização portuguesa, que se interessava economicamente pela região devido às chamadas “drogas do sertão” (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, guaraná, urucum, castanha-do-pará, pau-cravo e outras). Portanto, o modelo colonial de exploração portuguesa sempre foi voltado para o extrativismo vegetal, diferente do restante do Brasil, que passou por ciclos econômicos da agricultura de monocultura ou de extrativismo mineral.

Em virtude da baixa densidade demográfica, dos grandes vazios territoriais e da presença de uma grande quantidade de reservas minerais, na Amazônia se aplica uma racionalidade intencional do Estado brasileiro e do grande capital, com o discurso alienante de uma região grandiosa e desestruturada em relação ao restante do País, impondo relações estranhas aos lugares; reduzindo a Amazônia a uma região do fazer na nova divisão internacional do trabalho. Apesar dessa forma alienante como o capital e o Estado brasileiro vislumbram a região, Milton Santos (1996) sugere pensar racionalidades e possibilidades outras de ação que subvertam a racionalidade capitalista em curso, apontando para uma nova forma de planificação do espaço regional, valorizando o conhecimento dos lugares e a potencialização de novas horizontalidades, em contraponto às verticalidades hegemônicas impostas pela globalização.

Essa racionalidade urbano-desenvolvimentista, implantada pelo Estado brasileiro e pelo grande capital, que produziu uma visão do rural como sinônimo de atraso, subdesenvolvido, carente de projetos que o explorem, deixou de lado os elementos culturais e rurais identitários, fortemente presentes na Amazônia. Além do mais, a produção agrícola, o extrativismo mineral e vegetal são os executores econômicos que mantêm a maioria das cidades da Amazônia. No caso de Coari, o mundo rural ainda está presente no cotidiano da população, ao mesmo tempo em que ela tem no urbano a possibilidade de acessar os serviços de educação, saúde e lazer.

Com a aceleração contemporânea (SANTOS, 1996) ou compressão tempo-espaço (HARVEY, 1996), o campo apresentava-se como um espaço com menos

rugosidades (SANTOS, 1985), possuidor de uma flexibilidade muito superior à apresentada pelas cidades e, assim sendo, como um lócus preferencial de expansão dos capitais industriais e financeiros. Por tudo isso, nas áreas onde se expandem as redes agroindustriais, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1993, 1996), com o incremento da urbanização, do número e do tamanho das cidades e a organização de Regiões Produtivas Agrícolas - RPAs, os territórios produtivos do agronegócio (ELIAS, 2012. p. 14).

Pode-se concluir que essa divisão entre o Brasil rural e o Brasil urbano se torna simplista diante da complexidade dos novos arranjos territoriais produtivos resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária, organização das redes agroindustriais e da exploração dos recursos minerais. A visão de que o Brasil é uma nação preponderantemente urbana não condiz com a realidade de um país economicamente dependente do agronegócio e da exploração de recursos minerais. Vale referir que, no caso de Coari, ainda recentemente, tratava-se de um município produtor de banana e de produtos oriundos da floresta (castanha-do-pará, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, madeira). Apesar do fluxo migratório para a sede do Município, as características culturais e o ethos da relação homem-natureza ainda estão presentes nesse Município.

A perspectiva conceitual sobre os limites entre o urbano e rural surgiu na literatura acadêmica na década de 1970, no entanto a evolução do conceito tem uma longa história no estudo da Economia, da Geografia e do Planejamento Regional. A literatura rural e urbana apresentava uma visão antiurbana, muito presente nos autores pós-revolução industrial, que enxergavam na migração da área rural para a urbana uma das responsáveis pela catástrofe que estava ocorrendo nas cidades industriais europeias do final do século XVIII e início do século XIX. Existe também uma segunda perspectiva, que apresenta uma visão pró-urbana, pois vê na urbanização um processo no qual as cidades são centros geradores de serviços, cultura, conhecimento, inovação e crescimento econômico (DAVOUDI & STEAD, 2002, p. 270).

A dicotomia urbano-rural pode ser rastreada até cerca de 5.000 anos atrás, quando as primeiras cidades começaram a surgir na Mesopotâmia. As cidades, no entanto, eram muito pequenas, cercadas e dependentes de uma esmagadora maioria

da população rural. A lenta ascensão da urbanização ocorreu no longo período medieval e não ganhou ritmo até a chegada da Revolução Industrial.

Segundo Davoudi & Stead (2002), a visão antiurbana, que idealizava a vida rural e lamentava o seu desaparecimento, especialmente na Inglaterra, onde os processos de urbanização foram mais agudos; a perspectiva de uma volta ao rural, como uma das soluções para os males do crescimento das cidades do século XIX; e as tentativas de restringir o desenvolvimento dentro dos limites da cidade para proteger o campo da expansão urbana, fizeram surgir o movimento de planejamento urbano, que tinha como princípio básico a contenção urbana (GEDDES; UNWIN & ABERCROMBIE, 1983).

No entanto, a visão pró-urbana destaca que a história da inovação científica e tecnológica e da própria civilização é inseparável da história das vilas e cidades. O surgimento da vida na cidade é visto como um dos fatores que favoreceram o surgimento da escrita, da autoridade do Estado e do sistema econômico baseado em complexos sistemas sociais. Essa concepção enxerga na urbanização algo inevitável, um sistema cíclico, do qual decorre naturalmente a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. Dessa forma, a migração rural-urbana deveria concentrar-se na questão da gestão, em vez de visar à redução da urbanização (DAVOUDI & STEAD, 2002, p. 272).

Existem várias definições de áreas urbanas e rurais, baseadas em medidas como a densidade, o tamanho do assentamento, a densidade de emprego agrícola e o uso de cobertura do solo. No entanto, todas essas visões divergem sobre o que é urbano e o que é rural. Atualmente, as ligações rural-urbanas, com a tendência do mundo globalizado com sistemas de produção, finanças, comércio e mercados de trabalho interligados, alteraram profundamente a visão convencional dos conceitos de áreas rurais como se fossem equivalentes à agricultura.

Essa não é a realidade das regiões rurais na atualidade; além da agricultura, existem atividades comerciais, turismo rural, pequenos serviços de baixa complexidade e outras práticas que, há cerca de 50 anos, só faziam parte da dinâmica urbana e que agora também ocorrem em áreas rurais. Isso tem acontecido em virtude do acesso à rede de internet, à melhora no sistema de transporte e a outros serviços que eram exclusivos dos centros urbanos e que atualmente existem em áreas rurais.

Pode-se afirmar que o rural e o urbano no Brasil sofreram influências nos

últimos 50 anos, muito em virtude da transformação produtiva das atividades agropecuárias brasileiras, que se inseriram no mercado globalizado do agronegócio (ELIAS, 2012), dando origem àquilo que se identifica como RPAs. A partir dessa ótica, a reestruturação produtiva da agropecuária, entendida como processo promotor de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária (especialmente alterando a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária), que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes passam, então, por um processo acelerado de reorganização, com incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbana e regional, com a formação ou consolidação de RPAs por todo o Brasil (ELIAS, 2012).

A relação entre o rural e o urbano nas cidades da Amazônia brasileira apresenta análises realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano na Amazônia - Geourban, liderado pelos professores Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Simaia do Socorro Sales das Mercês. Esses profissionais realizaram diversos estudos sobre as cidades amazônicas, especialmente da Amazônia Oriental.

Através das metáforas “cidades da floresta” e “cidades na floresta”, o professor Trindade (2013) apresenta algumas tipologias dessas cidades da Amazônia Oriental. As “cidades na floresta” surgiram especialmente a partir da década de 1960, com os projetos desenvolvimentistas nacionalistas implantados a partir da visão geopolítica da ditadura militar no Brasil, que enxergava na Amazônia um grande vazio de projetos de desenvolvimento econômico. Portanto, entendia-se ser necessária a sua integração ao capitalismo nacional e internacional. Essas cidades surgiram com projetos voltados especialmente para a exploração econômica do ecossistema amazônico, próximo à exploração mineral e às grandes hidrelétricas. Na tentativa de apresentar um perfil ideal das cidades amazônicas, Trindade (2013) distingue outro tipo, as “cidades da floresta”, que eram característica predominante na região até a década de 1960. Estas, normalmente apresentam traços de pequenas cidades, associadas à circulação fluvial e com fortes elos em relação à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram densas articulações com os seus respectivos entornos ou localidades relativamente próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas, etc.). Ainda que muitas cidades venham

perdendo essas características consideradas rurais e associadas à vida da floresta, elas não desapareceram efetivamente e ainda definem particularidades de algumas sub-regiões da Amazônia (TRINDADE, 2013).

Em sua análise bastante detalhada das cidades amazônicas, definindo as especificidades destas, a partir da visão teórica de Milton Santos em relação às suas verticalidades e horizontalidades e seus nexos urbanísticos, especialmente da Amazônia Oriental, Trindade (2013) apresenta um quadro tipológico que define algumas particularidades dessas cidades, apresentando uma diversidade de dinâmicas, conflitos e tensões entre a população tradicional e as atividades produtivas, impondo uma relação complexa entre as populações tradicionais e o meio ambiente amazônico.

Outro grupo de estudo é o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira - Nepecab, ligado à Universidade Federal do Amazonas, com a coordenação dos professores José Aldemir de Oliveira, Geraldo Alves de Souza, Tatiana Schor e Paola Verri de Santana. Ambos os grupos de pesquisa, apesar de chegarem a conclusões diferentes, partem da visão weberiana da tipificação, ou seja, do tipo ideal.

O Nepecab, ligado à Universidade Federal do Amazonas, rompe com as visões dendríticas em relação às cidades e à rede urbana na Amazônia Ocidental. A primeira questão epistemológica apresentada na pesquisa das cidades da Amazônia Ocidental foi a definição dos critérios de classificação das cidades de porte médio no Brasil, na medida em que o IBGE definiu que somente cidades que têm acima de 100 mil habitantes seriam consideradas de porte médio, um critério exclusivamente de método quantitativo, o que implicaria que quase todos os municípios do Amazonas passariam a ser de pequeno porte, pois somente três – Manaus, Itacoatiara e Parintins – dos 62 municípios possuem mais de 100 mil habitantes. Essa opção metodológica não leva em consideração a importância dos municípios polos da Amazônia Ocidental, que são fornecedores de produtos industrializados e de serviços para os outros municípios.

Após uma extensa pesquisa de campo realizada pelo Nepecab-UFAM, os pesquisadores definiram que as tipologias a serem relacionadas seriam as seguintes: dados socioeconômicos e demográficos ligados aos aspectos da hidrologia, biogeografia, acesso aos recursos naturais e a inter-relação sociedade-natureza. A partir dessas definições metodológicas, os pesquisadores realizaram trabalho de

campo nas calhas do Rio Solimões e do Rio Amazonas, sendo as cidades agrupadas com as seguintes particularidades: cidades de economia externa e dependente, cidades médias de responsabilidade territorial; cidades médias com dinâmica econômica externa (Coari); cidades médias com função intermediária, cidades pequenas de responsabilidade territorial, cidades pequenas com dinâmica econômica externa. Essa forma de detalhamento gerou uma interpretação diferenciada em relação às análises do Geourban da Universidade Federal do Pará - UFPA, apresentando uma dinâmica da rede urbana diversa da Amazônia Oriental.

Um elemento importante a ser considerado em todos os aspectos de análise das cidades do Amazonas é a cheia e a vazante dos rios, pois, de acordo com esse regime hidrológico, a população pode ter acesso a determinados tipos de alimentos. Na vazante, os produtos alimentícios oriundos das várzeas chegam em grande quantidade aos municípios, ocorrendo o inverso durante a cheia. À medida que as várzeas deixam de abastecer as sedes dos municípios, intensificam-se os fluxos de produtos alimentícios vindos de Manaus, onerando o custo da cesta básica regionalizada e aumentando o nível de dependência em relação à capital. Outro elemento importante a ser considerado nas cidades do interior do Amazonas é a carência de energia elétrica disponível, um elemento importante para a implantação de qualquer tipo de projeto industrial. A maioria dos municípios tem somente energia suficiente para as residências. Mesmo com os investimentos realizados no setor elétrico, por meio do Programa Luz para Todos, ainda não se pode pensar em qualquer projeto de envergadura industrial (SCHOR, OLIVEIRA, MORAES, & SANTANA, 2016).

Conforme as análises do Nepecab, ligado à Universidade Federal do Amazonas, existem cidades na Amazônia Ocidental que são centros de responsabilidade territorial, estão distantes de Manaus e não têm nenhum produto de exportação que resguarde sua economia. Assim, vivem exclusivamente dos repasses financeiros governamentais e têm uma forte relação com o bioma amazônico.

As pesquisas dos dois grupos citados apresentam algumas tipologias urbanas das cidades da Amazônia brasileira, a partir de critérios que identificam os aspectos de dependência dos produtos oriundos das cheias e das vazantes dos rios, o nível de solidariedade orgânica que ocorre nas cidades da floresta, os valores culturais enraizados e uma forte ligação de compadrio.

No caso de Coari, é possível identificar certo hibridismo conceitual em relação ao rural e ao urbano, presentes ao longo da sua história. Desde sua fundação, a cidade de Coari pode ser considerada uma “cidade da floresta” segundo as definições de Trindade (2013). A sociedade coariense é formada, na sua maioria, por ribeirinhos com pouca representatividade política – o chamado “Coronelismo de Barranco” ainda é um dos fatores importantes na constituição política, com forte tradição clientelista. Com a sua economia baseada no extrativismo de castanha-do-pará, pau-rosa, borracha, madeira de lei, malva, andiroba, sova, pirarucu, dentre outros, Coari até o final da década 1980, foi um grande centro produtor desses produtos, certamente com nuances de uma “cidade da floresta”.

Ao mesmo tempo, Coari identifica-se, na atualidade, como uma cidade de médio porte, com função intermediária e com uma dinâmica econômica externa. A dependência de um fator externo na sua economia modificou a realidade de “cidade da floresta” para uma “cidade na floresta”, com forte dependência de uma empresa – a Petrobras –, que passou a explorar petróleo na região e começou a repassar os royalties, conforme a legislação nacional. Sabendo que o petróleo é um recurso finito e que, dependendo da conjuntura econômica nacional e mundial, pode vir a ser economicamente inviável, geram-se incertezas sobre o futuro socioeconômico de um município que depende quase que exclusivamente dos repasses de um único produto, com características de enclave econômico (PIQUET, TAVARES & PESSÔA, 2017).

A especialização baseada em um único produto, sujeito às flutuações da demanda e dos preços internacionais, como é o caso do petróleo, coloca as economias assim organizadas em uma situação de fragilidade, que pode conduzi-las facilmente a uma situação de colapso. De fato, estudos teóricos e pesquisas empíricas, como de Furtado (2009) e Hirschman (1976), indicam que as regiões extrativistas têm muito pouco sucesso em constituir conexões industriais, condição essencial para um processo de desenvolvimento bem-sucedido, sendo antiga e forte a ideia de “enclave” na análise das economias de base mineradora (PIQUET, TAVARES & PESSÔA, 2017, p. 203).

A relação dicotômica entre urbano e rural em Coari tem um viés que se poderia definir como híbrido, pois, mesmo com uma população urbana que migrou das comunidades ribeirinhas próximas de Coari em um período bastante recente, com menos de 30 anos, mas ainda mantém uma forte ligação com as comunidades

ribeirinhas, pois possuem parentes que ainda moram nas comunidades rurais (relação de parentesco), possuem lotes de terras nas áreas rurais, portanto os laços de identidade cultural ainda permanecem vivos.

Entre os elementos culturais e sociais que permanecem vivos na população de Coari estão as técnicas do uso do solo, com uso intensivo da mão de obra familiar, quase sempre alicerçada no baixo impacto ambiental, técnicas de captura de animais silvestres, períodos apropriados para pescar determinadas espécies de peixe. Outro exemplo é que, apesar de ter incorporado à sua base alimentar produtos de outras culturas, ainda tem como maior fonte de proteína o consumo de peixe, frutos da floresta e animais silvestres.

Em virtude da forte ligação da população de Coari com as vazantes e cheias dos rios, surge a várzea amazônica, onde se pesca, se caça e se produzem alguns produtos agrícolas para o consumo familiar e, esporadicamente, os excedentes são comercializados nas feiras e mercados de Coari.

Esse hibridismo do rural e urbano presente no Município de Coari são reflexos de um modelo de desenvolvimento voltado para o fortalecimento dos serviços urbanos e a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de atividades produtivas rurais. A presença do rural e da relação homem-natureza são marcantes no cotidiano das pessoas que residem em Coari. No entanto, seguindo a tendência de outras cidades do Amazonas, Coari passou a ter uma grande população urbana.

Após uma pesquisa aleatória com 50 pessoas que são agricultores e levam seus produtos para vender na feira de Coari, e a fim de entender com clareza a relação deles entre o rural e o urbano, apareceram quatro grandes perfis:

- o grupo das “chefes de família mulheres” que vai à sede do município, especialmente para retirar o dinheiro provindo de benefícios sociais, fazer compras ou devido a um problema de saúde, quase sempre uma vez por mês;
- o grupo dos “chefes de família homens” tem uma circulação na sede do município com mais frequência. Com mais de uma vez por mês, em virtude da venda dos produtos agrícolas e extrativistas;
- o grupo que mais circula é o dos “dependentes do sexo masculino”, que vai à sede do município para divertir-se, fazer esporte, trabalhar e estudar;
- e, por fim, o perfil do grupo de estudantes que moram na área rural que vão à cidade para estudar, alguns retornam nos finais de semana e outros voltam para

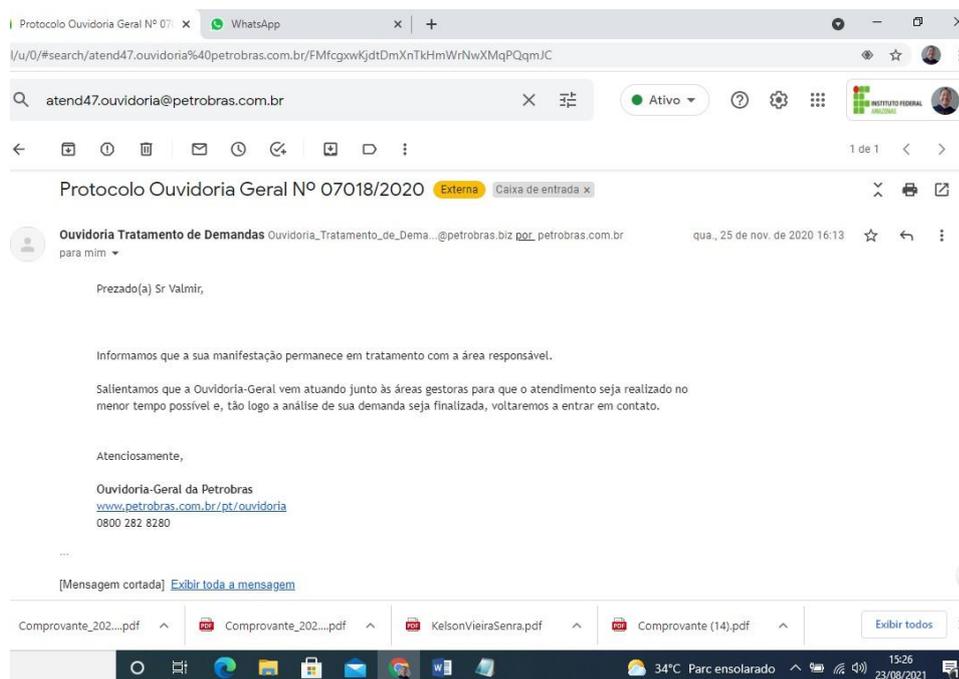
a comunidade todos os dias. Alguns possuem residência na sede e na comunidade.

Essa circulação entre cidade e campo é algo frequente, muito associada à expansão urbana e ausência de equipamentos necessários à vida cotidiana, como banco, hospital, escola, sobretudo, associados ao bem-estar da casa, gerando o fenômeno da multiresidência e de circulação entre cidade e campo. Ao longo da tese, analisar-se-á mais detalhadamente este fenômeno a partir da implantação da indústria do petróleo.

5 APARTAÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM COARI/AM

Ao longo desta tese, observa-se que a ausência de um projeto de Desenvolvimento Regional em Coari. A fim de confirmar essa perspectiva, foram realizadas entrevistas com as associações rurais, instituições educacionais e representantes da prefeitura. Tentou-se, de todas as formas, realizar entrevistas com representantes da Petrobras, mas as negativas foram diversas. Em Coari, eles não tinham autorização para dar entrevistas. Entrou-se em contato até com a Ouvidoria da Petrobras no Rio de Janeiro, que em nenhum momento se prontificou em dar entrevista, adiando ou protelando. Isso denota a ausência de compromisso com a localidade, ficando evidenciado que, ao repassar os royalties, encerra nesse momento o compromisso da empresa.

Figura 29: Contato com a ouvidoria da Petrobras



Fonte: SEABRA, 2022

5.1 Análise das entrevistas e trabalho de campo

Na entrevista realizada com o Sr. Damião presidente de uma das associações rurais de Coari, realizada no dia 23/10/2020 às 10h20, perguntou-se:

Qual a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari?

Rapaz, para Coari, eu acho que vem muita coisa só que a população é que não recebe, só quem recebe tu já sabes quem é né? Só é os políticos, então é melhor que nem viesse, porque não adianta que é todo mundo miseravelmente aí na rua, não tem quem tem dinheiro de nada para comprar nem seu próprio rancho, Coari se tornou mais miserável de que o que era, entendeu? A população está mais pobre do que de antes da Petrobras, e a terra é do dinheiro que a gente fala né? E é por causa disso, os políticos vem para roubar (Damião, presidente da associação rural).

Como era Coari antes da chegada da Petrobras e como ela contribuiu para a alteração da sua realidade em relação à sua associação.

Não, sobre a minha associação, isso aí é uma coisa que foi nós mesmos que decidimos na zona rural, e eu to com pouco tempo aqui na cidade, porque a gente tem que entender, tem que saber que uma andorinha só não faz verão né? Então por isso que nós temos uma associação na zona rural, mas que ninguém tem apoio de Prefeitura de ninguém, se torna uma coisa difícil, a gente tem porque temos mesmo, mas que não é brinquedo não eles não ajudam ninguém não (Damião, presidente da associação rural).

E como era antes da chegada da Petrobras?

Na associação? Era mais ou menos, porque era assim, a gente produzia bastante, e a gente até não tinha aonde vender. Aí depois que a Petrobras apareceu melhorou um pouco, que agora a gente tem onde vender, tem as feiras agora, mas não é lá essas grandes vantagens não, porque quando está no tempo que a gente tem bastante produto, sobra muito produto (Damião, Presidente da associação rural).

A sua instituição recebe algum apoio da prefeitura ou da Petrobras?

Não. A prefeitura tenta é colocar nós lá para baixo todo tempo, e a Petrobras logo que ela apareceu, que quem passou lá foi o gasoduto lá onde é a nossa comunidade né. Eles ajudaram nós, eles fizeram três casas de vegetações, eles ajudaram com luz, eles nos ajudaram com poço artesiano, mas só que daí eles mesmos disseram para mim, para nós lá, que a gente tinha todo mês, a gente tinha um dinheiro que vinha para as associações, só que eles não entregavam nas associações, e nem na zona rural, eles entregavam para a prefeitura e nunca repassou isso para nós. Né que é difícil o negócio? (Damião, presidente da associação rural).

Tentou-se realizar uma entrevista com a Sra. Francelly, integrante de outra associação rural. No dia 23/10, foi-se até o local onde residia essa moradora e falou-se com elai tudo foi explicado e ela aceitou fazer a entrevista, dizendo que mandaria mensagem para o número indicado quando estivesse pronta para responder. Porém, passaram-se dias e ela não entrou em contato. No dia 28 de outubro, foi-se até o local

novamente, para a entrevista, e ela disse que não saberia responder as perguntas, mas que se deslocaria até a comunidade levando consigo as perguntas prescritas para ver se alguém saberia responder. No retorno, informou que ninguém sabia ao certo responder as perguntas. Notou-se que existe certo receio de se comprometer com algumas respostas e perder alguns privilégios recebidos da prefeitura.

No dia 20 de outubro de 2020, realizou-se a entrevista do professor Chamerson, integrante da Cooperativa dos Aquaviários de Coari.

Qual é a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari?

Bom dia, bem, dentro do contexto da realidade da cooperativa, a contribuição que a Petrobras trouxe foi, no sentido de que os aquaviários, eles perceberem que naquele momento que havia necessidade de se organizar enquanto uma organização para que eles pudessem dessa forma trabalhar de uma forma mais coesa e em conjunto né, e aí houve a ideia da criação dessa cooperativa de fluviais, que na época era onde pessoas que trabalhavam nas empresas que vieram para a construção do gasoduto, Coari/Manaus. Então a principal contribuição nesse sentido foi o despertar dessa consciência, que eles precisavam se organizar enquanto na classe para trabalhar de maneira em conjunto né, e com isso, estarem além de organizados, buscar nesse mercado que na época era um mercado bastante promissor, um lugar para que eles viessem desenvolver o seu trabalho, dentro daquilo que era a sua área profissional (Chamerson, integrante da cooperativa dos aquaviários de Coari).

Como era Coari antes da chegada da Petrobras? E como ela contribuiu para a alteração da sua realidade?

Bem antes da chegada da Petrobras, a cooperativa ainda não tinha sido organizada, então cada profissional prestava serviço de maneira aleatória né, fazendo bico, ou fazendo prestação de serviço diárias em embarcações, e não havia uma cooperativa desse segmento profissional aqui no município. Isso só vai mudar com a chegada da Petrobras, e a contribuição e a contribuição vai ser nesse sentido, indiretamente no incentivo que eles vão ter em organizar a cooperativa fluvial (Chamerson, integrante da cooperativa dos aquaviários de Coari).

A sua instituição recebe algum apoio da prefeitura ou da Petrobras?

Pois é, desde a organização da cooperativa, ela em nenhum momento recebeu apoio da prefeitura e nem também da Petrobra. Recebemos um patrocínio para realização de cursos de qualificação, da prefeitura não houve até o momento nenhum tipo de apoio a cooperativa não (Chamerson integrante da cooperativa dos aquaviários de Coari). “Nenhum apoio” (Chamerson, integrante da Cooperativa dos Aquaviários de Coari).

Nas entrevistas com os gestores municipais, todos consideram que os recursos são bem aplicados, como se pode notar nas entrevistas do Secretário Municipal de

Meio Ambiente e de Educação, Secretaria Municipal de Educação:

Qual a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari?

Logicamente se nós formos analisar, a Petrobras trouxe grandes benefícios para o município de Coari. Principalmente, porque alguns governos conseguiram investir determinados recursos em políticas públicas. E isso foi bacana, porque a cidade se desenvolveu em aspectos e principalmente em aspectos econômicos, apesar de alguns governos não saberem gerenciar tão bem esses recursos passados pelos royalties e foi o momento que a cidade sofreu bastante. Mas são inquestionáveis os benefícios que esses royalties trouxeram para o município. No primeiro momento houve uma grande circulação de pessoas que vinham de outros lugares em busca de emprego, a procura de uma vida melhor, principalmente pessoas que migraram da zona rural para a zona urbana e isso aqueceu muito a economia do nosso município (Paulo Cordeiro, Secretário de Educação de Coari).

Como era Coari antes da chegada da Petrobras?

Você está me fazendo uma pergunta bastante interessante, né? Como era Coari antes da chegada da Petrobras? Não sou tão velho assim, mas faz um tempinho. Mas eu lembro que antes da chegada da Petrobras no Município de Coari com a extração do nosso petróleo, de gás...enfim, eu lembro que era uma cidade bem pacata na época eu acho que tínhamos aproximadamente 40 a 50 mil habitantes com o advento, com a vinda da Petrobras. Houve uma imigração não só da zona rural do município de Coari, como também até de outros estados. E o que houve nesse contexto? Aconteceu que muitas pessoas que vieram de fora acabaram casando, constituindo uma família e daqui não saíram mais. De 50 mil, sabemos que a população aumentou bastante, hoje somos mais de 100 mil habitantes. Logicamente como todo desenvolvimento para qualquer cidade não traz somente benefícios. Houve também a questão dos malefícios, por exemplo, o aumento da prostituição, da violência. Então tem seu lado bom da coisa, mas também tem o seu lado ruim, seus pontos negativos. Coari era uma cidade bem pacata, não se ouvia naquela época sobre assalto, as pessoas dormiam de janelas abertas, portas abertas, poderiam andar tranquilamente pelas ruas a qualquer hora, sem medo. Logicamente que se a economia sofre um aquecimento, significa que as pessoas tem qualidade de vida melhor, terão mais dinheiro, vão adquirir bens. Mas também muitas pessoas que vieram de fora e até mesmo da zona rural, quando houve essa diminuição das empresas, firmas que vieram na época que contrataram, muitas pessoas ficaram desempregadas e antes desse evento, também tivemos alguns fenômenos da natureza que interferiram bastante, por exemplo, as grandes enchentes que muitas pessoas que vieram da zona rural, não tiveram como retornar e com isso surgiram as periferias, vários bairros durante esse período.

Voltando ao ponto da criminalidade, se não terá emprego para todos, o que irá acontecer? Haverá pessoas desempregadas, aflitas e principalmente as pessoas mais jovens. Sendo assim, ficaram a mercê da sociedade e alguns vão acabar usando droga e isso aumentará a violência também.

Algo que trouxe a felicidade foram os governos que souberam investir os recursos em políticas públicas e isso ajudou bastante na qualidade de vida da população coariense. Podemos dizer que houveram (sic) pontos positivos e maléficis, por exemplo, a prostituição, o agravamento da gravidez precoce. Mas eu acredito que trouxe muito mais benefícios do que malefícios, através dos royalties e se isso não é bem gerenciado vai trazer problemas sociais para a sociedade, mas eu acho que eu focaria nesses dois pontos.

O primeiro seria esse que trouxe qualidade de vida para a população, mas infelizmente outros ficaram à margem da sociedade, nós sabemos que um dos nossos maiores entraves no município ou em qualquer município aonde os royalties na Petrobras são repassados vão gerar esses problemas que estou citando. Sempre haverá um lado positivo e negativo (Paulo Cordeiro, secretário de Educação de Coari).

Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Qual a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari?

A Petrobras desde o início do gasoduto, ela vez trazendo muitas situações positivas para o Município de Coari. Antes disso, quando estavam apenas explorando petróleo no Urucu, começou uma fase de mudança na década de 90, acredito que tenha sido nos anos 90. E trouxeram grandes contribuições na época, muitos recursos, informações, muitos cursos na área ambiental. A Petrobras ela teve uma grande atuação referente aos royalties e trouxe uma grande mudança física e estrutural. Com isso, ocorreram muitas melhorias e ocorreram evoluções no município, hoje cominou com a base arpo que tem ajudado muito na parte ambiental. O que se pode dizer da parte ambiental de Coari? Houveram (sic) muitas na educação ambiental e houve a falta da continuidade do trabalho da Petrobras e assim ficou mais pra cima do cargo público e assim tornou algo pesado. Embora a atuação da Petrobras seja de um alto risco ambiental, porque se ocorreu um vazamento de petróleo. O município não está apto para resolver esse tipo de situação, mesmo a Petrobras tendo a sua estrutura. Contraindo isso, a Petrobras tem sido parceira, com contribuições.

Todavia aos longos dos anos com a degradação da empresa e com desvalorização dela no mercado nacional, ocasionou uma diminuição no trabalho na parte ambiental e ter ficado somente na carga do Município, os royalties caíram com a questão monetária, caimento da arrecadação. Com isso, não houve condições para dá a atenção devida à parte ambiental.

Embora a secretaria municipal de Coari não tenha medido esforços, ter feito sua parte, ter feito toda uma contribuição na área de conservação, manejo, legislação, licenciamento, porque todo licenciamento ambiental precisa da conformidade municipal e a prefeitura está estruturada com técnicos, engenheiros que fazem esse trabalho. Então essa mudança atingiu um pico e foi decaindo e hoje a prefeitura segura toda essa situação, pois a Petrobras deixou de atuar diretamente nessa área e está fazendo uma falta muito grande (Secretário do Meio Ambiente de Coari).

Como era Coari antes da chegada da Petrobras?

Coari era um Município como qualquer outro no estado do Amazonas, uma cidade pequena, pacata, que vivia basicamente do extrativismo da agricultura familiar. Hoje tomou-se alguns direcionamentos diferentes, temos um comércio forte, uma agricultura mais evoluída, mas também devido a políticas municipais e estaduais. Mas em respeito à Petrobras, nada que tivesse grande impacto para mudar isso. Apenas com o royalties e a chegada das empresas, algo que ocasionou a chegada de muitas pessoas de fora e trouxeram situações boas e malélicas, por exemplo, a parte social onde houvesse muita prostituição, problema com drogas, doenças sexualmente transmissíveis. E isso impactou negativamente algumas situações. Positivamente, o impacto que dura até hoje é os royalties, porém de uma forma bem mais branda (tímida). Digamos que ela passou de uma cidade pacata para uma cidade de quase médio porte, com aproximadamente 100

mil habitantes. A cidade evoluiu no comércio, mas com a mesma proporção houve êxodo rural e inchaço demográfico. Então de certa forma as mudanças foram acontecendo do tamanho que Coari é hoje, sendo uma cidade no interior e criou-se uma expectativa muito grande, pessoas vieram de fora, com esse inchaço demográfico, hoje algumas pessoas ficaram desempregadas e assim houve o aumento da criminalidade. Por isso, o governo municipal tem tomado algumas atitudes para corrigir esse ponto, mas essa negatividade decorre de todo o lugar sem ter estrutura, e o governo municipal vem tentando estabilizar essa estrutura, amenizar essa situação (Secretário do Meio Ambiente de Coari).

Realizou-se uma entrevista com uma empresa industrial que atua na preparação e fiação de fibras têxteis naturais, Empresa Industrial de Juta S/A – JUTAL. com o Sr. Eberval Melo da Silva, gerente/administrador.

Figura 30: Setor industrial (Fachada da Empresa Industrial de Juta S/A - Jutal)



Fonte: SEABRA, 2020 (Relatório de pesquisa).

Figura 31: Setor industrial (Escritório da Empresa Industrial de Juta S/A - Jutal)



Fonte: SEABRA, 2020 (Relatório de pesquisa).

Qual a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari?

Bom, eu me chamo Eberval Melo da Silva, sou gerente/administrador da filial Jutal, onde produzimos castanhas e fibras têxteis de juta. Venho com minhas palavras responder a respeito da contribuição que a Petrobras trouxe para o nosso município, dentre essas contribuições podemos destacar: geração de empregos e criação de rendas para o município. Infelizmente o dinheiro e investimento da Petrobras não está sendo proporcionado diretamente para comércios e indústrias e, além disso, não está sendo utilizado em questões de saneamento básico, educação e infraestrutura, o que nos deixa decepcionados, já que os benefícios poderiam ser utilizados para demonstrar perspectivas de vidas melhores para a população. (Eberval Melo da Silva, gerente/dministrador da Jutal).

Como era Coari antes da chegada da Petrobras, e como ela contribuiu para a alteração da sua realidade comercial ou industrial?

Em relação ao passado de Coari, podemos destacar à sua vivenciada época de extrativismo. Somos um dos maiores produtores de castanha, pesca, cacau, fibras e borracha, infelizmente isso tudo morreu aos poucos com a chegada da Petrobras, pois muitos trabalhadores migraram para empregos na indústria petrolífera de Coari. (Eberval Melo da Silva, gerente/administrador da Jutal).

A sua instituição recebe apoio da Prefeitura ou da Petrobras?

Na empresa que trabalhamos, não recebemos apoio de ambas as opções, pois sobrevivemos com nossos próprios recursos, onde financiamos todos os

nossos empregados e meios de produção, nos tornando independentes em aspectos onde a Prefeitura e Petrobras nunca interferiram. (Eberval Melo da Silva, gerente/administrador da Jutal).

Figura 32: Eberval Melo da Silva, Gerente/Administrador da Jutal



Fonte: SEABRA, 2020 (Relatório de pesquisa).

Realizou-se uma entrevista com um representante do Setor comercial do SIQUEIRA SUPERMERCADO, que foi um dos supermercados pioneiros do Município de Coari. Fundado em 22 de novembro de 1999, o supermercado Siqueira é uma das maiores lojas supermercadistas do Município.

Figura 33: Supermercado Siqueira



Fonte: SEABRA, 2020 (Relatório de pesquisa).

Qual a contribuição que a Petrobras trouxe para Coari? Conforme o proprietário, “logo no início teve bastante contribuição porque tinham muitas firmas, hoje já não é a mesma coisa” (Proprietário do supermercado Siqueira).

Perguntado sobre como era Coari antes da chegada da Petrobras, e como ela contribuiu para a alteração da sua realidade comercial ou industrial, ele diz que “Coari sempre foi uma cidade onde teve, e continua tendo bastante circulação de dinheiro nos comércios, a Petrobras contribui bastante para o aumento de vendas” (Proprietário do supermercado Siqueira).

A sua instituição recebe apoio da Prefeitura ou da Petrobras? “Não recebemos contribuição nenhuma de ambas as instituições” (Proprietário do mercado Siqueira).

Foram realizadas entrevistas com as instituições educacionais instaladas em Coari após a implantação da exploração petrolífera neste Município . A expectativa era que essas instituições atendessem à grande demanda por mão de obra qualificada que seria exigida pelas empresas terceirizadas da Petrobras.

Devido à pandemia, os responsáveis pelas instituições educacionais estavam em trabalho remoto. Dessa forma, optou-se por fazer entrevistas via e-mail. Apesar do longo intervalo de tempo sem obter as respostas, conseguiu-se realizar com sucesso as entrevistas. As instituições educacionais escolhidas foram a UFAM, UEA, IFAM, Serviço Nacional de aprendizagem Industrial - Senai, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Serviço Social do Comércio - Sesc. A primeira instituição em que foram realizadas as entrevistas foi com o coordenador local do Sebrae.

Ao escolher Coari para implantar um núcleo, quais foram as grandes motivações institucionais?

Coari foi escolhido devido ser um município que não é pequeno, que tem muitos comércios e devido ao crescimento da cidade, em decorrência da vinda da Petrobras com relação ao porto de urucu que tinha aqui e foi uma solicitação da época da gestão do município pra que houvesse a capacitação dos empresários locais que também queriam se desenvolver mais, melhorar a sua forma de trabalhar e foi uma das grandes motivações pra que houvesse um pólo no município de Coari do SEBRAE. Sendo que ao mesmo tempo nós estamos em municípios, estamos em Tefé, estamos em Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e Tabatinga. E uma das metas a nível Nacional é que o SEBRAE ele realmente seja interiorizado, que haja escritórios nos municípios, não só nas suas capitais mas que também seja atendido os municípios menores. (Coordenador do Sebrae).

Como sua instituição tem contribuído para o desenvolvimento social e

educacional de Coari?

O SEBRAE é focado na parte empresarial, então, o trabalho que o SEBRAE executa está voltado mais pras empresas e nesse trabalho são realizadas voltadas para a área de gestão, para área financeira, mercado, logística, pra área de pessoas envolve a partir dos funcionários para a parte de leis, pra que as empresas conheçam as leis voltadas para a micro e pequenas empresas. E no caso, é feito um PPA De quatro em quatro anos. E nesse PPA nós trabalhamos com metas em cursos, oficinas e palestras, trabalhamos na parte também de desenvolver os artesãos do município. Trabalhamos a parte da gastronomia também voltada para as empresas e fazemos com que as empresas possam se desenvolver cada vez mais. Quem é o microempreendedor individual se desenvolva e se torne uma microempresa e quem é microempresa se torne uma empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte se torne uma média ou grande empresa, é focado principalmente no nosso trabalho para os pequenos, para as micro e pequenas empresas. Também trabalhamos com os autônomos, aquele que não tem um CNPJ, que tá na informalidade, então é feito também um trabalho de conscientização de preparo pra que esse empresário autônomo ele saia da informalidade e se torne um uma empresa, um empresário dentro da lei. (Coordenador do Sebrae).

A sua instituição tem alguma parceria direta com a Petrobras?

Não, a instituição não tem nenhuma parceria direta com a Petrobras, tá bom? Nunca houve. A parceria que o Sebrae sempre faz é com prefeituras dos municípios, com as universidades, com escolas, com os outros S. Esses são nossos parceiros. Mas Petrobras nunca tivemos não. (Coordenador do Sebrae).

Como gestor, qual sua opinião sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural de Coari a partir do acesso aos royalties do petróleo?

Coari deveria ser muito mais desenvolvida, tanto economicamente, como socialmente, como culturalmente. Um exemplo que a gente sempre cita que Coari não tem nenhum trabalho desenvolvido na área de turismo. Então, basicamente Coari vive só na base mesmo do comércio, se gira em torno do comércio, em torno da Prefeitura e claro que esses royalties da Petrobras, alguns anos atrás vinha muito mais e nesse tempo entrou muito mais, deveria ter sido feito um trabalho mais estruturado, mais planejado, que tivesse tido um investimento realmente nessa área, no desenvolvimento da cidade não houve e continua não havendo. O Sebrae ele tem feito um trabalho árduo no município de Coari, não tem sido fácil, basicamente nós estamos trabalhando por nossa conta sem o apoio da parceria da prefeitura. Nós fazemos um trabalho de formiguinha, indo com empresário, ligando pro empresário, ou o empresário procurando, sabendo que o Sebrae tem um trabalho de capacitação, de desenvolvimento. Então, o Sebrae tem nesse lado apoiado as empresários, mas, infelizmente, pouca coisa foi feita. Nós não temos uma indústria no município de Coari, nós não temos muitos restaurantes, porque na época em que a Petrobras que estava tendo aquele trabalho do urucu aqui a cidade estava bem mais movimentada, os hotéis estavam mais ativos, a qualidade dos hotéis, a qualidade da alimentação, havia um movimento grande na cidade. Mas depois da saída da maioria dos funcionários, o trabalho que foi feito na Petrobras e voltamos ao que era antigamente. Então,

basicamente, a economia do nosso município gira pelo comércio, quando não, quem é funcionário da prefeitura. Fora disso, é esse trabalho que os empresários têm feito e o Sebrae tem apoiado, tem ajudado, tem capacitado seus funcionários, tem dado consultoria tem trazido palestras, oficinas para ajudar o empresário do município. Coari é uma cidade boa pra se viver, a parte da educação aqui nós somos privilegiados por termos UFAM, temos outras universidades particulares. Então nessa parte de educação, nós estamos bem servidos. (Coordenador do Sebrae).

Entrevista com o Gestor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM, Campus Coari.

Ao escolher Coari para implantar um Campus, quais foram as grandes motivações institucionais?

As grandes motivações com a implantação do campus no município e Coari se dava principalmente com a ascensão econômica do município, que na ocasião era pólo petrolífero e, conseqüentemente, tinha um cenário promissor para desenvolvimento em todas as áreas políticas sociais e econômicas. Dessa forma, institucionalmente se esperava levar educação de qualidade, profissionalização da mão de obra, ampliação da grade de cursos, além de convênios e parcerias institucionais (Gestor do IFAM – campus Coari).

Como sua instituição tem contribuído para o desenvolvimento social e educacional de Coari?

Com a implantação do campus os resultados esperados foram ao encontro do planejado, muitos alunos formados, profissionais de nível médio e técnico aptos a atuarem no mercado de trabalho, projetos de extensão desenvolvidos na comunidade, parcerias formadas e reconhecimento da população do município. O instituto sabe que pode fazer mais e tem trabalhado para isso. Ampliar os resultados que em suma são satisfatórios. Nesse mês estamos com problema no sistema acompanhamento acadêmico- SIGA-A o que impossibilita de apresentar os índices, mas podemos apresentar em outro momento (Gestor do IFAM – campus Coari).

A sua instituição tem alguma parceria direta com a Petrobras?

Atualmente a instituição não possui parceria direta com a Petrobras, mas já realizou projetos em parceria em tempo determinado (Gestor do IFAM – Campus Coari).

Como gestor, qual sua opinião sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural de Coari a partir do acesso aos Royalties do Petróleo?

Partindo das motivações iniciais da criação do campus até o momento atual do município e com os royalties de petróleo poderíamos ser uma cidade bem mais desenvolvida. Com investimentos de atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas não só do município, mas de toda a região. Podemos pressupor

que faltou capacitação e planejamento de investimento dos recursos nas áreas econômicas, sociais e culturais. Com melhor destinação dos royalties de petróleo as implantações de políticas públicas seriam melhores em todos os aspectos (Gestor do IFAM – campus Coari).

Entrevista com o Gestor do Campus Coari da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Ao escolher Coari para implantar um Campus, quais foram as grandes motivações institucionais?

Bem, o campus Coari, foi criado em 2006 pela resolução 026/2006 do Conselho Superior da UFAM CONSUNE. A partir do programa de expansão e interiorização do ensino superior pela resolução 02/2005 também como um sonho. Que era o objetivo do governo da época, expandir a o ensino superior para o interior, né, que foi uma grande conquista pra nós, todos. E nesse momento, o Campus Coari foi implantado aqui pra atender a região do Médio Solimões com os cursos de nutrição, biotecnologia, fisioterapia, enfermagem, todos bacharéis e as licenciaturas em ciências, matemática e física e ciências, biologia e química. Então, eram oferecidos na época 50 vagas para cada curso, mas nem todas foram preenchidas, mas o objetivo principal da implantação da sede, no caso do pólo aqui em Coari, foi justamente com oferecer um ensino superior pra, não só pra Coari, mas pras comunidades vizinhas, oportunizando a todos a terem acesso ao ensino superior e gratuito e de qualidade, que é o que a gente trabalha com a Universidade Federal do Amazonas (Gestor do Campus Coari da UFAM).

Como sua instituição tem contribuído para o desenvolvimento social e educacional de Coari?

A contribuição da UFAM no município de Coari, como eu falei antes, ele contribui pra formação e a oportunizar aos alunos do ensino médio de Coari, de Anamá, Beruri, Cordas, Maraã e também de Manaus e de outros estados que buscam por um curso superior que os atendam. Então, só aí essa contribuição já é imensa, porque atende não só Coari mas vários municípios, com os cursos de nutrição, biotecnologia, fisioterapia, enfermagem, licenciatura em biologia e química e licenciatura em matemática e física e, a partir de 2016, com a implantação do curso de medicina. Então, socialmente, ela dá essa oportunidade pra todas as pessoas que têm interesse em ingressar no ensino superior. Além de atender os alunos, né, que nós temos alunos que já passaram pelo instituto. Foram mais 3,8 mil alunos. Hoje nós temos de alunos formados nos cursos exceto medicina, nós temos um total de 1.054 alunos formados e alunos matriculados, agora em 2020, nesse momento, nós temos 1.350 que estão na Universidade Federal do Amazonas nos cursos que eu citei ainda há pouco. Além dos alunos, socialmente, que ingressam na universidade, tem essa oportunidade de ter um curso superior, nós temos, com a vida da universidade, vieram vários servidores, professores, técnicos administrativos, empresas que vêm prestar serviço na universidade, gera emprego e faz gerar e circular o dinheiro no município. Então, hoje nós temos um total de 84 professores efetivos, nós temos 16 professores substitutos que prestam serviço pra universidade, nós temos 51 técnicos administrativos. Então, com o número, são 151 servidores que fazem circular dinheiro no município de Coari, com aluguéis, com

compras, consumo, realmente, do que necessita aqui no município. Além dos nossos servidores, nós temos também os prestadores de serviços, porque nós temos o restaurante universitário que emprega algumas pessoas, mas não é, eles são terceirizados, nós temos a empresa de apoio que também, nós temos as vigias, o pessoal da limpeza, temos também a empresa de manutenção que também contrata pessoas pra prestarem serviço dentro da universidade. Então, só aí a contribuição pra circular o dinheiro no município e fazer esse município se desenvolver é muito grande.

Além de atender todos esses alunos com a participação como estudantes no nos cursos que a universidade oferece, nós também temos vários projetos de, de pesquisa e de extensão que são desenvolvidos na universidade. E esses projetos são desenvolvidos em escolas, são desenvolvidos em UBS, são desenvolvidos na comunidade e também na universidade, como atendimento, porque nós temos os cursos de fisioterapia, de enfermagem, de nutrição. Então, nós atendemos à comunidade, isso é uma contribuição muito grande para o município com os atendimentos que podem ajudar comunidades na área da saúde e também na área do ensino (Gestor do Campus Coari da UFAM).

A sua instituição tem alguma parceria direta com a Petrobras?

Bem, nós não temos nenhum convênio direto com a Petrobras. Entretanto, nós temos alguns servidores, alguns pesquisadores que desenvolvem algumas atividades de pesquisa, temos coletas ambientais pra verificar a questão do dano ambiental causado pela instalação da dessa plataforma. Mas nós não temos nenhum convênio, mas sim algumas a gente realiza alguns trabalhos e conseguimos ter acesso a realização desses projetos (Gestor do Campus Coari da UFAM).

Como gestor, qual sua opinião sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural de Coari a partir do acesso aos Royalties do Petróleo?

Bem, esse royalties do petróleo é muito importante pro desenvolvimento do município. Então, com, com esse orçamento disponível pro município, tem a possibilidade do município crescer, desenvolver, se esse dinheiro for aplicado para isso. Então, é muito importante quando ele é direcionado pra questão do saneamento básico. A questão da estruturação da cidade, que vai atender a população de uma forma ampla. Então, com certeza é um orçamento muito importante, mas que ele precisa ser bem administrado pra poder atender o maior número de da população possível e assim contribuir com o desenvolvimento e o crescimento do município (Gestor do Campus Coari da UFAM).

Entrevista com o Gestor da UEA:

Ao escolher Coari para implantar um núcleo, quais foram as grandes motivações institucionais?

Em 2001 o governador da época Amazonino Mendes criou a UEA e eu cheguei aqui já no último dia do ano de 2011 como coordenador do curso normal superior, então ele implantou em todo Amazonas curso normal superior para capacitar professores do estado, para dar curso superior ao professor do Estado, o nome do curso era Normal Superior, quando eu

cheguei aqui vi o potencial do município então falei com prefeito a possibilidade de construir um prédio para o UEA ter um próprio prédio, e ele prontamente abriu os braços e disponibilizou essa possibilidade, aí fizemos um pedido oficial ao governador que prometeu e em 2002 mesmo em janeiro de 2022 já começaram as obras e escolhemos o terreno do local e fizemos (Gestor da UEA).

Como a sua instituição tem contribuído para o desenvolvimento social e educacional de Coari?

A UEA em Coari nesse período todo, de 2001 pra cá, já formou 1200 profissionais nas mais diversas áreas, começamos com o normal superior a 200 professores e depois com professores do município com sete turmas e vários cursos em diversas áreas, tivemos cursos de matemática, letras, duas turmas de ciências políticas, uma turma de saneamento ambiente, uma turma de petróleo e gás, duas turmas de educação física, bacharelado em licenciatura, duas turmas de história (Gestor da UEA).

A sua instituição tem alguma parceria direta com a Petrobras?

Nós não temos nenhuma parceria nem projeto com a Petrobras, formamos uma turma de petróleo e gás, porém sem intervenção da Petrobras, a parceria é que eles deixam as turmas visitarem o terminal mostrando como funciona, porém sem recursos (Gestor da UEA).

Como gestor qual sua opinião sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural de Coari a partir do acesso aos royalties do petróleo?

Coari cresceu verdadeiramente quando os royalties estiveram a disposição, como vimos na infraestrutura da cidade, na questão cultural também, porém comparadas a outras cidades que recebem royalties Coari deixa muito a desejar (Gestor da UEA).

Entrevista com o Gestor da Agência José Cruz do Senai; respondeu somente uma pergunta pois fechou a agência em Coari.

A sua instituição tem alguma parceria direta com a Petrobras?

O Senai-AM possui várias parcerias com a Petrobrás, assim como tinha à agência de Coari. E em relação à contribuição para o desenvolvimento social, educacional, etc é visivelmente positiva. Desde 1997 (inauguração da Agência em Coari), o SENAI ofertou cursos, no âmbito da educação profissional, para os munícipes, transformando a vida de várias pessoas. (Gestor da Agência José Cruz do Senai).

Constatou-se, por meio das entrevistas, que a exploração petrolífera em Coari vem contribuindo para processos migratórios e o aumento dos assentamentos precários e de desenraizamentos de comunidades para o núcleo urbano. Essa

expansão urbana aumentou a população de excluídos, que não participam das riquezas oriundas dos recursos de royalties de petróleo e de participações especiais. A Prefeitura Municipal poderia contribuir para atenuar os efeitos perversos das desigualdades sociais, no entanto, ocorreu o processo inverso, ampliaram-se as desigualdades sociais, valorizando uma elite econômica e criando uma falsa impressão de prosperidade temporária. O enclave econômico, centralizado na prefeitura, surgiu em virtude da produção petrolífera e a ausência dos processos participativos democráticos, gerando o insucesso em promover o efetivo desenvolvimento local e regional. Além disso, existe a ausência de uma política institucional da Petrobras sobre a melhor forma de se aplicar as receitas dos royalties, como mecanismos que viabilizassem atividades econômicas alternativas, superando a dependência exclusiva das atividades petrolíferas.

A ausência de mecanismos de desenvolvimento a partir da gestão de receitas oriundas de recursos naturais, em virtude da temporalidade destes recursos, faz-se presente em Coari. É imperativo que se criem institucionalidades próprias, que podem cruzar institucionalidades supranacionais e estatais, contribuindo para o desenvolvimento local. Em Coari, apesar da existência de bancos públicos, empresas estatais, universidades, incubadoras, agências de fornecimento de serviços técnicos, consultorias e outros, os recursos financeiros se concentram na prefeitura e não existe uma proposta de desenvolvimento local sustentável.

Apesar de ser um dos municípios com o segundo maior PIB do Amazonas, com um valor de R\$ 2.015.916 mil (IBGE, 2018), participando com 2,0% no PIB do Amazonas, esses recursos não têm sido utilizados com parcimônia, de forma que gerem alternativas socioeconômicas, garantindo uma sustentabilidade por ocasião dos esgotamentos das reservas petrolíferas, conforme as entrevistas que foram feitas com alguns setores estratégicos do município, como empresários da iniciativa privada, setor educacional, movimentos sociais e gestores municipais evidenciam.

Para entender essas contradições socioeconômicas existentes no Município de Coari, faz-se necessário entender a lógica do capitalismo globalizado, na qual a Amazônia está inserida, a partir de dois processos escalares, que são a globalização mundial, articulada às políticas neoliberais, a partir da década de 1980, ampliando o desenvolvimento desigual e as diferenciações econômicas e políticas nos espaços nacional e global (HARVEY, 2006).

O governo brasileiro, na tentativa de superar os desequilíbrios regionais, iniciou, a partir da década de 1950, a implantação dos processos de políticas públicas de fortalecimento dos setores industriais de bens de capital, bens de consumo duráveis sofisticados (a indústria automobilística) e de insumos estratégicos (Petrobras). Esse pacote de investimentos se ampliou durante o governo Juscelino Kubitschek, que trouxe à tona o amplo debate sobre o desenvolvimento regional.

O documento elaborado por uma equipe chefiada por Celso Furtado, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN (1959), fez um amplo diagnóstico das causas do atraso da região Nordeste, propondo a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, em 1959, cuja instituição que seria capaz de conduzir as políticas de promoção do desenvolvimento equitativo para esta região. Essa construção de políticas públicas de superação da pobreza no Brasil era um tema bastante discutido no Congresso Nacional, na segunda metade da década de 1940, em torno de projetos que aplicariam nas regiões Norte e Nordeste brasileiro - modelos de desenvolvimento a partir das bacias hidrográficas que deram certo no EUA, com a experiência do Tennessee Valley Authority (TVA), a vitrine do New Deal, do presidente Roosevelt. Essa experiência de desenvolvimento regional tentou se replicar no Brasil a partir das bacias dos rios Amazonas e São Francisco, resultando na criação da SPVEA e da Companhia de Valorização do São Francisco - CVSF, que foram muito criticadas por serem uma cópia infiel do modelo norte-americano.

Com a criação do Plano de Metas do governo Kubitschek, iniciado em 1956, com investimentos concentrados nas regiões mais industrializadas do Brasil, o governo JK seguia a linha da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Com o enfoque dos processos sociais cumulativos de Myrdal (1972), que, segundo ele, eram responsáveis pelos desequilíbrios regionais, ao mesmo tempo em que a Europa estava passando por um momento de reconstrução em virtude da destruição econômica que foi a segunda guerra mundial. De um modo geral, os países europeus acreditam que o planejamento regional era o caminho para solucionar as desigualdades regionais. O estado brasileiro seguia esse modelo de intervenção estatal e isenção fiscal como propostas para o desenvolvimento regional.

Durante o regime militar no Brasil, restringiram-se as políticas estatais de investimentos diretos, ficando somente a política de incentivos fiscais, destinando

parte importante dos investimentos estatais para outras finalidades, como a construção da rodovia Transamazônica, os chamados perímetros irrigados, turismo, reflorestamento, Embraer, ampliação da fronteira agrícola etc.

No caso do Amazonas, a política de desenvolvimento regional realizada pelo governo federal foi a criação da ZFM, construção de estradas, portos e aeroportos (infraestrutura) e projetos voltados para o setor agropecuário, ao mesmo tempo em que madeireiros e garimpeiros cobiçavam e exploravam diversas terras indígenas, gerando conflitos dos indígenas com esses agricultores, madeireiros e garimpeiros.

Essa visão desenvolvimentista adotada para o Amazonas se choca com a realidade extrativista do homem amazônico. São propostas apolíticas e acríticas, na medida em que o aparelho estatal, as agências de desenvolvimento e os organismos internacionais de desenvolvimento usam a ideia de “falta de algol” a ser corrigido pelo desenvolvimento. É o que Escobar, (1995 p.) denomina de a “infantilização do terceiro mundo”, uma vez que não se toca nos grandes problemas sociais e nos seus conflitos, pois se, de uma forma ou de outra, se entrasse nestas questões, não haveria aliança para execução dos projetos de desenvolvimento, sendo uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata as pessoas e as culturas como incapazes de gerarem desenvolvimento local.

A apartação de um projeto de desenvolvimento econômico regional, que se apresenta nas entrevistas, mantém viva o processo colonizador português na Amazônia, que enxergava nestas terras somente a cobiça para a exploração dos produtos oriundos da floresta e fez com que a região, por séculos, fosse povoada por índios, ribeirinhos e caboclos que viviam quase sem nenhuma assistência das políticas públicas de educação, saúde e transporte. Por conta disso, constatam-se, na maioria desses municípios, indicadores de desenvolvimento humano que estão muito aquém daqueles da maioria das cidades brasileiras.

A partir da década de 1990, este projeto desenvolvimentista entra em decadência e o intervencionismo estatal entra em crise e o País passa a conviver com processos hiperinflacionários crônicos e elevadas saídas de capitais para fazer face ao serviço da dívida externa (crise da dívida), a performance econômica.

Ocorrendo uma mudança no modelo de crescimento da década anterior que era fundado na intensa integração à economia mundial (abertura comercial, produtiva e financeira) e menos intervenção governamental (preconizada como a saída para a

crise dos anos 1980), busca da estabilização econômica, gerando, do ponto de vista dos desequilíbrios espaciais regionais, o aumento das disparidades entre estados e regiões. Uma crise que foi institucionalizada a partir de um padrão “liberal” de ajuste macroeconômico, não permitindo a reativação de mecanismos para o enfrentamento das desigualdades de níveis de desenvolvimento entre as regiões.

Essa realidade nacional na década de 1990, período em que se inicia o repasse dos recursos dos royalties da Petrobras, contribui para o entendimento sobre a política de repasse de recursos dos royalties do Petróleo a Coari, na medida em que os recursos transferidos se sustentam numa lógica de visão liberal, onde os investimentos públicos diretos (administrações públicas e empresas estatais) perdem seu papel de ativador do crescimento econômico regional, sem que o mercado viesse substituí-lo. O modelo liberalizante da economia, com a queda no investimento público, foi a mola mestra dos investimentos em Coari.

No caso de Coari, sabe-se que o petróleo é um recurso finito e que, dependendo da conjuntura econômica nacional e mundial, pode vir a ser economicamente inviável, assim, geram-se incertezas sobre o futuro socioeconômico de um município que depende quase que exclusivamente dos repasses de um único produto, com características de enclave econômico (PIQUET, TAVARES e PESSÔA, 2017).

A especialização baseada em um único produto, sujeito às flutuações da demanda e dos preços internacionais, como é o caso do petróleo, coloca as economias assim organizadas em uma situação de fragilidade, que pode conduzi-las facilmente a uma situação de colapso. De fato, estudos teóricos e pesquisas empíricas, como de Furtado (2008), Hirschman (1977), Lewis Junior (1984), Auty e Warhurst (1993), Davis e Tilton (2002) e Enríquez (2008), indicam que as regiões extrativistas têm muito pouco sucesso em constituir conexões industriais, condição essencial para um processo de desenvolvimento bem-sucedido, sendo antiga e forte a ideia de —enclavell na análise das economias de base mineradora. (PIQUET, TAVARES e PESSÔA, 2017, p.203)

Apesar dos investimentos do governo estadual e federal na implantação da Universidade Federal e do Instituto Federal e de outras instituições voltadas para a Educação Profissional, a fim de atender às possibilidades de geração de emprego e renda, o Município de Coari não tem nenhum projeto de Desenvolvimento Regional que contemple os recursos oriundos dos royalties. Isso confirma a tese da ausência de uma proposta de desenvolvimento regional local. Nas entrevistas, os gestores

municipais não apresentam nenhuma crítica mais audaciosa ao modus operandi, que mantém o clientelismo, os indicadores de saúde e a educação muito aquém em relação aos investimentos disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi apresentar as alterações territoriais com a chegada da indústria do petróleo e, ao mesmo tempo, procurar entender como, historicamente, ocorreu o desenvolvimento regional e suas nuances com a localidade. Apesar de toda a influência da indústria do petróleo no cotidiano das pessoas, Coari apresenta uma certa resistência do seu local. Os saberes locais expressam valores, crenças, culturas e modo de vida de um povo, daí que, “uma verdadeira ciência parte do local ‘place’; esta é uma posição epistemológica e cultural a partir da qual qualquer pessoa que se queira presar como ‘cientista’, argumenta, situa e constrói o seu discurso científico” (CASTIANO, 2013, p. 44).

Os saberes locais estão nas comunidades e são conhecimentos práticos, atitudes, habilidades e experiências do cotidiano, têm uma relevância cultural e mesmo científica. Com a desvalorização dos saberes locais em Coari (saber ser, saber estar, fazer, escutar e conhecer), mantém-se o modelo político clientelista que surge no período colonial, com a figura dos Coronéis de Barranco, passa pelo período da República Velha, na figura do prefeito Alexandre Montoril, e chega até os dias atuais, com o domínio da família Pinheiro. Apesar dessa submissão política, segundo Pereira (2016), existe uma resistência:

Contraditoriamente ao que se apresenta de mais manifesto em tal posição (o mandonismo dos representantes públicos e a subserviência política das populações locais), este contato inicial com os posicionamentos dos ribeirinhos nos levou a entender que alguns sujeitos sociais das classes subalternizadas amazônicas parecem escapar ao alcance do poder político e ideológico dos grupos dominantes. (PEREIRA, 2016, p. 170).

Essa valorização da noção do local tem uma articulação etnológica que está enraizada nas culturas tradicionais, influenciando todo universo de saberes, como os direitos costumeiros, os mitos, as religiões, as linguagens, a agricultura, a arquitetura, a música, as artes, a literatura, os fenômenos sociais e culturais, a economia, a imaginação, a moral e a política.

A preocupação de periodizar historicamente a formação do território de Coari foi com o objetivo de entender o presente, na medida em que o espaço é formado, pelo menos, por dois elementos: a materialidade e as relações sociais. Segundo Santos (1989), a materialidade é um dado fundamental para compreender o espaço,

que está presente no tempo, e que permanece através das formas e objetos que são também representativos de técnicas. Dessa forma, a técnica presente nas comunidades ribeirinhas de Coari foram e permanecem inviabilizadas, muito em virtude do capitalismo implantado na Amazônia, com tendência à internacionalização e à mundialização, onde o fator tempo e produção se sincronizam epistemologicamente. O tempo e a produção têm outros sentidos no cotidiano amazônico.

O espaço amazônico e suas distâncias é uma realidade oposta ao tempo cronológico do capitalismo internacional. As pessoas, instituições e firmas têm temporalidades diversas, funcionam no mesmo município, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Existe um tempo dentro do tempo, quer dizer, o recorte sequencial do tempo; nós temos um outro recorte, que é aquele que aparece como espaço, que, no caso de Coari, não está ligado ao modelo exploratório da indústria petrolífera. Essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico, tem o tempo rápido que é o tempo das grandes empresas, das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. (SANTOS, 1989).

A economia e a sociedade em Coari trabalham nas áreas onde as velocidades são lentas, sendo um paradoxo em relação à indústria do petróleo no Município, sendo temporalidades concomitantes. No entanto, a preocupação da exploração petrolífera é somente produzir e gerar lucros, pouco ou nada importa a realidade local, não se interessa pelo protagonismo das comunidades, pelos investimentos que podem ser gerados a partir da arrecadação dos royalties. Essa política de total descaso pela Petrobras pode ser claramente vista na perspectiva da empresa que na Bacia do Juruá¹⁶ está com todos os campos à venda, São, ao todo, sete campos – Araracanga, Arara Azul, Carapanaúba, Cupiúba, Leste do Urucu, Rio Urucu e Sudoeste Urucu –, que produzem 16,525 mil barris/dia de óleo e condensado e 14,281 milhões de m³/dia

¹⁶ Em junho de 2020, a Petrobras anunciou a venda do Polo Urucu, incluindo campos produtores de petróleo leve e do gás natural que atende ao sistema isolado de Manaus, no Amazonas. Os campos, na Bacia do Solimões, estão entre os maiores produtores em terra no Brasil. Além disso, a Petrobras está ofertando as quatro unidades de processamento de gás natural (UPGNs) e estações de tratamento e compressão, tanques de petróleo e esferas de GLP. Os campos estão em área remota e possuem aeroporto, centro médico e bases de apoio logístico. Sendo adquiridos pela ENEVA. A Eneva é operadora, com 100% de participação, dos campos de Azulão, na Bacia do Amazonas, e de Juruá, no Solimões

de gás natural.

A justificativa dada pela Petrobras para a venda da maior parte de seus campos consiste no fato de predominar neles os chamados campos maduros, que seriam campos onde a produção de petróleo já tenha começado a declinar. Em meio a esse “feirão da Petrobras”, a atual gestão da companhia vem se vangloriando dos lucros das empresas. Em 2019, por exemplo, o lucro líquido foi o maior já registrado na história da companhia, atingindo os 40,1 bilhões de reais. Entretanto, esse valor foi fortemente impulsionado pela venda de ativos.

Diante dessa realidade de privatização da exploração do petróleo na região do Urucu, seria importante a retomada das discussões sobre os impactos ambientais, criação de um fundo que gerenciasse os recursos dos royalties, elaboração de um Plano de desenvolvimento que buscasse a participação democráticas dos diversos setores da sociedade e possibilidade de introduzir firmas que valorizassem os saberes locais da chamada bioeconomia da amazônia na tentativa de suplantar a teoria do mal dos recursos naturais que assola regiões com grande riquezas minerais.

Existe uma série de estudiosos sobre a economia e a vida na Amazônia. Como se fez a opção por uma epistemologia marxista sob o viés territorial, apoiar-se-á nas ideias do Prof. Bunker, contidas em seu livro *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and failure of the modern State* (1985), que preconiza de que as “economias extrativas” participam do “sistema mundial” (WALLERSTEIN, 1979), exportando produtos extrativos para as “economias de produção”. Por consequência, uma economia extrativista como a amazônica, que gera alta entropia, com efeitos ambientais quase catastróficos, enquanto que a economia produtiva, tem pouca complexidade.

Essas ideias do professor Bunker foram influenciadas pelas teorias do “intercâmbio desigual” de Aghiri Emmanuel (1972) e da “acumulação em escala mundial” de Samir Amin (1974), pela teoria do world system de Immanuel Wallerstein (1979) e pelo arcabouço teórico desenvolvido por Georgescu-Roegen (1971), que decorre sobretudo do esforço para incorporar os princípios da termodinâmica linear – especialmente a noção de entropia – ao instrumental analítico dos processos sociais.

A explicação do histórico subdesenvolvimento acompanhado do empobrecimento da Região Amazônica, a partir da teoria dos sistemas e da análise dos fluxos de matérias e energias, faz-se necessário entender que, a partir dos

condicionantes locais na estruturação do espaço global, além da escala e a localização remota das empresas de extração mineral na Região Amazônica, provocavam rupturas drásticas nas economias e instituições regionais. Enquanto, de um lado tem a infraestrutura modernas da exploração petrolífera, que provocou fortes alterações territoriais com a migração para os municípios produtores de petróleo, alterando dramaticamente o ambiente, limitando dinâmicas socioeconômicas

No caso de Coari, apresenta-se, ao longo desta tese, a trajetória histórica das “economias extrativas”, as mudanças sociais e econômicas e territoriais na passagem de um desenvolvimento regional da extração da castanha-do-pará, madeira de lei, extração de diversos produtos da floresta, para uma economia baseada somente nos recursos royalties repassados pela Petrobras.

Para o Prof. Bunker, o triunfo das “economias de produção” arruinou a possibilidade de verticalização da produção mineral na Amazônia, na medida em que as indústrias das economias produtoras passaram a produzir produtos semi acabados para o Brasil. Apesar da constituição de 1988 ter consolidado a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, compensando os Estados e municípios produtores, deixaram o estado- membro da Federação que exporta minérios totalmente dependente do Estado nacional.

Ao se interpretar o desenvolvimento da região a partir de dinâmicas locais/regionais, desconsiderando a complexidade sistêmica que envolve parâmetros diversos. Existe um equívoco nessas análises que não conseguem articular as dinâmicas locais com as globais. No caso de Coari, ao se mudar o modelo de exploração petrolífera para concessão, a Petrobras, na sua atual política interna que não privilegia os poços onshore (exploração no continente, em terra firme), privilegiando os offshore (estruturas localizadas em alto-mar). Existe uma ausência de análises interescares que enfatizem as mudanças na estruturação do sistema mundial e as alterações nas determinações sistêmicas que ensejam a subordinação das regiões periféricas ricas em matérias-primas às regiões centrais. Pouco ou quase nada se escreveu no Amazonas sobre esta proposta de privatização de exploração petrolífera¹⁷.

¹⁷ A privatização da Petrobras vem ocorrendo desde da década de 1990, onde diversas subsidiárias da Petrobras, que na época não faziam parte do monopólio constitucional, foram privatizadas. dentre essas subsidiárias destacam-se: a Petrobras Mineração (Petromisa) e a Petrobras comércioInternacional (Interbrás), a Petroflex, a Nitriflex, a Fosfertil, a Goiasfertil, parte da Petroquisa,

Em virtude dessa ausência de discussão pública sobre os destinos dos recursos petrolíferos de Coari, sua forma de exploração carece ainda de uma perspectiva de enfatizar a verticalização da indústria petrolífera. No caso de Coari, existia, no projeto original, a construção de uma planta de liquefação de gás natural em Coari, tecnologia que já vem sendo empregada desde 1964 em todo o mundo e não se tem notícias de graves acidentes ou outras consequências. É uma tecnologia relativamente conhecida e controlável. Esse negligenciamento de alternativas para a diversificação produtiva, verticalizando a produção mineral, partindo de um produto extrativo, poderia ser uma alternativa para superar a dependência de uma economia extrativa.

Ao se considerar o território como produto social a partir de Milton Santos (1991,1992), faz-se necessário entender materialmente a Amazônia como território diferenciado, pela topografia, pela hidrografia, pelo clima e pela distância absoluta entre os lugares. Nesse sentido, a análise que combine elementos físicos do espaço com o exame da organização dos processos produtivos e da estruturação social e espacial no espaço amazônico é fundamental.

Coari foi fortemente influenciada pelo modelo colonizador português, que via na Amazônia uma fonte de matéria-prima, especialmente das chamadas drogas do sertão. Um outro aspecto importante a ser enfatizado neste processo de colonização foi a mutilação epistemológica, gerando nas mentes e corações dos povos autóctones o complexo de inferioridade, afetando diretamente o seu desenvolvimento humano, sua autoestima, os reconhecimentos das suas capacidades, matando o potencial epistemológico e mutilando as religiões de origem indígena e as línguas vernáculas,

dentre outras. A partir de 1997 foi aberta uma possibilidade para a privatização de parcelas de diferentes segmentos das atividades petrolíferas no Brasil, que até então eram proibidas, por meio da Lei 9.478 conhecida com a lei do petróleo. Essa lei instituiu, dentre outras coisas, a possibilidade de participação de outras empresas no segmento de exploração no Brasil. A partir de então grupos nacionais e internacionais passaram a adquirir concessões de blocos exploratórios ofertados e regulados por meio da então recém criada Agência Nacional do Petróleo (ANP). Além disso, a referida lei deixou em aberto a participação de setores privados no transporte de petróleo, gás e no refino. No que se refere à participação de outras empresas no setor de exploração e produção de petróleo vale destacar que ocorreu um significativo aumento da participação de empresas multinacionais no setor. Atualmente as multinacionais respondem por cerca de 25% da produção nacional de petróleo (ANP, 2020). Destaca-se nesse contexto o crescimento de empresas como a Shell (Reino Unido), Petrogal (Portugal), Equinor (Noruega), Repsol (Espanha) e Sinochem (China). Aumentando a participação das petroleiras multinacionais em paralelo a diminuição da participação da Petrobras. (Francismar Cunha Ferreira, «A privatização da Petrobras», Geografares [Online], 31 | 2020, posto online no dia 17 dezembro 2020, consultado o 03 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/geografares/886>.

enfraquecendo o reconhecimento das identidades indígenas e caboclas. Essa concepção moderna de exploração colonial da Amazônia, com seu discurso científico universal, coloca de lado as produções de natureza local ou criatividade de vários povos. Esse é um ponto fundamental para entender a anomia social em Coari, a falta de participação política, a ausência de questionamentos sobre o modelo imposto pela prefeitura em gastar os recursos de forma não transparente.

REFERÊNCIAS

- ABERDEEN HARBOUR BOARD. **Economic Impact Assessment of Aberdeen Harbour**, 2007. Disponível em: <<http://www.aberdeen-harbour.co.uk/>> Acessado em: 11 mar. 2021
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 378 p.
- ALMEIDA, Edmar et al. Perspectivas para o setor de exploração e produção. **Boletim Infopetro**. Rio de Janeiro: ano 4, n.1, jan 2003.
- ALMEIDA, W. S. **Coari: petróleo e sustentabilidade**. Tese (doutorado), UNB-CDS, Brasília/DF, 2005.
- ALMEIDA, A. T. de. **Conselhos Gestores para a fiscalização dos royalties do petróleo: nova alternativa para o antigo problema da justiça intergeracional**. 2013. Dissertação (mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes – UCAM, Rio de Janeiro, 2013.
- ALVEAL, Carmen. **Evolução da indústria brasileira de petróleo**. Rio de Janeiro: Coppead-IE/UFRJ, 2003.
- ARAGÃO, F. L. **Royalties do petróleo e sustentabilidade: análise jurídico institucional em Sergipe**. Monografia (especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, Alagoas, 2012.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 9, n. 25, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=127&Itemid=203>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- ARANIBAR, Antonio y RODRÍGUEZ, Benjamín. *Latinoamérica ¿Del Neoliberalismo al Neodesarrollismo?* **Cuaderno de Perspectiva Política 3**. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 2013.
- BAKKER, L. B. de. **O papel dos royalties do petróleo na institucionalização de uma política de pagamento por serviços ambientais: estudo de caso para a conservação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BASTOS, L. E. M. **Rendas do petróleo e desenvolvimento: um estudo sobre os municípios beneficiários do estado da Bahia**. 2013. Tese (doutorado em Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade de Salvador, Salvador, 2013.
- BECKER, Bertha. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In BECKER, Bertha et al. (orgs.) **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora

da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro, 1990, p.115-130.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia e a política ambiental brasileira**. Geographia, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF. 2004, ano 6, n. 11, p. 07-20.

BECKER, Bertha. **Amazônia, Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha e STENNER, Cláudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. BENCHIMOL, S. Amazônia – guerra na floresta. [s/l]: EDUA, 2011.

BERDEGUÉ, Julio; FAVARETTO, A. Desarrollo territorial rural. Série 2030 - Agricultura, alimentación y desarrollo rural. **FAO**. Disponível em: 2019_Berdegue_Favareto_DTR_SerieFAOAgenda2030.

BESHARA, F. L. T. **Proposta de instrumento fiscalizatório para rendas petrolíferas**: um estudo sobre convênios e subvenções sociais em Campos dos Goytacazes. 2013. Dissertação (mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes – UCAM, Rio de Janeiro, 2013.

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.

BOMBARDI, F. A. **Pelos interstícios do olhar do colonizador**: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750). 2014. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2014.

BORBA, R.C. SILVA NETO. R. Impactos das Atividades Offshore de Exploração e Produção de Petróleo nas Cidades: Um Estudo Comparativo entre Macaé (BRASIL), Ciudad del Carmen (MÉXICO) e Aberdeen (REINO UNIDO). Querétaro 2008. **Seminário Internacional de RII**, Santiago de Querétaro, México. Disponível em https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wpcontent/uploads/2017/05/artigo_020.pdf . Acesso em 22/08/2019

BOUVIER, René. **Le Caoutchouc** – brillante et dramatique histoire de l'hevea. Paris, 1949.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília:CONDRAF/MDA, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Ordenamento Territorial** – PNOT. Brasília. 2006.

BRASIL. **Censo demográfico**. IBGE, 2010.

BRASIL. **Censo demográfico**. IBGE, 2020.

BRASIL. **Censo Econômico**. IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca

de Manaus – SUFRAMA 2016.

BREGMAN, Daniel. **Formação, distribuição e aplicação de royalties de recursos naturais:** o caso do petróleo no Brasil. Dissertação de mestrado do Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, MULLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo : Brasiliense, 1978.

CASTIANO, José. **Referenciais da Filosofia Africana:** em busca da intersubjectivação. Maputo, Ndjira, 2010.

CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: UFPA-NAEA, 1997. CEBRAP/SESC. Método de pesquisas em ciências sociais. São Paulo, 2016.

CONDAIMINE, C. M. **Viagem Na América Meridional descendo o Rio das Amazonas.** Brasília: Senado Federal.2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço um conceito chave em Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ, O. G. **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas.** Manaus: Diário oficial do Estado do Amazonas no início do século XX, 1913.

CORTÉS, Moisés Frutos; PALACIOS, Esther Solano; GÓMEZ, Guadalupe Calderón; BEBERAJE, Ramón Martínez. **La participación social como mecanismo para el desarrollo regional:** el caso de Ciudad del Carmen en la Región Laguna De Términos, 2007.

CUNHA, E. **Amazônia:** um paraíso perdido. Manaus: Valer, 2003.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição** – elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

DANTAS, G. S. **Impactos socioeconômicos dos royalties do petróleo no município do Estado do Rio de Janeiro.** 2010. Dissertação (mestrado em Computação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DAVOUDI, S e STEAD,D. **Relações Urbanas-Rurais:** Uma Introdução e Breve História, Ambiente Construído, v. 28, n. 4, 2002, pp. 269-277.

EAN, W. **A luta pela borracha no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1989.

DIAS, José Luciano M., QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil, uma história da Petrobras.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio VargasPetrobras, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n. 2, Novembro, 2011, p.153-167.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas tendências da urbanização brasileira**. Projeto de Pesquisa. Fortaleza: UECE, 2009a. (apoiado pelo CNPq).

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. (Orgs.) **Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009b.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p.74-96, 2008.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007a.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas”. In: SPOSITO, M. E. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento), 2007b.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 8, p.29-51, 2006a.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona / Espanha, v. 1, p.59-81, 2006b.

ESCOBAR, Arturo. **Encoutering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton, Princeton university press, 1995.

FARIAS, Patrícia. Nacionalismo e participação popular na campanha “O petróleo é Nosso”. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FAVARETTO, A; NAZARÉ. M. **A singularidade do rural brasileiro** - possível para tipologias territoriais e para a preparação de políticas públicas” - Maria Nazareth B. Wanderley & Arilson Favareto - Estudo Brasil. 2013.

FERREIRA, Francismar Cunha. **A privatização da Petrobras, Geografares** [Online], 31 | 2020, posto online no dia 17 dezembro 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/geografares/886>> Acesso em: 03 ago 2021.

FERRAZ, F. J. **Através do Amazonas: Manaus ao Javari**. Manaus: Tipografia do [jornal] Amazonas. (Acervo Biblioteca Pública), 1908.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Índice de cidadania das comunidades estudadas pelo PIATAM. In: CAVALCANTE, Kátia Viana; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, Renata R. **Indicadores socioambientais e atributos de referencia para o trecho Urucu-Coari-Manaus, Rio Solimões, Amazônia Ocidental**. 2. ed. rev. – Manaus: Rego Edições, 2011.

FRANKENFELD, K. P. **Aplicação dos royalties do petróleo segundo a legislação brasileira: reflexões acerca de necessidades básicas, gerações futuras, qualidade de vida e meio ambiente**. 2013. Tese (doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, C. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2009. p. 147-160.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1980.

GADELHA, R. M. A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil. **Revista eletrônica do Instituto de Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, maio e agosto de 2002. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 15 mar. 2005.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 7. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

GASPAROTTO, L.; PEREIRA, J. C. R.; PEREIRA, M. C. N. et al. **Controle químico da Sigatoka negra da bananeira**. I – Trifloxistrobin, Propiconazole e Difenconazole. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

GAWORA, D. **Urucu – impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas**. Manaus: Valer, 2003.

_____. **Relatório de Pesquisa de campo**, 1998.

GOMES, A. C. **História e historiadores**. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GÓES, A. **Nunca mais Coari**: a fuga dos juramaguas. 2016. Disponível em: <coari.com.br>

GUIMARÃES, G. **Dados Descritivos do Município de Coari**. Manaus: Imprensa Oficial. 1900.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: GEOgraphia -

Revista do Programa de Pós Graduação da UFF IX n. 17. 19-46, 2007.

HIRSCHMAN, Albert O. **Desenvolvimento por efeitos em cadeia**: uma abordagem generalizada. Estudos CEBRAP, n. 18. 1976

HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, 7. ed. Rio de Janeiro. 2012.

LEITE, A. D. CAMILO, E. A. SCHOR, T. PINTO, M. A. T. **Deslocamentos intraurbanos nas cidades de Itacoatiara e Parintins/Amazonas**, 2013. Disponível em:
<http://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2013/310_AC.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org) **Vargas e a crise dos anos 50**. Relume Dumará, 1994.

LIRA, S. H. **As mudanças do habitus a partir da exploração de petróleo e gás natural em Coari-AM. 2013**. Dissertação (mestrado) – UFAM, Manaus/AM, 2013.

LYRIO, M. B. F. P. **Limites da doutrina jurídica constitucional brasileira para analisar a distribuição dos royalties do petróleo**. 2015. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2015.

LUCCHESI, Celso Fernando. **Petróleo**. Estudos avançados. Mai/Ago 1998, v.12, n. 33, p.17-40.

LUCIANO, G. **Projeto É com o Branco Trabalha** – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro. 2006. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2006.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAIA, F. F. **A partilha dos royalties do petróleo e o papel da mídia**. Dissertação Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade. UCM, Campos dos Goytacazes/RJ, 2014.

MARTINS, Marcilene Martins, SOGARI, Mário Augusto Brudna e RUDNICKI, Sara. **A regulamentação da atividade petrolífera no Brasil e os desafios colocados pelas descobertas de reservas de petróleo na camada pré-sal**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas; n. 3/2012.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.23.

MARX, K. **Crítica economia política**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores.1999.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul/RS: Ed. UFRGS/Ed. da UNISC, 1995.

Missionários do Preciosíssimo Sangue. Disponível em:
<<https://www.cppsmissionaries.org>>

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Económica e regiões subdesenvolvidas**. Editora Saga. 1972.

MORAES, L. L. **Os desafios da escassez e o papel da arrecadação tributária no município de Campos dos Goytacazes ante a dependência dos royalties do petróleo**. 2016. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade. UCM, Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Publicações Ciência Geográfica. 6. ed.,. 1997.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. Editora Contexto. 2010.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Editora Brasiliense. 2017.

MONTEIRO NETO, A. M.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. et al. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação. [s/l]: IPEA, 2017.

MOTA, Antonio Roney Sousa. **Avaliação do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no município de Coari-AM**. Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. 2014.

MUCKERMAN, Norman J. **Redentoristas na Amazônia**. Os primeiros cinquenta anos. Liguori: Missouri, 1992.

NEVES, D. P. **Os agricultores de várzea no Médio Solimões: condições socioambientais de vida**. In: LIMA, D. Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005.

OLIVEIRA, J. T. **A participação local nas políticas de educação: o papel do Conselho Municipal de Educação em Campos dos Goytacazes**. 2015. Dissertação Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade. UCM, Campos dos Goytacazes/RJ, 2015.

PEREIRA, Raimundo Emerson Dourado. **Pela margem: ribeirinhos e transformações sociais na Amazônia**. Tese de Doutorado em Ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. 2016.

PESSANHA, C. B. **Campos e Macaé na era do petróleo: evolução de indicadores**

na qualidade de vida. 2013. Dissertação Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – UCM, Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

PETROBRAS. **Amazônia**: o caminho da energia no coração da floresta. Cadernos Petrobras, Rio de Janeiro, a. 5, n. 5, dez. 2005.

PIQUET, R., Tavares, E., & Pessôa, J. **Emprego no setor petrolífero**: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense. Cadernos Metrôpole. v. 19, n. 38, 201-224. 2017; Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2017-3808>.

PIZARRO, A. **Amazônia** – as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PONTES FILHO. Estudos de história do Amazonas. Manaus: Valer, 2000. PRADO, M. L. C.; CAPELATO, M. H. R. **A borracha na economia brasileira da Primeira República**. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. v. III.

POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. **Renda mineral, divisão de riscos e benefícios governamentais na exploração de petróleo no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP. 2002.

POSTALI, Fernando A. S. **Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil**: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural. 4. DPETRO, Campinas, SP, 21-24 de Outubro de 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDENTORISTAS. **A12 Conectados pela fé**. Disponível em: <<https://www.a12.com/redentoristas/historia-dos-redentoristas>>.

REGIS, Gutemberg Freire. **Pistas da caminhada**. Belvedere, Manaus, 1999.

REIS, A. C. **Súmula de história do Amazonas**. Manaus. Imprensa Oficial. 1965.

REVISTA. **Adoradora do Sangue de Cristo**: lançando raízes na Amazônia, 1988.

REVISTA DA FEDERAÇÃO UNICA DOS PETROLEIROS. Disponível em: <fup.org.br> Acesso em: 19 nov. 2019.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazônia**: a identidade Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença na diferença. Novos Cadernos NAEA v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.

ROSS, M. L. **A maldição do petróleo**. Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. [s/l]: Sanskrito, 2012.

SANTANA, P. V. Dimensões espaciais de cidades amazonenses: do dinheiro do petróleo aos serviços públicos de educação. In: A. M. Neto, C. N. Castro, & C. A. Brandão, (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. (pp.157-196). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada – IPEA. 2017.

SANTANA, J. **O direito de participar da riqueza do território da CAMASFC, no Recôncavo da Bahia (1980-2010)**. 2018. Tese (doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – UCS, Salvador, BA, 2018.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: A formação social como teoria e como método. Boliteim Paulista de Geograia, n. 54, jun.1977.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **Técnica, Espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional, 1994. Disponível em: <<http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>>.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

_____. **Texto extraído da transcrição da conferência do autor na mesa-redonda “O tempo na Filosofia e na História”**, promovida pelo Grupo de Estudos sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da USP em 29 de maio de 1989. A transcrição completa foi publicada na Coleção Documentos, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, em fevereiro de 2001.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec/Edusp, [1996] 2006.

_____. Por uma epistemologia existencial, In: LEMOS, A; SILVEIRA, M.; ARROYO, M (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006.

_____.; BECKER, B. (Org.). **Território e territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. [s/l]: Lamparina, 2007.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: TAQ, 1980.

SEABRA, V.; VIEIRA, M. da G. **O rural e o urbano na Amazônia Ocidental e sua justaposição conceitual na cidade de Coari-AM**. V SIMPOSIO NACIONAL O RURAL E URBANO NO BRASIL, Salvador, BA, 2020.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. Editora Cortez. São Paulo: 1994.

SINGER, P. Conceituação de desenvolvimento. In: **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 21-37.

SILVA, Joubert da Costa e. **Estudo dos deslocamentos urbanos de Coari, Itacoatiara e Parintins e possíveis influências da topografia na divisão modal**. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SITUBA, Nágila dos Santos. **Entre ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari – Amazonas.** 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SCHOR, Oliveira, Moraes, & Santana. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016.

SOLER, C. **A Petrobrás na Amazônia: dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no Município de Coari (AM).** 2007. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – UFPA, NAEA, Belém, PA, 2007.

SOLER, Cláudia. **A cidade de Coari/AM e os reflexos da exploração de petróleo e gás natural pela Petrobrás.** Papers do NAEA n. 253. Belém-PA, 2009.

SOUZA, M. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo : Expressão. 2009.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

TANAKA, C. A. **O controle externo na aplicação de royalties do petróleo em municípios brasileiros.** 2017. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Governança Pública). UFTPR, 2017.

TAVARES, F. de S. **Uma análise dos impactos dos royalties do petróleo no PIB per capita dos municípios da região sudeste brasileira: uma abordagem econométrica espacial.** 2017. Dissertação. Mestrado – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

THIERION, B. **Olhares sobre a terra e o homem da Amazônia: um imaginário em construção.** SIMPÓSIO AMAZONIA: TRAVELERS, WRITERS, AND ITS PEOPLE, UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Davis, p. 43-65, 12-13 de maio 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I.

TIAGO, Eliana Rodrigues. **Ambiente Flutuante: os significados e identidade de lugar de moradores de casas flutuantes.** 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** Record. Rio de Janeiro. 1988.

TRINDADE, S. C. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”:** espaço,

ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. (Paper do NAEA 321). Belém: UFPA. 2013.

VARGAS, K. de S. **O impacto da crise fiscal no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. UFRRJ, Seropédica, RJ, 2017.

VASCONCELOS, F. **Coari - Um Retorno às Origens**. Brasília: Da Anta Casa Editora. Brasília. 2002.

VIANA, R. da S. V. **O direito ao desenvolvimento sustentável: os royalties de petróleo de Coari-Amazonas**. 2006. Dissertação de Mestrado em Direito Ambiental. UEA, Manaus, AM, 2006.

VILAS BÔAS, B. F. **A evolução das receitas provenientes dos royalties do petróleo e seus impactos na arrecadação dos tributos de competência municipal (2002-2007): o caso do município de Cabo Frio/RJ**. 2008. Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, FGV, São Paulo, 2008.

WAGLEY, Charles & GALVAO, Eduardo. Cabocização das comunidades Tenetehara. In: FERNANDES, F., comp. **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo: Nacional, p. 21-34. 1972.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo. Brasíliana, 1957.

WALLERSTEIN. **World-Systems Analysis: an introduction**. Duke University Press, 2004.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. ed. Annablume. São Paulo, 2010.

ZAGO, L. H. **O método dialético e a análise do real**. Kriterion, Belo Horizonte, n. 127, Jun./2013, p. 109-124.